

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

**NORMAS DE BEM-ESTAR ANIMAL:
DA ACADEMIA AOS AGENTES SANITARISTAS**

CLOVIS THADEU RABELLO IMPROTA

Florianópolis, SC

2007

CLOVIS THADEU RABELLO IMPROTA

**NORMAS DE BEM-ESTAR ANIMAL:
DA ACADEMIA AOS AGENTES SANITARISTAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Agroecossistemas, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Augusto Ferreira de Quadros
Co-orientadores: Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
Prof^a. Dra. Karen Follador Karam

FLORIANÓPOLIS

2007

FICHA CATALOGRÁFICA

IMPROTA, Clovis Thadeu Rabello

Normas de bem-estar animal: da academia aos agentes sanitарistas / Clovis Thadeu Rabello Improta. – Florianópolis, 2007.

148 f: il., tabs.

Orientador: Sérgio Augusto Ferreira de Quadros

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

Bibliografia: f. 107-115.

1. Bem-estar animal – Teses. 2. Legislação zoossanitária – Teses. 3. Percepção dos médicos veterinários sanitарistas – Teses. 4. Percepção dos profissionais de ensino – Teses. I. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

CLOVIS THADEU RABELLO IMPROTA

NORMAS DE BEM-ESTAR ANIMAL: DA ACADEMIA AOS AGENTES SANITARISTAS

Dissertação aprovada em 14/06/2007, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Sérgio Augusto Ferreira de Quadros
(Orientador/CCA-UFSC)

Dr^a. Karen Follador Karam
(Co-Orientadora/CCA-UFSC)

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
(Co-Orientador/CCA-UFSC)

Prof^a. Dr^a. Marília Terezinha Sangoi Padilha
Coordenadora do PG Agroecossistemas/UFSC

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho
(Presidente/ CCA/UFSC)

Prof^a. Dr^a. Maria José Hötzel
(Membro/CCA-UFSC)

Prof^a. Dr^a. Tania Maria de Paula Lyra
(Membro/CAPES)

Dr. Antônio Lourenço Guidoni
(Membro/EMBRAPA)

Florianópolis, 14 de junho de 2007.

Primeiro foi preciso civilizar o homem em sua relação com o próprio homem. Agora é preciso civilizar o homem em sua relação com a natureza e com os animais.

Victor Hugo (1802-1885)

DEDICATÓRIA

A Deus e aos meus pais, Albertina e Francelino Improta, *in memoriam*, a quem devo a vida e a educação, pelos exemplos e por acreditarem na instrução de seus filhos e no saber como “*a herança que ninguém pode roubar*”, sendo este o maior investimento que uma família pode fazer, em relação à sua prole.

À minha família: à minha esposa Tânia, amada, amante, amiga e companheira de todas as horas, que me deu o suporte e o incentivo necessários, tanto em nível familiar como pessoal, para a realização deste trabalho; às minhas filhas Rafaella, Fabíola e Mirella, pela compreensão, incentivo e apoio para assumir esta missão, sem as quais tudo isso não faria o mínimo sentido.

Aos colegas médicos veterinários sanitaristas da CIDASC e aos profissionais de ensino médico veterinário dos cursos existentes no Estado, a quem este trabalho se destina e sem os quais não seria possível a sua realização.

Ao meu professor orientador, Prof. Dr. Sérgio Augusto Ferreira de Quadros, que além de orientador, se mostrou um amigo fraterno e nunca deixou faltar sua sábia orientação, disponibilidade e o incentivo nos momentos de dúvidas e incertezas.

AGRADECIMENTOS

À direção da CIDASC, pela possibilidade e a viabilização da participação no Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas e pelo apoio logístico na execução deste trabalho.

Aos Gerentes Estaduais de Defesa Sanitária Animal da CIDASC, Claudinei Martins e Florisval Bubniak, pelo apoio necessário para a realização e conclusão do curso.

Aos amigos e colegas pelo incentivo e pelo apoio para a realização do curso de mestrado. Em especial, à Ana Maria de Andrade Mitidiero, Huldo Cabral Cony Filho, Manoel Machuca Neto, Eleanora Schmitt Machado, José Urbano Leite Braga Filho, Nilton Driessen de Farias e Fábio de C. Ferreira.

À Prof. Dra. Tania Maria de Paula Lyra pelas contribuições e sugestões para o aprimoramento da qualidade do presente trabalho.

Ao Dr. Antônio Guidoni pela sugestão do uso do Discurso do Sujeito Coletivo como técnica de análise de discurso.

Ao Prof. Antônio Carlos Machado da Rosa pelas contribuições na definição do público alvo deste trabalho.

Aos co-orientadores, Prof. Drs. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho e Karen Follador Karam, pelos aconselhamentos, o incentivo e as contribuições.

Aos professores pelas contribuições e pelo ensinamento, em especial ao Prof. Dr. Renato Irgang, e aos funcionários do Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas pela gentileza, eficiência e disponibilidade, em especial a secretária da Coordenação do Curso, Sra. Janete Guenka pelos ensinamentos e pela solicitude.

Aos colegas gerentes regionais e médicos veterinários sanitaristas, lotados nas ADRs da CIDASC de Criciúma e de Caçador, aos professores e coordenadores dos cursos de Medicina Veterinária da UDESC, da UNOESC e da UnC, pela participação e pelos dados fornecidos, assim como ao Prof. Dr. Milton Thiago de Mello, ao Dr. Antônio Petrini e à Prof^a. Dra. Carmem Gallo, pelos depoimentos prestados que enriqueceram sobremaneira este documento.

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
1 INTRODUÇÃO	16
2 HIPÓTESES E OBJETIVOS	18
3 REFERENCIAL TEÓRICO	20
3.1 INTERDISCIPLINARIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL	21
3.2 RELAÇÃO HOMEM - ANIMAL E O PROCESSO PRODUTIVO	23
3.3 PROCESSO PRODUTIVISTA X BEM-ESTAR ANIMAL	26
3.4 ENSINO DE BEM-ESTAR ANIMAL E DE ETOLOGIA NOS CURSOS DE MEDICINA VETERINÁRIA	27
3.5 DE HAMURABI À OIE: A EVOLUÇÃO DA LUTA PELA PROTEÇÃO E O BEM-ESTAR DOS ANIMAIS	31
3.5.1 Retrospectiva histórica das legislações sobre a proteção e o bem-estar animal no mundo	31
3.5.2 As legislações sobre a proteção e o bem-estar dos animais, do período colonial ao Brasil atual	35
3.5.3 Decreto 24.645/34: seu papel histórico, político, pioneiro e como fonte de consulta e inspiração	36
3.5.4 Outras legislações nacionais que atendem às normas internacionais da OIE	38
3.6 AS NORMAS INTERNACIONAIS DE BEM-ESTAR ANIMAL	39
3.6.1 Introdução às diretrizes para o bem-estar dos animais	40
3.6.2 Diretrizes para o transporte de animais por via terrestre	40
3.6.3 Diretrizes para o transporte de animais por via marítima	42
3.6.4 Diretrizes para transportes de animais por via aérea	42
3.6.5 Diretrizes para o sacrifício de animais para o consumo humano	43
3.6.6 Diretrizes para o sacrifício de animais com fim de controle sanitário	45
3.6.7 Diretrizes para o bem-estar de animais aquáticos	46
3.7 PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE BEM-ESTAR ANIMAL	47
4 METODOLOGIA	51
4.1 DEFINIÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA	51
4.1.1 Unidade de análise e tipologia dos grupos trabalhados	53
4.2 ETAPAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS	54
4.2.1 Instrumentos de coleta de dados e a estratégia de aplicação	57
4.2.2 Montagem do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC	59
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
5.1 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DOS VÁRIOS ATORES SOCIAIS ESTUDADOS	61
5.2 A PERCEPÇÃO DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS SANITARISTAS	64
5.2.1 Resultados das entrevistas estruturadas	64
5.2.1.1 Distribuição segundo a forma de ensino sobre BEA durante a graduação	64
5.2.1.2 Distribuição segundo a forma de discussão do tema BEA durante a graduação	65
5.2.1.3 Distribuição segundo o tipo de treinamento ou curso de capacitação recebido por parte da empresa	65
5.2.1.4 Distribuição segundo a referência ao tema bem-estar animal nos conteúdos dos cursos assistidos após a contratação pela CIDASC	66
5.2.1.5 Distribuição segundo a forma de aquisição de conhecimentos da legislação internacional sobre BEA	66

5.2.1.6 Distribuição segundo a percepção da responsabilidade pela elaboração da legislação internacional de bem-estar animal	66
5.2.1.7 Distribuição segundo a percepção quanto à abrangência de uma legislação internacional sobre BEA	67
5.2.1.8 Distribuição segundo o conhecimento em relação à legislação nacional sobre bem-estar animal	67
5.2.1.9 Distribuição segundo a percepção do manejo ideal para os animais em pré-abate	68
5.2.1.10 Distribuição segundo a percepção sobre o tipo de transporte ideal para os animais	68
5.2.1.11 Distribuição segundo a percepção sobre o tipo de atualização necessária para o cumprimento e fiscalização de normas de BEA	68
5.2.1.12 Distribuição segundo a auto-percepção sobre o preparo em relação ao tema de BEA	69
5.2.1.13 Distribuição segundo a percepção sobre a existência de uma legislação estadual de BEA	69
5.2.2 Discurso do Sujeito Coletivo	69
5.2.2.1 Síntese do Discurso do Sujeito Coletivo – Médicos veterinários	69
5.2.3 Observações diretas	78
5.3 A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DOS CURSOS DE MEDICINA VETERINÁRIA	81
5.3.1 Resultados da entrevista estruturada	81
5.3.1.1 Distribuição dos professores segundo a forma como o tema BEA é tratado nos cursos de Medicina Veterinária	81
5.3.1.2 Distribuição dos professores segundo o entendimento quanto à forma de ensino da disciplina de Legislação Sanitária e, em especial, sobre etologia e bem-estar animal, nos cursos de Medicina Veterinária	82
5.3.1.3 Distribuição dos professores quanto ao grau de conhecimento acerca da Resolução da Associação Mundial de Veterinária – WVA sobre o ensino de etologia e BEA	82
5.3.1.4 Distribuição dos professores em relação ao grau de conhecimento da instituição internacional que normatiza as condutas referentes a BEA	82
5.3.1.5 Distribuição dos professores quanto a sua atitude em relação ao ensino de etologia e BEA e sua legislação em sua escola	82
5.3.2 Entrevista semi-estruturada – Análise do Discurso do Sujeito Coletivo	83
5.3.2.1 Síntese do Discurso do Sujeito Coletivo – Professores	83
5.4 PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DOS CURSOS DE MEDICINA VETERINÁRIA	95
5.4.1 Resultados da entrevista estruturada	95
5.4.1.1 Distribuição dos coordenadores segundo a forma como os conteúdos de BEA são tratados em seus cursos	95
5.4.1.2 Distribuição dos coordenadores segundo as disciplinas onde são desenvolvidos os temas de etologia e BEA	95
5.4.1.3 Distribuição dos coordenadores segundo a metodologia de trabalho no ensino de etologia e BEA	95
5.4.1.4 Distribuição dos coordenadores segundo a forma de discussão do tema nos cursos de Medicina Veterinária	96
5.4.1.5 Distribuição dos coordenadores segundo a forma como a legislação sanitária e de BEA é ministrada em seus cursos	96
5.4.1.6 Distribuição dos coordenadores segundo o grau de conhecimento de uma legislação que normatize as condutas de BEA	96
5.4.1.7 Distribuição dos coordenadores segundo o grau de conhecimento da entidade responsável pela legislação de BEA	96
5.4.1.8 Distribuição dos coordenadores segundo o grau de conhecimento da resolução da	97

Associação Mundial de Veterinária – WVA sobre o ensino de etologia e BEA	
5.4.2 Entrevista semi-estruturada com coordenadores dos cursos de Medicina Veterinária	97
5.4.2.1 Síntese do Discurso do Sujeito Coletivo – Coordenadores	97
6 CONCLUSÕES	100
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107
9 ANEXOS	116
9.1 Questionário dos médicos veterinários	116
9.2 Questionário dos professores que ministram temas relacionados ao bem-estar animal	119
9.3 Questionário dos coordenadores dos cursos de Medicina Veterinária	120
9.4 Modelo de Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo 1 – IAD/1	122
9.5 Modelo de Instrumento de Análise do Discurso do Sujeito Coletivo 2 – IAD/2	128
9.6 Planilha de tabulação da entrevista estruturada dos médicos veterinários	131
9.7 Planilha de tabulação da entrevista estruturada dos profissionais de ensino: professores	145
9.8 Planilha de tabulação da entrevista estruturada dos profissionais de ensino: coordenadores	147

LISTA DE QUADROS

QUADRO Nº 1 – Distribuição dos entrevistados, por categoria, segundo a metodologia de pesquisa utilizada	58
QUADRO Nº 2 – Demonstrativo dos dados sócio-profissionais dos médicos veterinários sanitaristas e dos profissionais de ensino médico veterinário do Estado de Santa Catarina	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Distribuição das ADRs, dos cursos de Medicina Veterinária e das áreas de trabalho, no espaço catarinense. CIDASC 2006, adaptado	51
Figura 02. Macrorregiões epidemiológicas do Estado de Santa Catarina	52
Figura 03. Diagrama dos diferentes dados levantados numa pesquisa qualitativa	56
Figura 04. Lesões de transporte: ísquio	79
Figura 05. Lesões de transporte: pescoço e cernelha	79
Figura 06. Lesões de transporte: costela	79
Figura 07. Lesões de transporte: ísquio e paleta	79
Figura 08. Descarregador correto	80
Figura 09. Descarregador incorreto	80
Figura 10. Mangueira de espera correta	80
Figura 11. Mangueira de espera incorreta	80
Figura 12. Corredor para brete de insensibilização	80
Figura 13. Corredor para brete de insensibilização	80
Figura 14. Métodos de insensibilização	81
Figura 15. Métodos de insensibilização	81
Figura 16. Insensibilização imperfeita	81
Figura 17. Lesões resultantes de insensibilização por marreta	81

ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ADR – Administrações Regionais da CIDASC

BEA – Bem-estar animal

CAV – Centro Agroveterinário

CFMV – Conselho Federal de Medicina Veterinária

CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

DFA/SC - Departamento Federal de Agricultura de Santa Catarina

DSC – Discurso do Sujeito Coletivo

ECH – Expressões Chave

EEB – Encefalite Espongiforme dos Bovinos

EMV – Entrevista com médicos veterinários

EPC – Entrevista com professor coordenador de curso

EPD – Entrevista com professor docente

IC – Idéia Central

ICASA – Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MEC – Ministério da Educação

OD – Observação Direta

OIE – Organização Mundial de Saúde Animal

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMS – Organização Mundial da Saúde

SC – Santa Catarina

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

UnC - Universidade do Contestado

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UNAM – Universidad Nacional Autónoma de Mexico

UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

USAL – Universidade del Salvador

WSPA (World Society for Protection of Animals) – Sociedade Mundial para a Proteção dos Animais

WVA (World Veterinary Association) - Associação Mundial de Veterinária

RESUMO

As questões relativas às condições de bem-estar dos animais, durante os últimos anos, vêm sendo abordadas com mais intensidade graças ao questionamento da sociedade em relação às formas de exploração animal dentro da visão industrial que busca o máximo de produtividade das espécies exploradas. Este posicionamento levou a Organização Mundial de Saúde Animal - OIE a assumir, em seu papel de organismo normatizador internacional para as questões de saúde animal, a responsabilidade de organizar as normas de bem-estar animal para os 167 países membros. Inicialmente foram aprovadas, por unanimidade, diretrizes sobre o transporte e o abate de animais. Este trabalho teve como objetivo levantar a percepção que a academia e os médicos veterinários sanitaristas têm em relação às citadas normas. A metodologia utilizada foi quali-quantitativa, com ênfase qualitativa, através da aplicação da técnica da Análise do Discurso do Sujeito Coletivo. Foi feito um resgate histórico dessa legislação, desde a história antiga até a atual. O trabalho mostra que os países apresentam-se em estágios díspares. No caso do Brasil, a legislação ainda é insuficiente para atender as diretrizes recentemente aprovadas em âmbito internacional. Resgatou-se através dos tempos o papel do médico veterinário, bem como do ensino profissional, e sua relação com a produção e o bem-estar dos animais. Foram estudados aspectos sócio-profissionais dos médicos veterinários e dos docentes de cursos de Medicina Veterinária de Santa Catarina. A ausência de renovação de pessoal por 20 anos, entre os profissionais sanitaristas, refletiu significativamente na caracterização sócio-profissional entre os subgrupos, influenciando as suas percepções. Entre os profissionais de ensino constatou-se uma relação direta entre a idade média do grupo e o tempo de existência do curso, demonstrando a abertura de um campo novo de trabalho para os jovens profissionais. Os docentes percebem a importância do ensino de etologia e BEA, como temas que devem ser ministrados de forma obrigatória e interdisciplinar. Eles reconhecem a importância da OIE como entidade normatizadora, a valorização das normas, a necessidade de seu cumprimento, porém divergem quanto à sua aplicabilidade, com enfoques pedagógicos, produtivistas ou céticos. A carência de uma legislação nacional específica tem levado ao estudo de legislações paralelas e estrangeiras. A necessidade do engajamento dos órgãos de classe e governamentais, da academia, da pesquisa, da defesa sanitária, dos setores produtivos e associativos comunitários e da sociedade em geral ficou evidente nos vários discursos. As percepções dos coordenadores são coincidentes com as dos docentes, de uma forma geral. Em relação aos profissionais sanitaristas, estes percebem que há necessidade de uma legislação específica que respalde as suas ações, bem como uma formação profissional, tanto na graduação como na pós-graduação, sobre o tema. O manejo preconizado pela OIE para o transporte e a estabulação pré-abate é considerado como ideal pelo grupo e, em relação ao sacrifício, percebe-se uma tendência mais humanitária e outra mais sanitarista. Em relação a BEA, de uma forma geral, evidenciaram-se três perfis básicos: os humanitários, os fisiologistas e os produtivistas, de forma distinta ou mesclada.

Palavras chave: 1. bem-estar animal 2. legislação zoossanitária. 3. percepção dos médicos veterinários sanitaristas 4. percepção dos profissionais de ensino.

ABSTRACT

Animal welfare issues have gained importance lately due to the interest of society who has questioned the industrial way of exploring maximum animal productivity. This has led the World Animal Health Organization (OIE) to assume the responsibility to standardize Animal Welfare Rules for its 167 country members. Initially OIE approved rules for the transportation and slaughtering of animals. The objective of this work was to access the perception that researchers and Sanitarist Veterinarians have about the OIE animal welfare rules. The methodology utilized was quali-quantitative, with more emphasis on the qualitative aspects of an Analysis of the Collective Subject Discourse. An historical rescue of the legislation from ancient history up to current days was made. It is shown that countries are at different levels concerning the subject. In Brazil the legislation is not sufficient to cope with international rules. The role of the Veterinarians as well as of Teachers related to animal welfare was rescued along the time. Sociological and professional aspects of Veterinarians and Teachers were analyzed, as well as their perceptions about welfare rules. The lack of replacement among professional sanitarians during the last 20 years had a significant effect on the social and professional perception of different groups. Among teachers a direct association was observed between average age of the group and the duration of the course, suggesting that a new field of teaching is opened for young teachers. Teachers realize that Ethology and Animal Welfare are important subjects that must be considered obligatory and that must be taught in a multidisciplinary form. They do recognize: the importance of the International Organization of Epizootics as a regulatory organization; the importance of welfare rules; and, the importance of observing the rules but they diverge with respect to their application from a pedagogical, productivist or ceptical view. The absence of a national legislation has led to the study of parallel or foreign legislations. The need for the engagement of working classes, governmental, academy, research, sanitary defense, producers and community organizations was evident from various discourses. In general, the perceptions from coordinators are similar to those from teachers. Sanitarist Veterinarians realize that there is a need for a specific legislation to support their actions, as well as the need for teaching the subject at both undergraduate and graduate levels. The rules recommended by the OIE for the transportation and pre-slaughter handling of animals are considered ideal by the group; with respect to the slaughtering of animals two views were observed, one more humanitarian and the other, more sanitarian. With respect to animal welfare three basic views were more evident: the humanitarian, the physiologist and the productivist, separated or mixed with one another.

Key words: 1. animal welfare; 2. zoosanitary legislation; 3. sanitarian veterinarian's perception; 4. teacher's perception.

1 INTRODUÇÃO

Os processos de produção animal adotados em função do modelo econômico derivado da industrialização da agricultura transformaram-se em pressão de produção, exigindo do animal o máximo de produção no menor espaço físico e tempo. A ocorrência desses fatores gerou, nos últimos 50 anos, o questionamento do modelo pela sociedade. As denúncias e comprovações de maus-tratos e das condições de agravo de bem-estar animal nesses rebanhos levaram os países a criar legislações que disciplinassem essa questão. Essa pressão social e a necessidade de padronizar a legislação contribuíram para que a Organização Mundial de Saúde Animal – OIE constituísse, em 2001, um grupo de trabalho com a missão de elaborar as Normas Internacionais de Bem-estar Animal. As normas aprovadas por unanimidade, em maio de 2005, passaram a fazer parte do Código Zoossanitário Internacional (OIE, 2005a). Foram regulamentados os procedimentos relativos ao bem-estar animal durante o transporte de animais, o pré-abate, o abate para consumo humano ou o para o sacrifício no controle da disseminação de doenças ou outra motivação sanitária.

Este processo determinou a necessidade da elaboração de legislações compatíveis com as recomendadas pela OIE por parte dos 167 países membros, dentre eles o Brasil, membro desde a fundação da instituição¹ em 1924 (OIE, 2007a).

As normas da OIE são referência para o comércio internacional de animais e seus produtos, desde a institucionalização da Organização Mundial do Comércio - OMC, em 1994, com a aprovação do Acordo Sanitário e Fitossanitário. Com o propósito de extinguir as barreiras tarifárias ao comércio internacional, os países membros voltaram sua atenção para as exigências ou normas sanitárias e acordaram que as legislações para impedir a entrada de alguma doença em seus territórios deveriam estar baseadas em critérios científicos, de forma que não viessem a constituir uma forma encoberta de protecionismo. Pela isenção e reconhecimento pela comunidade científica internacional, os países decidiram que as normas, diretrizes e recomendações da OIE se constituiriam em referência internacional em termos de doenças dos animais e de zoonoses (VALLAT, 2004).

Até o presente momento, o Brasil não dispõe de uma legislação específica sobre bem-estar animal, consoante com as normas da OIE. Apenas a instrução normativa 003/2000, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), orienta o abate humanitário.

¹ Assinaram a ata inaugural da OIE Argentina, Bélgica, Brasil, Bulgária, Dinamarca, Egito, Espanha, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Guatemala, Hungria, Itália, Luxemburgo, Marrocos, México, Principado de Mônaco, Países Baixos, Peru, Polónia, Portugal, Romênia, Sião (hoje Tailândia), Suécia, Suíça, Tchecoslováquia e Tunísia.

Nos estados começam a surgir legislações, como no caso de São Paulo, provocando reações de setores ligados à produção animal intensiva, forçando o veto de alguns de seus artigos, muito deles já consagrados em legislações anteriores, como o Decreto 24.645/34, que alçou o Brasil à condição de um dos pioneiros, no que diz respeito aos direitos dos animais.

Entende-se que o tema bem-estar animal deve ser trabalhado de forma interdisciplinar, com contribuições dos vários setores correlacionados com o assunto, diante das várias abordagens e visões multiprofissionais. Assim, é respeitada a importância da participação dos representantes das várias profissões relacionadas com o assunto, numa ação integrada, a partir de contribuições específicas de seu campo de conhecimento para o enriquecimento do conjunto. Entretanto, neste estudo, reserva-se o direito de abordar uma dessas categorias, a dos médicos veterinários. Dentre esses, faz-se um recorte sobre o médico veterinário sanitarista, por se tratar de uma abordagem em relação à legislação pertinente, e os profissionais de ensino dos cursos de Medicina Veterinária, por entender a sua importância como formadores desses sanitaristas. Isto se faz necessário, pois o engajamento e o papel da categoria estudada, no contexto de bem-estar animal, ainda não estão perfeitamente delineados, tanto em termos de exercício profissional quanto em termos de formação acadêmica, se comparado com outras profissões. Por exemplo, a maioria dos cursos de Medicina Veterinária, no país, carece de uma disciplina específica de bem-estar animal.

Procurou-se resgatar a percepção dos grupos trabalhados, apreciados como unidades de análise. Levou-se em consideração o papel da academia na formação do futuro profissional, desde a seleção de professores entrevistados até a disposição e o interesse dos dirigentes em estimular o ensino e a motivação para uma visão crítica das questões relativas ao bem-estar animal, por parte dos docentes e discentes. Numa outra ponta, está o profissional sanitarista, que, de acordo com as normas da OIE e as exigências dos mercados exportadores e por força da própria legislação, deverá assumir o papel de guardião das normas, cumprindo e fazendo cumprir a sua execução e, juntamente com outros profissionais, deverá educar os demais atores sociais sobre a importância da sua aplicação.

Entende-se que é necessária e urgente a preparação dos médicos veterinários para assumir seus papéis como promotores, educadores e fiscalizadores da aplicação das normas de bem-estar animal.

Diante dos pontos de relevância para o estudo, aplicação e fiscalização das normas de bem-estar animal estabeleceram-se as questões, as hipóteses e os objetivos da presente pesquisa.

2 HIPÓTESES E OBJETIVOS

O presente trabalho levantou duas hipóteses: a) os cursos de Medicina Veterinária necessitam de adaptação curricular para atender à demanda do ensino dos conceitos e normas sobre bem-estar animal e b) os médicos veterinários sanitaristas necessitam de capacitação específica para assumir a aplicação das diretrizes preconizadas nas Normas Internacionais de Bem-estar Animal.

Diante dessas hipóteses, cabe questionar:

- Qual a percepção dos professores e coordenadores dos cursos de Medicina Veterinária, existentes no Estado, em relação ao ensino do bem-estar animal e o seu atendimento às normas internacionais?

- Como os médicos veterinários sanitaristas do Serviço Estadual de Saúde Animal se percebem preparados sobre o tema, para promover, praticar, acompanhar e fiscalizar a aplicação das diretrizes preconizadas nessas normas?

Estabeleceu-se como objetivo geral: identificar a percepção dos profissionais, tanto do ensino médico veterinário quanto do Serviço Estadual de Saúde Animal, no Estado de Santa Catarina, quanto ao conhecimento e ao cumprimento das normas de bem-estar animal no exercício de suas funções.

A partir do objetivo geral, foram determinados os objetivos específicos, para responder aos questionamentos:

- caracterizar o perfil do ensino de bem-estar animal ministrado nos cursos de Medicina Veterinária existentes no Estado;
- identificar o grau de conhecimento, as atitudes e os comportamentos dos médicos veterinários sanitaristas do Serviço Estadual de Saúde Animal, referentes às normas de bem-estar animal;
- avaliar as necessidades de capacitação dos médicos veterinários dos Serviços Estaduais de Defesa Sanitária e de Inspeção de Produtos de Origem Animal para o cumprimento da nova legislação.

A realização desta pesquisa surgiu da importância do assunto para a Defesa Sanitária Animal, a quem cabe a promoção, o cumprimento e a fiscalização da aplicação das normas. Espera-se com este trabalho que seja formulado posteriormente um programa educativo que atuará em dois pólos: a) levar os segmentos produtivos à adoção das referidas normas em seus estabelecimentos; b) orientar os consumidores na fiscalização da adoção e na conscientização

das vantagens do consumo de um produto de origem animal oriundo de criatórios onde se pratica o bem-estar animal.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A definição de bem-estar animal (BEA) ainda é um assunto controverso e multifacetado, em função das várias correntes de pensamento relacionadas com o assunto.

Fraser (1992), ao definir BEA, diferencia *welfare*, as condições de bem-estar que são proporcionadas pelo ambiente criatório, portanto, pelo homem, de *well-being*, o sentimento de bem-estar, que é inerente ao animal. O autor admite que o sofrimento e o sentimento de bem-estar sejam estados comportamentais comparativos, sendo o primeiro sentimento tolerado e o segundo apreciado pelo animal, podendo um estado ser substituído pelo outro. Esses dois estados demandam reconhecimento como manifestações comportamentais. Desta forma o bem-estar (*welfare*) é exógeno ao animal, enquanto que o sofrimento e o sentimento de bem-estar (*well-being*) são endógenos.

Machado Filho e Hötzel (2003) consideram bem-estar animal como um estado de harmonia entre o animal e o seu ambiente e admitem que, a partir dessa definição, a mensuração de BEA requer parâmetros subjetivos.

Molento (2003) relata que a definição mais comumente aceita de bem-estar animal é aquela de um completo estado de saúde física e mental, onde o animal encontra-se em harmonia com seu meio ambiente. Por outro lado, a mesma autora resgata o fato da diversidade de conceitos em levantamentos realizados por Tannembaum, em 1995, em livros-textos, artigos científicos, onde apontou 13 definições diferentes para bem-estar animal.

Serra-Freire (2003) define como a expressão e demonstração da vontade de impedir o sofrimento desnecessário do animal, sem que haja oposição radical ao uso dos animais pelo homem, mas agindo pela necessidade de assegurar uma boa qualidade de vida, e uma morte digna e sem sofrimento psíquico e/ou físico. Também admite que o BEA seja a manutenção do estado físico e psicológico do animal, em relação à sua existência no seu ambiente. Esse mesmo autor alerta que a ciência do bem-estar animal ocupa-se dos espécimes, atentando para a preservação do indivíduo, mas reconhecendo seu papel no nicho. Esta, segundo ele, não deve ser confundida com a ação dos “liberacionistas dos animais”, que são contra a posse de animais pelo homem e com os “conservacionistas dos animais”, que se preocupam com a perpetuação das espécies, sem focarem detidamente no indivíduo.

Duncan (2005) diz que é muito difícil definir bem-estar animal. Ele indica que uma descrição ampla deve incluir a noção do animal em completa saúde mental e física, em harmonia com o seu ambiente e possuindo aptidão para adaptar-se sem sofrimento em um

ambiente proporcionado pelo ser humano, e que os sentimentos do animal devem ser levados em conta. Ele também sugere que em uma descrição de sofrimento deva ser considerada toda uma relação de estados emocionais desagradáveis para os animais. O autor ainda classifica duas escolas em termos de BEA, a do “funcionamento biológico”, que correlaciona saúde física com bem-estar e a do “sentimento” que propõe que bem-estar está mais relacionado com saúde psicológica.

A OIE, nos princípios científicos que fundamentam as suas diretrizes, considera que o bem-estar animal, em seu sentido amplo, designa os numerosos fatores que contribuem para a qualidade de vida de um animal (OIE, 2007b). Correlaciona isso às cinco liberdades reconhecidas por ela, a saber: liberdade de viver livre de fome, sede e desnutrição; de temor e de angústia; de desconforto físico e térmico; de dor, de lesão e de doenças e livre para manifestar um comportamento natural (OIE, 2005b).

Webster (2006) considera o bem-estar animal, em animais sencientes², como um estado de corpo e mente e a natureza da senciência como “sentimentos da matéria”.

Diante do exposto, pode-se considerar a grande dificuldade que se tem para definir bem-estar animal, pela multiplicidade de correntes filosóficas sobre o assunto, bem como por sua inclusão relativamente recente, em termos de discussão e estudo.

Porém, observa-se nas várias definições uma constante preocupação com a saúde física e mental dos animais, bem como a situação em relação ao ambiente onde vivem, a adaptabilidade às condições ambientais e os estados emocionais que possam apresentar, sendo, portanto, aceitáveis as definições que incluam os aspectos acima citados.

3.1 INTERDISCIPLINARIDADE E BEM-ESTAR ANIMAL

Segundo Fourez (1995) o tema da interdisciplinaridade surgiu da tomada de consciência que a abordagem do mundo por meio de uma disciplina específica é parcial e muito estreita. Desta forma, o conceito de interdisciplinaridade refere-se ao estudo de uma determinada questão do cotidiano através da multiplicidade de enfoques.

Leis (2005) define interdisciplinaridade como o ponto de cruzamento entre atividades (disciplinares e interdisciplinares) com lógicas diferentes. O autor entende que a busca pelo conhecimento tem que ser abrangente e aberta a todos os enfoques, pois o interesse é o avanço

² Senciência é a capacidade do animal possuir e expressar os sentimentos de dor, medo, estresse, angústia e demais sentimentos decorrentes de situações ambientais adversas.

do conhecimento através de suas diferentes manifestações. Assim, todas as abordagens são bem-vindas no trabalho científico interdisciplinar.

Do ponto de vista específico do tema bem-estar animal, mais que tudo, este é um típico assunto que deve ser estudado sob esta ótica, posto que sua complexidade permite várias percepções e abrange vários campos de conhecimento. Daí a necessidade de cruzar as diferentes lógicas, como prega Leis (2005), para se obter um conhecimento maior pela multiplicidade de enfoques levantados.

Desta forma, Paixão (2001) considera que o debate filosófico de correntes de pensamento voltadas para a “liberação animal” e os movimentos em prol dos “direitos dos animais” abriram espaço para um diálogo interdisciplinar no qual a abordagem do bem-estar animal é crescente. A autora ressalta que o compromisso da Medicina Veterinária com o BEA vem crescendo, independentemente dos diferentes posicionamentos filosóficos e científicos.

Em relação à abordagem interdisciplinar no ensino, Machado Filho e Hötzel (2003) lembram a importância da participação de estudantes de cursos extra-ciências agrárias, como forma de reforçar o caráter inter e multidisciplinar da etologia.

Ressaltam Bayvel, Rahaman e Gavinelli (2005) que a OIE busca esta visão interdisciplinar à medida que reconhece a complexidade do tema, seu caráter poliédrico e sua vertente normativa internacional, como um importante componente científico, ético, econômico, cultural, social, religioso e regional. Evidencia-se também este caráter indisciplinar na formação dos grupos de trabalho para elaboração das diretrizes, compostos por 27 cientistas de vários campos de conhecimento, renomados internacionalmente, procedentes dos cinco continentes. Em relação à abertura da instituição para o recebimento de contribuições científicas para a elaboração de normas e diretrizes de BEA, os autores destacam o papel de associações científicas internacionais como a Sociedade Internacional de Etologia Aplicada (ISAE), a WVA, bem como as organizações de industriais do setor e as associações de proteção dos animais. A estratégia da OIE a respeito do tema reconhece a complexidade dos problemas enfrentados e na sua linha de trabalho leva em conta o grande interesse das organizações governamentais e não-governamentais, do grande público e dos políticos. Nesta visão estabelece como importante a participação e a contribuição de disciplinas científicas distintas da Veterinária.

Petrini e Wilson (2005) reforçam o princípio da interdisciplinaridade quando explicitam a importância da participação dos membros de variados campos de conhecimento e interesse nos grupos de trabalho para elaboração das normas, objetivando que elas

apresentassem uma visão internacional ampla para que fossem aplicáveis em todos os países membros.

Odeendal (2005) demonstra essa abordagem interdisciplinar quando estuda a avaliação do BEA de animais de companhia e indica como tendências atuais que influenciam o tema as concepções filosóficas contemporâneas sobre o mundo animal; as distintas funções especializadas dos animais de companhia nas sociedades modernas; os novos resultados das neurociências aplicadas aos animais; os estudos sobre a interação entre os homens e os animais e a nova disciplina chamada de Etologia dos Animais de Companhia.

3.2 RELAÇÃO HOMEM - ANIMAL E O PROCESSO PRODUTIVO

Desde os tempos que remontam há dezenas de milhares de anos, com o processo de domesticação, a relação homem-animal se estabeleceu de forma que a cada espécie cabia um papel. O homem provia os animais de alimentos, de proteção contra predadores e aos animais cabia fornecer-lhe alimento, fibras, adubo para as suas lavouras e energia (BAYVEL; RAHAMAN; GAVINELLI, 2005).

Evidências genéticas e arqueológicas sugerem que isto tenha acontecido há aproximadamente 100.000 anos, quando os cães nos acompanharam durante todo o período crítico do nosso desenvolvimento como espécie³. Essa coabitação possibilitou ao homem pré-histórico um aumento das chances de sobrevivência, pela vantagem na competição com outras espécies⁴ (TAÇON; PARDOE, 2002).

Craig (1981), em sua revisão, estima que há 14 mil anos aconteceu a domesticação do cão, num processo de “simbiose oportunista”, assim denominado por Zuener (apud Craig, 1981), já que a aproximação ocorreu pelo aproveitamento de despojos das caçadas.

A agricultura surgiu no período interglacial, há 11 mil anos, na região do Crescente Fértil, a leste da bacia do Mediterrâneo. Em seguida, no norte da China e alguns milênios depois nas Américas. O homem tornou-se sedentário e agricultor, o que oportunizou a criação

³ Com a aproximação observou-se que o cão aproveitava os restos e ajudava na caça, farejando ou perseguindo as presas, e servia de guarda, alertando a presença de predadores ou inimigos. Com este convívio o homem começou a adotar os filhotes e selecioná-los para as mais diversas funções (TAÇON; PARDOE, 2002).

⁴ Nos fósseis dos Neanderthais não foram encontradas evidências de cães, o que explicaria porque nossos ancestrais sobreviveram e esses homínídeos não. O homem aprendeu muito com os cães, produzindo efeitos profundos, psicológicos, práticas de caça, senso de territorialidade e de comportamento social. A observação de marcação de território dos lobos com urina pode explicar os achados arqueológicos do homem pré-histórico, utilizando ranhuras nas pedras, pinturas a mão ou com carvão e impressões digitais em argila, que se tornaram comuns a partir de 40 mil anos atrás (TAÇON; PARDOE, 2002).

de animais, sendo os ovinos a primeira espécie zootécnica efetivamente domesticada (RUDDIMAN, 2005). Childe (1981), atenta que a adoção de uma economia produtora de alimentos influenciou na vida e refletiu na curva populacional. Com o cultivo de alimentos ocorreu a derrubada dos limites das comunidades de coletores e caçadores pela oferta de alimentos e de caça, nem sempre disponíveis.⁵

Com o agravamento da situação climática, homens e animais buscavam as margens dos lagos e os oásis, expondo-se aos ataques dos animais de presa, que também procuravam esses locais em busca da água e de alimentos.

O homem observou que poderia viver do cultivo e destinar o resto das lavouras para os herbívoros.⁶ Estudou os hábitos, ofereceu segurança, afastou os predadores, disponibilizou alimentos e deixou de criar apenas os órfãos para diversão ou rituais, passando a criar animais de um rebanho dócil como reserva de caça.

Os animais foram se habituando, sendo o primeiro passo para a domesticação. O homem primitivo promoveu uma seleção genética, em função da predisposição para a mansidão e a capacidade de reprodução em cativeiro, condições essenciais para a domesticação. Este convívio fez o homem entender o processo de reprodução, passando a suprir alimento e água, obtendo não só um rebanho domesticado, mas dependente. Neste período, outras espécies foram domesticadas.

O processo criatório teve início quando o homem percebeu utilidades nos animais, como a importância dos dejetos na fertilização das pastagens, descobrindo a sua função como adubo. Entendeu o processo de alimentação das crias e passou a utilizar o leite como alimento, com a vantagem de não necessitar abater o animal, preservando-o como capital. Uma seleção foi feita com as melhores fêmeas leiteiras, poupando-as do abate e colocando seus filhos em fêmeas de menor produção. Assim passou a selecionar animais a partir de suas aptidões.⁷ Foram criados arreios para utilizar animais como meio de transporte, como força de tração na agricultura, e também nas guerras, com isso ganhou velocidade de deslocamento, o que permitia avanços e ataques mais rápidos e contundentes.

⁵ Os filhos eram ajudantes no pastoreio de ovelhas e no plantio e os tratos dos campos tornaram-se economicamente úteis. Nas crises climáticas surgiram os agricultores, em função da escassez de alimentos e experiências em que as sementes coletadas germinavam em solos propícios (CHILDE, 1981).

⁶ Os herbívoros eram tão fracos que não tinham forças para fugir e carne para fornecer. O convívio com esses animais possibilitou o estudo da vida animal, pela proximidade com remanescentes de rebanhos inteiros, compreendendo animais de várias idades e de ambos os sexos (Ibid.).

⁷ Observou-se que a lã, nos carneiros selvagens, não passava de uma fina penugem em meio aos pêlos e eram selecionados os animais mais lanados, obtendo fibra suficiente para as suas vestes (Ibid.).

No papel de criador, o homem tomou para si o controle da produção, abastecimento de alimentos e cultivo da terra, passando a ser proprietário de animais e terras, como protomodelo do que seria, futuramente, a propriedade rural.⁸

Os povos sentiram-se mais seguros na busca do conhecimento das forças da natureza e passaram a atribuir poderes a totens, representados por figuras de animais encontradas no vale do Nilo e outras culturas, constituindo-se os clãs totêmicos. Estes animais tornavam-se sagrados, inatingíveis e respeitados como divindades. No Egito e na Mesopotâmia a história registra gatos, serpentes, aves e bois adorados como deuses, bem como no Antigo Egito e no Vale do Nilo.⁹

A atribuição de poderes a animais, ainda hoje ocorre em algumas seitas orientais, como registra Rodrigues (1989), em relação ao culto hindu às vacas. O autor comenta que embora estejam morrendo de fome, os hindus de algumas seitas religiosas não permitem abater uma vaca para mitigar suas necessidades alimentares.¹⁰

Contraditoriamente à divinização, a da vaca foi desmistificada e o culto passou a adquirir lógica quando se estudou o modelo de ecossistema rural indiano, onde os usos do animal e de seus dejetos são bases do processo agrícola¹¹, ao lado do papel social importante como fornecedoras de leite ou aval para empréstimo. Geralmente esses animais são mal nutridos e maltratados por quem os venera. Gandhi dizia que em nenhum lugar do planeta se tratava tão mal a vaca como na Índia. A relação vaca x bois está diretamente relacionada com as formas de organização da produção agrícola e o sistema é energeticamente mais racional e eficiente que o modelo agroindustrial (HARRIS, 1978).

⁸ A multiplicidade de aplicações da economia produtora de alimentos não deve ser esquecida. A economia neolítica inexistiria sem um esforço cooperativo, comprovado nos estudos arqueológicos realizados no Egito e Europa Ocidental que mostram a forma regular de construções (CHILDE, 1981).

⁹ Documentos da Ásia Menor, datados de cerca de 3000 a.C. relacionam com o Mediterrâneo o temível deus-peixe Azuth, pela sua ambigüidade. Ele era o símbolo benigno da fertilidade, mas também a imagem da maldade porque devorava as filhas fêmeas (ROSSETTI, 2005).

¹⁰ Cada parte da vaca é considerada habitada por uma divindade. Seu pêlo e excrementos são santificados e sua urina é como a “água benta”. As penalidades para os que matam e comem, maltratam ou permitem o sacrifício de uma vaca é padecer “tantos anos quanto forem os fios de cabelo de seu corpo”. Antigamente, era aplicada a pena capital, hoje é feita a expulsão da comunidade. Quem por imperícia ou negligência permitir a morte de uma vaca pode passar dias sem falar, apenas mugindo (RODRIGUES, 1989).

¹¹ A vaca transformou-se em “fábrica de bois” para tração, arados e outros implementos agrícolas. Seus dejetos em fontes energéticas utilizadas como combustível nos fogões ou como adubo, poupando energia fóssil, em termos de adubo químico e como matéria-prima na pavimentação das casas. As vacas são excelentes “limpadoras” do ambiente consumindo lixo urbano e rural (HARRIS, 1978).

Com a apropriação, a comunidade passou a proteger como mercadorias e criou leis referentes à posse e responsabilidades da posse dos animais. O estudo da condição de saúde ou doença dos animais e o seu tratamento constaram do Código de Hamurabi (1.800 a.C.) que em seus artigos 224 e 225, regulamentou o pagamento ao veterinário e o valor da pena atribuída em caso de imperícia. A Veterinária tornou-se uma das mais antigas profissões regulamentadas na história da humanidade (ENCICLOPÉDIA..., 2007).

O criatório se estabeleceu desta forma até o século passado, com algumas transformações no processamento de produtos, formas de criação e organização da produção, em função dos sistemas políticos vigentes. Em torno de 1950, com o advento da Revolução Verde¹² e dos sistemas agroindustriais, surgiu o uso de animais para investigação médica e a busca do aumento da sua produtividade (BAYVEL; RAHAMAN; GAVINELLI, 2005).¹³

A industrialização afastou a comunidade do campo num processo paulatino e contínuo de êxodo rural, porém a sociedade começou a perceber e questionar essa forma de produção. A utilização de animais para a obtenção de alimentos e fibras têxteis envolve bilhões de cabeças e os temas relativos à criação e ao bem-estar de animais confinados em granjas chamam cada vez mais a atenção das pessoas, pela repercussão ambiental e de segurança alimentar.

3.3 PROCESSO PRODUTIVISTA X BEM-ESTAR ANIMAL

A questão do bem-estar animal tornou-se uma reivindicação mundial, diante das denúncias dos maus-tratos aos animais, tanto por parte de escritores como por parte das organizações de proteção animal. A carência de BEA nos sistemas criatórios nas agroindústrias foi percebida e questionada. O sistema agroindustrial orienta a maximização da produtividade e o animal é percebido como uma máquina, fato explicitado até na publicidade.

Assim, a condição de animal senciente desapareceu frente ao interesse econômico de produzir mais com menores custos e maiores lucros. O bem-estar animal foi encarado como

¹² Uma das grandes transformações ocorridas na agricultura, a partir dos anos 50, resultou da Revolução Verde – RV, cuja tecnologia partiu das sementes de Variedades de Alto Rendimento – VAR, num conjunto de práticas e insumos agrícolas necessários para assegurar as condições para que os novos cultivares alcançassem crescentes de produtividade (CAPORAL, 2006).

¹³ Como resultado da industrialização do setor agropecuário, a produtividade duplicou em 10 anos, enquanto antes foram necessárias três décadas e, anteriormente, um século (1820 a 1920) para que a produtividade se multiplicasse por dois. A industrialização agropecuária e a urbanização distanciaram as pessoas do campo, gerando um interesse crescente do público e meios de comunicação pelos animais de granja (BAYVEL; RAHAMAN; GAVINELLI, 2005).

um entrave a esse tipo de exploração que considera o animal como algo sem sentimentos e suas necessidades são apenas para produzir dentro da sua aptidão zootécnica.

Desta forma, a avaliação dos métodos de produção animal tornou-se imprescindível do ponto de vista cultural, científico e profissional, com a necessidade de avaliações científicas de forma isenta para determinar as respostas comportamentais e fisiológicas dos animais (DUNCAN, 2005).

Estudos científicos demonstram que o modelo de produção agroindustrial ocasiona alterações orgânicas decorrentes da produção de hormônios, oriundos do estresse, refletindo na saúde do animal e que os resíduos metabólicos originados contaminam a carne e o leite, afetando a qualidade dos produtos de origem animal obtidos (BRISIO; FRANCESCOLO; BIANCHI, 2004; FAUCITANO, 2000; MORROW et al., 2002; RAJ, 2000; ROLLIN, 2001; VERGA; CARENZI; LE NEINDRE, 1999).

Essas observações e os casos de mutilações, processos decorrentes do estresse ou provocados nas formas de criação, condições de transporte, instalações de pré-abate e abate dos animais, chamaram a atenção da população e dos organismos internacionais de saúde animal (HÖTZEL; MACHADO FILHO, 2004). A OIE reconheceu as conseqüências para a saúde dos consumidores do desrespeito aos direitos dos animais (REUNIÓN...,2005). O surgimento de doenças como a Encefalopatia Espongiforme Bovina – BSE, ou doença da vaca louca, demonstrou a importância do respeito ao bem-estar animal para a saúde pública. A BSE ocorreu na Inglaterra, após a alimentação de bovinos confinados com ração elaborada com proteínas de ovinos. Na época ocorreram modificação nos procedimentos de esterilização na produção de farinhas de carne e uma desregulamentação dos serviços de inspeção, porém o desrespeito ao comportamento animal, transformando herbívoros em carnívoros, foi o fator determinante (LYRA, 2001).

3.4 ENSINO DE BEM-ESTAR ANIMAL E DE ETOLOGIA NOS CURSOS DE MEDICINA VETERINÁRIA

Os cursos de Medicina Veterinária, até pouco tempo atrás, não possuíam em sua grade curricular a disciplina de Bem-estar Animal e Etologia, somente recentemente vêm ministrando o tema como conteúdo diluído em outras disciplinas. Enquanto isso, o assunto vem sendo objeto de estudo em outros cursos das ciências agrárias desde a década de 80. Com a criação, em 1981, da disciplina de Etologia Aplicada, no curso de Agronomia da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo professor Luiz Carlos Pinheiro Machado,

constituiu-se assim no primeiro curso das Ciências Agrárias, na América Latina, a se dedicar ao ensino do tema (MACHADO FILHO; HÖTZEL, 2003).

Em 1º de julho de 1986, em seminário para discutir o ensino de BEA nos cursos de Medicina Veterinária, realizado no Colégio Real de Veterinária, da Grã-Bretanha, duas questões foram levantadas pelo professor Wood-Gush, da Universidade de Edimburgo, Reino Unido: 1 - onde deveria ser incluído o BEA no currículo? 2 - o tema deve ser interdisciplinar ou ministrado em separado? A primeira experiência do ensino de bem-estar animal ocorreu no Departamento de Medicina Clínica Veterinária da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, em 1986, na Cátedra Colleen Macleod, a cargo do professor Donald Broom (ESTOL, 2004).

No XXIV Congresso Mundial de Medicina Veterinária, realizado no Rio de Janeiro, em 1991, o BEA passou a fazer parte da temática com aprovação de duas resoluções, que se tornaram históricas para a vinculação da classe veterinária ao tema: - a manutenção do tema em todos os Congressos Mundiais de Veterinária e a recomendação para que a disciplina fosse parte do currículo das escolas de Medicina Veterinária.¹⁴ A Associação Mundial de Veterinária, ante a recomendação desse congresso, publicou, em 1993, um documento sob o título: “Políticas sobre o Bem-estar dos Animais e Etologia”, a necessidade da disciplina fazer parte da área básica do curso. Baixa uma resolução estabelecendo que o bem-estar animal deve ser ministrado como disciplina independente e deve ter como conteúdos: a bioética, a etologia, os conceitos de sofrimento e bem-estar. Além disso, refere que esse tema deve ser ministrado no nível pré-clínico e estender-se ao clínico (WORLD..., 1993). Em obediência ao preconizado pela Associação Mundial de Veterinária - WVA se ressalta a importância da inserção do médico veterinário nas questões do bem-estar animal e a necessidade de disciplina específica¹⁵ (MOLENTO, 2003; MELLO, 2007).

Em 1993 foi aprovado o plano de estudo de Veterinária, na Universidad del Salvador (USAL), na Argentina, que se tornou o primeiro curso de Medicina Veterinária no continente a criar a disciplina de Bem-estar Animal. Este apresentava 60 horas-aula onde se incluíam: políticas sobre o BEA e etologia, como prescrito no “Manual sobre o cuidado e uso dos

¹⁴ O tema indicado por Elizabeth McGregor, presidente da Associação Mundial das Mulheres Veterinárias e vice-presidente de honra do Congresso, foi apresentado em trabalhos, simpósios e pôsteres. A sessão plenária de abertura foi uma palestra da Dra. McGregor sobre bem-estar animal (MELLO, 2007).

¹⁵ Na década de 80 foi criada a Comissão Internacional de Bem-estar Animal, presidida por Eli Mayer, de Israel. As reuniões aconteciam na sede da OIE e a resolução mais importante foi a Declaração de Princípios de BEA, com base nos trabalhos das universidades de Cambridge e de Bristol. Com isso, a profissão veterinária se inseriu num movimento até então liderado por Associações de Proteção dos Animais.

animais de experimentação” publicado pelo Canadian Council on Animal Care; a Declaração Universal para o Bem-estar Animal proposta pela WSPA e a legislação argentina sobre proteção animal. A intenção foi a de desenvolver nos alunos habilidades que permitam compreender o valor moral do animal, o reconhecimento de sua capacidade de sentiência e a obrigação de determinar e reconhecer as situações de dor para aliviar seu sofrimento. Como premissa estabeleceu-se que existem temas de BEA comuns a todas as espécies e alguns aplicáveis a várias espécies e que os conhecimentos de disciplinas distintas levam ao melhor entendimento do BEA. Historicamente, os cursos de Medicina Veterinária resistem em incorporar o bem-estar animal como disciplina específica considerando que o tema deve ser tratado como a ética, que permeia as outras disciplinas, sem a necessidade de particularizá-lo (ESTOL, 2004).

A primeira disciplina de Bem-estar Animal, na América Latina, num curso de Pós-graduação em Medicina Veterinária, surgiu em 1993, na Universidade Nacional Autônoma do México - UNAM, a cargo da professora Alina Suleiman Aluja, no Departamento de Etologia, Fauna Silvestre e Animais de Laboratório da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia.

No Brasil, a disciplina apareceu no currículo de Medicina Veterinária, em 1997, na Universidade de Brasília, quando o professor Milton Thiago de Mello, membro da Comissão Organizadora do curso, incluiu o BEA na programação como disciplina optativa. Porém a disciplina só foi oferecida em 1999, e despertou grande interesse por parte dos alunos, inclusive de outros cursos.¹⁶ Segundo o autor citado, o tema está presente em pelo menos um terço dos 130 cursos de Medicina Veterinária no país e a tendência é aumentar devido às pressões da sociedade organizada e dos países importadores de carnes brasileiras, e mais recentemente, pela orientação da OIE. Em 1998, em São Paulo, foi criada a Associação Latino-Americana de Bem-estar Animal, tendo como primeiro presidente o professor Leopoldo Estol, da Universidad del Salvador - Argentina (MELLO, 2007).

Até 2004, segundo os dados da WSPA citados por Estol (2004), somente nove cursos de Medicina Veterinária no Brasil ministravam disciplinas sobre bem-estar animal. Em quatro cursos era uma disciplina obrigatória e nos demais, o tema aparece nas grades curriculares apenas como conteúdo interdisciplinar ou em conferências.

Antônio Petrini, analisando o ensino de BEA, ressalta que esta é uma preocupação constante, sendo o assunto incluído na temática da I Conferência Mundial de Bem-estar

¹⁶ O professor considerou “impressionantes” os relatórios dos alunos sobre BEA de animais no biotério da universidade e nas exposições agropecuárias e as falhas nos procedimentos apontados. Após a etapa inicial, o professor Francisco Moreno Bernal assumiu a cátedra de Bem-estar Animal.

Animal da OIE, realizada em Paris, em fevereiro de 2004¹⁷. Reconhece que este assunto necessita e deve ser incluído nos cursos de mais países, inclusive os países europeus que ainda não têm BEA no currículo veterinário, apesar do pioneirismo destes na Europa, citando o caso da primeira disciplina, criada pelo professor Broom, na Universidade de Cambridge. Este é um procedimento que apenas está iniciando. Destacam-se os cursos à distância (*e-learning*) de formação continuada de médicos veterinários em BEA.¹⁸

Vários estudos foram realizados, tanto no Brasil como no exterior, no sentido de estabelecer a capacitação de docentes e adoção de técnicas e estratégias de ensino, a partir da percepção dos professores e alunos acerca do bem-estar animal (HELESKI; MERTIG; ZANELLA, 2004; MARTINS; GOUVEIA, 2003; MOLENTO; LAGO; ZAFANELLI, 2005; PAIXÃO, 2006). Trabalhos com alunos de graduação têm sido desenvolvidos nos cursos de Medicina Veterinária, em todo o país, com o intuito de promover o tema e despertar o interesse do aluno para uma visão crítica sobre ele (FERNANDES et al., 2006; MOLENTO; YAMASHIRO; KLANK, 2006; SOUZA; GALVAGNI, 2006; TELHADO et al., 2006).

A Universidade Austral do Chile somente em 2006 iniciou uma disciplina de Bem-estar Animal em nível de graduação, entre o 2º e o 3º ano de Veterinária. Antes, o tema era tratado de forma interdisciplinar em Produção Animal e Tecnologia de Carnes. Porém, nos últimos anos, a universidade realizou pesquisas na área de BEA e tem desenvolvido o tema como conteúdo de outras disciplinas de graduação e pós-graduação, como no abate humanitário ou no transporte¹⁹.

A importância do ensino de Etologia Aplicada está representada no conceito de que se trata de estudo do comportamento animal com alguma finalidade ou aplicação para os humanos. A etologia acompanha o homem desde a domesticação dos animais, quando a observação do comportamento era usada para selecionar os mais dóceis e com capacidade de co-habitação. Seu estudo forneceu subsídios para identificar que os animais respondem que sentem e reagem à dor, que têm memória, preferências e que sofrem e sentem angústia, podendo, por essas qualidades, ser classificados como seres sencientes. O conhecimento científico sobre bem-estar animal permitiu avaliar a qualidade de vida dos animais e a

¹⁷ Uma das exigências, que emergiu das discussões na Conferência, foi a necessidade de introduzir o ensino de BEA nos cursos de graduação em Veterinária ou nos cursos de pós-graduação.

¹⁸ Este é um assunto a ser desenvolvido, por ser, o veterinário, uma figura fundamental para trabalhar sobre o tema de BEA. Essas informações pessoais foram dadas por Petrini, em depoimento gravado em fita cassete, em 30/10/2006, durante a Reunião da OIE para os países americanos, em outubro de 2006, em Florianópolis.

¹⁹ Informação pessoal dada pela dra. Carmem Gallo, em depoimento gravado em fita cassete, em 30/10/2006, na Reunião da OIE em Florianópolis.

responsabilidade ética assumida pelo homem a partir do momento que domesticou os animais e os colocou sob o seu domínio (MACHADO FILHO; COIMBRA, 2006).

Apesar da importância do estudo do comportamento animal, a etologia não se encontra na relação das áreas de conhecimento da Medicina Veterinária²⁰ e, sim como subárea da Zootecnia, o que enaltece a necessidade da Medicina Veterinária ter como prioridade o estudo do bem-estar animal.

3.5 DE HAMURABI À OIE: A EVOLUÇÃO DA LUTA PELA PROTEÇÃO E O BEM-ESTAR DOS ANIMAIS

3.5.1 Retrospectiva histórica das legislações sobre a proteção e o bem-estar animal no mundo

O Código de Hammurabi (1750 –1685 a.C.), datado de cerca de 3.800 anos atrás, era pródigo em termos de regulamentar a relação homem-animal. Das 282 cláusulas, 11 delas normatizavam a posse, o empréstimo, o aluguel, as responsabilidades sobre os animais e as punições ante as desobediências à lei (ENCICLOPÉDIA..., 2007).

O Livro de Levítico, essencialmente comum ao Torah, à Bíblia e ao Alcorão, normatiza o uso dos animais, as formas de sacrifício e as espécies que podem ser consumidas.

O Dhamarsutra de Baudhayama, de 500 a 300 a.C., diz que Brahma atribuiu à terceira casta (Vaisya), o VIS, ou seja, o poder de cuidar dos animais, dentre outras atribuições.

A Lei das XII Tábuas (450 a.C.), que originou o Direito Romano, estabelecia na Tábua VII as responsabilidades dos proprietários de rebanhos.²¹

O Código de Manu, que vigorou na Índia entre 200 a.C. e 200 d.C., disposto em 12 livros, trazia em 32 dos seus artigos normas quanto às condutas acerca da posse e das responsabilidades com os animais.²²

²⁰ Fonte: BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Tabela de Áreas de Conhecimento. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/Documentos_gerais.htm>. Acesso em: 28 jul. 2007.

²¹ Pelo antigo Código Romano os animais eram classificados como *res mancipi*, coisa passível de posse, no caso dos animais domésticos. Os animais silvestres eram classificados como *res nec mancipi*, coisa não passível de posse. Durante o império de Justiniano, os animais passam a ser considerados, segundo o direito de posse, como bens móveis (*res mobiles*) e semoventes; como *res nullius*, sem um proprietário designado, como os animais silvestres, e *res derelictae* para os animais abandonados por seus donos. (SANTANA; OLIVEIRA, 2006).

²² Prescrevia também a condenação dos jogos de combate com animais, das agressões aos animais, dos responsáveis pelo atropelamento de animais por carroças, dos responsáveis pelo roubo ou a apreensão de animais alheios (ENCICLOPÉDIA..., 2007).

Na Idade Média, com a derrocada do Império Romano e o domínio dos povos bárbaros, perante a lei houve uma “igualdade processual”. Assim, os animais e os homens passam a ter o mesmo tratamento jurídico, inclusive podendo o animal ser considerado como parte e sofrer as mesmas penalidades atribuídas aos homens (SANTANA; OLIVEIRA, 2006).

No Século XVII, René Descartes sustentou a sua teoria mecanicista, segundo a qual o animal não passava de uma máquina, mero objeto mecânico, sem capacidade de sentiência, pois esses sentimentos só poderiam existir nos seres dotados de alma, como os seres humanos (ODENDAAL, 1991; SANTANA; OLIVEIRA, 2006). Como esse pensador influenciou e continua influenciando o pensamento científico, sua teoria serviu para justificar as atrocidades em relação aos animais e o modelo da agricultura industrial (ODENDAAL, 1991).

Com a introdução dos princípios da agricultura industrial, na década de 50, transformando o processo criatório numa indústria de produção de carne, lã ou leite, os principais conflitos se intensificaram. Esse tipo de agricultura é definido por Friedland (2004) como “uma série de conjuntos de processos industriais, fisicamente situados mais ao ar livre do que sobre um teto”. Vários movimentos em prol de uma ética na condução e criação de animais geraram legislações que se contrapõem à teoria mecanicista cartesiana.

Na Inglaterra, em 1964, a publicação do livro *Animal Machines*, de Ruth Harrison, denunciou os maus-tratos a que os animais confinados eram submetidos. A repercussão levou o Parlamento inglês a criar uma comissão, encabeçada pelo veterinário Roger Brambell que, em 1965, concluiu em seu relatório a procedência das denúncias e estabeleceu as cinco liberdades mínimas dos animais: cuidar-se corporalmente, dar uma volta sobre si mesmo, levantar-se, deitar-se e estirar os seus membros.

Em 27 de janeiro de 1978, a UNESCO reconhece os direitos dos animais através da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada em Bruxelas, tendo o Brasil assinado o documento (SANTANA; OLIVEIRA, 2006).

A OIE reconhece como liberdades ou necessidades as mesmas consagradas pelo Farm Animal Welfare Committee, em 1993, como sendo as que devem reger o BEA: viver livre de fome, de sede e de desnutrição; livre de temor e de angústia; livre de desconforto físico e térmico; livre de dor, de lesão e de doenças e livre para manifestar um comportamento natural (MOLENTO, 2003). Porém, os animais ainda continuam privados dessas condições, em diversas situações, no mundo inteiro.

Os países, notadamente os pertencentes à União Européia, têm aprovado normas rígidas sobre as questões referentes ao BEA. Sobre a experiência neozelandesa, Mellor e Bayvel (2004) concluem que, além do conhecimento científico, sejam levadas em conta as

características sociais, culturais e éticas, as implicações de ordem econômica, dentre outros fatores, assim como a ampla participação dos setores organizados da sociedade, em especial os relacionados com o tema.

Para Fraser (2004) a sociedade tem se baseado em três perspectivas ao estabelecer o que é importante para o BEA, a saber: a perspectiva do “funcionamento biológico”; a da “vida natural” e a dos “estados afetivos” dos animais.²³ Recomenda que as normas devem conter abordagens que abranjam as três perspectivas apresentadas.

Na União Européia a preocupação em relação a estas normas pode ser apreciada nos inúmeros trabalhos sobre o tema, buscando conhecer as várias situações de agravo do BEA.

Sapino et al. (2004) realizaram, na região de Piemonte - Itália, uma pesquisa sobre a tipologia e a frequência das violações no transporte de animais sobre rodas, com duração além de oito horas de viagem. Concluíram que os transportadores de suínos obedecem mais às regras para o transporte por mais de oito horas que os transportadores de bovinos. Independentemente das espécies transportadas, a principal irregularidade é a carga excessiva. Entre os transportadores de bovinos predomina a ausência de divisórias nas carrocerias e, entre os de suínos, o nível do bebedouro é o ponto crítico.

Carteny e Dionisi (2005) relatam o que foi a luta para a aprovação da legislação sobre transporte de animais na União Européia (UE), pois as divergências entre os países do norte europeu e os do sul não permitiam o entendimento em relação à quantidade de horas permitidas para o transporte contínuo.

Nos Estados Unidos, Wise (2005), analisando a evolução da legislação sobre animais desde 1950, inicia o seu trabalho dizendo que “anticrueldade não é necessariamente sinônimo de bem-estar animal”. Diz que os estatutos contra a crueldade já perduram nos Estados Unidos desde 1850 e, antes disso, na legislação inglesa de 200 anos já constava algo sobre infligir abusos desnecessários ou dores injustificáveis e sofrimento a um animal. Depois da II Guerra Mundial o tema apareceu com mais força, sendo este, acerca das leis sobre animais, discutido em seminários promovidos por organizações jurídicas. Em 2002, o tema já fazia parte do

²³ A perspectiva do “funcionamento biológico” determina que o BEA depende de um alto nível de saúde, de crescimento, de eficiência de produção e características afins. Este é modelo produtivista e de alguns veterinários e cientistas ligados a essa forma de produzir. A outra perspectiva é a da “vida natural”. Prega que o animal deve ser livre para viver uma vida num meio relativamente natural e utilizar os comportamentos próprios de sua espécie com frequência. Este é o enfoque dos defensores de uma produção agropecuária mais naturalista e também de grande parte dos consumidores. A perspectiva dos “estados afetivos” dos animais leva em consideração a prevenção em relação aos estados negativos de BEA, como sofrimentos, dor, situações de estresse e a promoção de estados positivos de BEA, como conforto e satisfação. É comum entre as pessoas de visão humanitária e entre os cientistas do bem-estar animal.

currículo de 19 cursos de Direito norte-americanos, incluindo nesse rol os das universidades de Harvard, George Washington, UCLA, Hastings e Georgetown. Nesse mesmo país, a iniciativa privada busca de alguma forma diferenciar os produtos oriundos de criatórios onde o BEA é respeitado, através de padrões a serem obedecidos pelos fornecedores de alimentos de origem animal (BROWN; HOLLINGSWORTH, 2005).

Rowen e Rosen (2005) consideram que entre 1958 e 1972 foram criadas as três leis que serviram de base para as demais sobre BEA nos Estados Unidos da América, a saber: a Lei do Abate Humanitário (1958), a Lei do Bem-estar Animal (1966) e a Lei de Proteção dos Mamíferos Aquáticos (1972).

Grandin (2001), com referência às burlas da Lei do Abate Humanitário nos Estados Unidos, tem observado três tipos psicológicos básicos: o “grampeador de caixa”; o “ritualístico sagrado” e o “sádico”, entre os magarefes²⁴. Em relação ao último, cabe aos administradores identificá-los e removê-los do contato com animais.

Trent et al. (2005) destacam na América Latina, Ásia e África, que a existência de legislação varia de acordo com o nível sócio-econômico de cada país, a cultura e as suas tradições em relação à proteção animal. Na América Latina, registram um crescimento do interesse para a proteção animal nos últimos anos. Porém apenas Peru, Costa Rica, Colômbia e Brasil possuem leis federais sobre BEA. Em sua análise sobre o Brasil, refere-se à existência do Decreto 24.645/34 e a Lei de Proteção Ambiental nº 9.605/98. Sobre o mesmo tema, Gallo (2006), trabalhando com os delegados dos países membros da OIE nas Américas, em uma pesquisa com base em um questionário fechado, confirma os dados encontrados pelos autores anteriormente citados. Em relação à motivação maior para adotar uma legislação de bem-estar animal nos países latino-americanos Rojas, Stuardo e Benevides (2005) constataram que, esta, está relacionada diretamente com a possibilidade de exportar produtos agropecuários para determinados mercados. Muito embora os autores revelem que constataram um interesse expresso de melhorarem as condições de bem-estar, devendo-se levar em consideração as características gerais da pecuária dos distintos países.

Neste marco, tanto o Código Zoossanitário para Animais Terrestres (OIE, 2005a) como as recém aprovadas Normas Internacionais sobre Bem-estar Animal (OIE, 2005b), estabelecem diretrizes sobre o transporte, o pré-abate e o abate dos animais. Determinam procedimentos que minimizem os transtornos ao BEA, primeiramente, nos vários tipos de

²⁴ A maioria deles está enquadrada como o “grampeador de caixa”. A expressão pretende caracterizar o indivíduo eficiente, que faz seu trabalho profissionalmente e raramente comete uma crueldade deliberada. O segundo grupo corresponde, por exemplo, aos sacerdotes que executam os abates ritualísticos, concentrados na sua função religiosa. Infelizmente, existe uma minoria que tem um comportamento sádico.

transporte e no sacrifício, tanto para consumo humano como para fins de controle sanitário. No caso do transporte, prevêm-se medidas desde o embarque dos animais para a viagem até a estabulação no veículo e o desembarque, seja ele por qualquer meio de transporte, como se detalhará mais adiante.

Em termos de sacrifício para qualquer fim, as normas prevêm medidas que envolvem o desembarque dos animais; a estabulação no pré-abate para repouso dos animais; os procedimentos de condução ao local de abate e os métodos de sacrifícios, recomendados por espécie, evitando maus-tratos ou deficiência de manejo que produzam estresse ou dor.

3.5.2 As legislações sobre a proteção e o bem-estar dos animais, do período colonial ao Brasil atual

No início do Século XV, a profusão de leis antigas e extravagantes que remontavam ao período de dominação romana na Península Ibérica, como a *Lex Romana Visigothorum* (legislação dos hispano-romanos e visigodos), levou D. João I a designar a compilação de todas as leis existentes e vigentes em Portugal. O que veio a se efetivar em 1446, no reinado de D. Afonso V, daí o nome de Ordenações Afonsinas. Estas vigiram, no Reino e em suas colônias, entre a data de sua publicação até 1521, sendo essa a primeira legislação a fazer parte do cabedal jurídico do Brasil colonial (FERREIRA, 1951). Esta obra foi organizada em cinco livros e seus Títulos²⁵ e trazia alguns títulos voltados para a conduta dos homens em relação aos animais²⁶ (UNIVERSIDADE..., 2007a).

Em 1495, assume o Reino de Portugal D. Manuel I, o Venturoso, e determina uma nova compilação dando origem às Ordenações Manuelinas, que vigoraram de 1521 a 1603. Esse documento traz as mesmas ordenações e a mesma organização em cinco livros, com uma maior atenção em relação à questão dos animais²⁷ (UNIVERSIDADE..., 2007b).

²⁵ Título, nas Ordenações, era a denominação dada a cada item ou tema tratado.

²⁶ No livro III, ficaram proibidas as penhoras de cavalos dos vassalos e “acontilhados” (cavaleiros sob o soldo do rei). No livro IV, ficou estabelecida a proibição da devolução de um animal após a sua entrega. No livro V, estipula-se penalidades para o furto de aves e também como utilizar as bestas muares (UNIVERSIDADE..., 2007a).

²⁷ O cavalo adquire símbolo de nobreza. Perdia o título o cavaleiro que não dispusesse de cavalo e armas. Previam-se penalidades como o degredo para as “nossas terras d’além mar, por duos annos...” àqueles que atentassem contra a natureza e contra os animais. Dentre as espécies protegidas, estavam as da fauna silvestre, instituindo períodos de defeso, e as abelhas. O dano ao ambiente, como o ato de atear fogo nos campos para transformar em pastagens, implicava em penas que variavam desde a pena de chibatadas ao degredo para as colônias, devido ao dano causado à fauna (UNIVERSIDADE..., 2007b).

O desaparecimento do Rei D. Sebastião, na Batalha de Alcacer Quibir, no Marrocos, em 1578, determina a vacância do trono português (SEBASTIÃO..., 2007). Por um acordo matrimonial, este fato determina que Felipe II, de Espanha, sob o título de Felipe I de Portugal, assumia o trono português em 1581 (FILIPE..., 2007) e ele então determina a reformulação das Ordenações Manuelinas. Então denominadas de Ordenações Filipinas, vigoraram a partir de 1603 até 1867 em Portugal e no Brasil até 1916, quando se criou o Código Civil Brasileiro²⁸ (FERREIRA, 1951). Manteve-se o mesmo formato das anteriores, acrescentando-lhes novos princípios, conceitos e normas para a sua atualização (UNIVERSIDADE..., 2007c).²⁹

Chama a atenção o fato do degredo de depredadores da natureza e seviciadores de animais para as colônias d'além mar. Os reincidentes eram destinados ao Brasil, em definitivo, trazendo consigo os seus hábitos danosos e podendo pô-los em prática, livremente, diante da carência de fiscalização e de cumprimento das leis nas Colônias.³⁰

Durante a República Velha, em 1924, através do Decreto 16.590/24 foi elaborado o primeiro dispositivo normativo sobre o tema, regulamentando o funcionamento das casas de diversões e proibindo uma série de maus-tratos que violassem a dignidade dos animais (SANTANA; OLIVEIRA, 2006).

3.5.3 Decreto 24.645/34: seu papel histórico e político pioneiro, como fonte de consulta e inspiração

Com o advento da Revolução de 30, várias mudanças políticas ocorreram no país. Um novo governo se instituiu no Brasil, com uma nova filosofia política, acabando com a hegemonia da Velha República e sua política agrária conservadora, do “café com leite”.³¹

²⁸ Este mantinha o conceito de animal como era no período do direito romano, fruto da influência da legislação lusitana (SANTANA; OLIVEIRA, 2006).

²⁹ Dentre estes, criminalizou a zoofilia e as agressões à fauna. Estabeleceu regras de defesa e proteção para espécies aquáticas ameaçadas, sobre os tipos de equipamentos de pesca e de caça e determinou os locais permitidos para as práticas referidas e as condutas em relação ao abate de animais, dentre outras. Destaca-se que as penas de degredo para o Brasil continuaram sendo mantidas.

³⁰ Nota do autor: os desmandos na colônia eram tantos, chegando a ponto de se estabelecer na Europa, do Século XVIII, um ditado: “Não existe pecado do lado de baixo do Equador”. Conforme Vainfas (2003), antes, relatos do Pe. Manoel da Nóbrega pediam ao Rei providências quanto aos desmandos e libertinagens na Colônia.

³¹ Nota do autor: assim denominada pela alternância no poder central do país entre políticos paulistas e mineiros, num processo eleitoral até certo ponto questionável em seus procedimentos.

Em 10 de julho de 1934, por inspiração do ministro da Agricultura, Juarez Távora, sob a influência da Sociedade Brasileira Protetora dos Animais, o presidente Getúlio Vargas faz publicar o Decreto 24.645/34³², que estabelece as normas que garantem a proteção dos animais e penalidades para os infratores. O decreto continua em vigência, embora em parte revogado, e seu conteúdo é perfeito e atual (DIAS, 2000). As mais recentes legislações sobre proteção e bem-estar dos animais, como a Lei 11.977/SP, de 26/09/2005, copiaram-no, textualmente, em grande parte, aditando alguns temas em atenção às situações atuais, e ainda inexistentes no Brasil de 1934. Dentre outras providências, o decreto inicia dando a tutela do Estado brasileiro aos animais e nomeando seu representante jurídico o Ministério Público e como seus substitutos legais, os membros das sociedades protetoras dos animais.³³

Um dos objetivos deste trabalho é resgatá-lo, por sua antecipação histórica, por ser um documento nacional, elaborado pela iniciativa de brasileiros e de acordo com conceitos nacionais de criação, de transportes, de condutas, de práticas comerciais e esportivas com animais, de uso no país.

O entendimento dos maus-tratos, contido no Decreto, traz, implicitamente, conceitos modernos e atuais, tais como o conceito da senciência, expresso nos termos que implicam na coibição e punição de ações que produzam sofrimento, desconforto, mal-estar, estresse, reconhecendo nessas sensações a capacidade do animal de senti-las e padecer delas, como se explicita nas práticas condenadas e nas respectivas punições.

Para fins de estudo, o Decreto pode ser apreciado de acordo com a sua consideração do que são maus-tratos e, didaticamente, ser categorizado em: a) temas envolvendo o reconhecimento da senciência; b) temas envolvendo questões de BEA na produção, no transporte e nos sacrifícios; c) temas de ordem ética na relação homem-animal e d) as posturas políticas de BEA.

³² O Decreto 24.645/34 ficou conhecido popularmente como a “Lei de Proteção dos Animais”. Em 1935, foi utilizado pelo Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto na defesa do comunista alemão Harry Berger, um dos líderes da Revolução Comunista de 1935. Pelo fato de estar preso em condições desumanas, sob tortura física diária e sem condições de ser defendido pelo Código Civil, por ser estrangeiro e estar irregular no país, o jurista apelou para esse Decreto em sua defesa, tornando este um fato inusitado no direito universal (PINTO, 2007).

³³ Geralmente, a academia e, notadamente, os cursos das ciências agrárias e, em particular, as cadeiras de Zootecnia, Etologia, Bioética e Bem-estar Animal omitem a sua importância e a sua atualidade precoce, considerando o Brasil da década de 30. Enquanto isso, os livros, artigos e textos estudados, bem como os professores nessas instituições, enaltecem e citam como algo muito revolucionário, sem que lhes deprecie o mérito, os trabalhos ingleses, como o livro de Ruth Harrison e o Relatório Brambell, de 1964 e 1965, respectivamente, como marcos da proteção e do bem-estar dos animais.

3.5.4 Outras legislações nacionais que atendem às Normas Internacionais da OIE

Em termos nacionais, a legislação pertinente é pobre. Além do Decreto 24.645/34 (BRASIL, 1934b) existe a Instrução Normativa nº 3/2000 da Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2000), que rege as normas para o abate humanitário.

O objetivo da IN 3/2000 é estabelecer, padronizar e modernizar os métodos humanitários de insensibilização dos animais de açougue, assim como o manejo destes nas instalações dos estabelecimentos aprovados para esta finalidade. Preocupa-se em abranger todos os estabelecimentos industriais que realizam sacrifícios de animais de açougue.

Essa instrução normativa define abate humanitário como o conjunto de diretrizes técnicas e científicas que garantam o BEA, desde a recepção até a operação de sangria. Dentro dessa concepção, a sua redação inicia com uma série de definições, como: animal de açougue; recepção e encaminhamento para abate; manejo; contenção; atordoamento ou insensibilização, sensibilidade e abate. Determina que o Serviço de Inspeção Federal (SIF), juntamente com o estabelecimento, fiscalizará a sua execução. Condiciona a aprovação de novos métodos à anexação de trabalhos técnico-científicos, avaliados por instituição de pesquisa pública ou privada, registrada e/ou certificada pelo órgão competente. Inspeções diárias tanto na insensibilização como na sangria monitoram o programa. Permite os sacrifícios ritualísticos, desde que devidamente requeridos e autorizados, destinando o consumo da carne pelos fiéis ou pelos países importadores.

A Lei Federal 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, denominada como “Lei dos Crimes Ambientais”, no seu artigo 32, inclui entre os crimes ambientais e determina que em casos de abusos, maus-tratos, ferimentos ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, fica instituída pena de três meses a um ano de detenção e a pena pode ser aumentada de um sexto a um terço se ocorrer a morte do animal.

O projeto de decreto que regulamentaria a Lei nº 9.712, de 20 de novembro de 1998, (BRASIL, 2005), que trata da Defesa Sanitária Agropecuária e cria o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, trazia em seu corpo alguns artigos referenciando o BEA, mas deixava de se aprofundar no assunto, com o detalhamento daquilo que vem a ser o tema. No decreto, estes artigos foram suprimidos, sob que tipo de motivação não se sabe dizer. Porém, o mais importante de tudo isso é saber que o assunto está sendo tratado dentro da estrutura do Ministério da Agricultura da Pecuária e do Abastecimento.

3.6 AS NORMAS INTERNACIONAIS DE BEM-ESTAR ANIMAL

As Normas Internacionais de Bem-estar Animal compõem o Título 3.7 do Código Zoossanitário Internacional, “Bem-estar dos Animais”. Segundo Antônio Petrini, um dos membros da OIE no processo de construção das normas, o grande desafio foi elaborar um documento único, aplicável nos 167 países membros. Considerando a variabilidade em termos morais, culturais, econômicos, religiosos, “onde cada país tem uma sensibilidade diferente ante os problemas de BEA”³⁴. Há que se considerar um grande feito a construção de um documento que atendeu aos interesses de todos os membros, a ponto de ter sido aprovado por unanimidade.

Para a elaboração das referidas normas, a OIE constituiu um grupo de trabalho permanente de BEA, que elegeu como prioridades individuais: o bem-estar no transporte marítimo e terrestre, o abate para consumo, o abate ritualístico e o abate para fins sanitários. Para os grupos de discussão desses temas individuais, a OIE trouxe especialistas de distintas procedências, de diversos extratos culturais e geográficos e criou quatro grupos de trabalho *ad hoc*, que são grupos de especialistas que trabalham temas específicos sobre o tema principal.

Para contornar a dificuldade de se poder trabalhar a questão religiosa entre cristãos, muçulmanos e judeus, do ponto de vista do abate para o consumo, os especialistas trabalharam em perfeita sintonia, inclusive elaborando uma lista de pontos que poderiam ou não estar de acordo com o BEA.

Petrini relata que a aceitação, por parte dos países membros da União Européia (UE) tem sido facilitada, pois eles têm normas muito desenvolvidas, com padrões muito elevados sobre transporte, abate e outros temas de BEA. Nas transações comerciais com países em desenvolvimento, as normas aceitáveis são as da OIE, por serem comuns para ambos. O acordo comercial sobre carne, entre Chile e UE, é exemplar. Alguns países adotaram-no, com algumas adaptações para as suas situações particulares, como normas nacionais. Ele destaca que cerca de 110 países membros estão em vias de desenvolvimento e, na maioria desses, o Código Internacional para Animais Terrestres vem sendo adotado como normativa nacional, inclusive em termos de BEA.

Na realidade, as normas são um conjunto de diretrizes estabelecidas em seis capítulos destinados aos animais terrestres. Cinco anexos compreendendo as diretrizes sobre o bem-estar de animais aquáticos, sendo uma introdução, as diretrizes para o transporte de pescado

³⁴ Depoimento pessoal, conforme dito anteriormente.

por barco e transporte de peixes por via terrestre, uma sobre sacrifício de populações de peixes destinados ao consumo humano e uma sobre a matança de peixes em condições humanitárias com fins de controle sanitário.

Considerando o que foi apreciado acima, nos próximos itens se fará uma abordagem sobre as diretrizes, através de uma leitura crítica de seus conteúdos.

3.6.1 Introdução às diretrizes para o bem-estar dos animais

Inicialmente, estabelecem-se os princípios básicos que fundamentam o bem-estar animal. Neles, a OIE reconhece a estreita ligação entre saúde e bem-estar animal, reforça-se o reconhecimento das cinco liberdades, já citadas, e dos “3R” reconhecidos internacionalmente: redução do número de animais nas experimentações, troca por modelos sem animais e aperfeiçoamento dos modelos (REUNIÓN..., 2005; OIE, 2005a.)

Entendem-se como princípios a consciência de que a avaliação científica do BEA envolve uma análise multifatorial e interdisciplinar, a importância do animal no bem-estar do homem e a responsabilidade ética do ser humano em relação aos cuidados devidos aos animais por ele explorados (BAYVEL; RAHAMAN; GAVINELLI, 2005; THIERMANN, 2004). Como princípios científicos que fundamentam as diretrizes estão:

- que o termo BEA designa numerosos elementos que contribuem com a qualidade de vida de um animal, refletidas nas cinco liberdades;
- que a avaliação científica de BEA apresentou progressos nos últimos anos e estas são as bases das presentes diretrizes;
- as medidas de bem-estar animal, consoantes com o que define Fraser (2004), envolvem três perspectivas citadas pelo autor, a perspectiva do “funcionamento biológico”, a perspectiva da “vida natural” e a dos “estados afetivos”.
- que essas medidas podem levar à definição de critérios e de indicadores que possam avaliar as formas de influência dos sistemas de manutenção de animais, em seu bem-estar.

3.6.2 Diretrizes para o transporte de animais por via terrestre

As diretrizes se aplicam ao transporte de espécies domésticas vivas, de hábitos terrestres. No caso de animais selvagens, semidomésticos ou bravios aplicam-se condições distintas. Estabelecem ainda que o tempo de transporte deve ser sempre o mínimo possível.

Define as responsabilidades de cada um dos atores envolvidos no transporte. Aos criadores ou proprietários cabem: a manutenção da saúde dos animais e a sua capacidade física para o transporte; o fornecimento de boas condições de bem-estar no transporte; o fornecimento de toda a documentação sanitária e a destinação de um funcionário para acompanhar os animais durante a viagem. Os agentes comerciais repartem com os proprietários a responsabilidade da seleção dos animais para a viagem e o fornecimento de condições de estabulação dos animais nos pontos de concentração e de descarga, tanto para descanso, como nos destinos. Os tratadores são responsáveis pela manipulação, pelos cuidados corretos durante a viagem, e pelo relatório das ocorrências em um diário de bordo. Os transportadores compartilham a responsabilidade de planejar a viagem. Os gestores das instalações utilizadas no transporte têm responsabilidades ligadas aos locais que deverão albergar os animais dentro das condições previstas nas diretrizes. A autoridade competente, no caso o médico veterinário oficial, responde ao determinar normas mínimas de BEA e sobre a qualidade sanitária na operação. No transporte internacional, cabe-lhe comunicar possíveis problemas de BEA à autoridade competente do país de destino. As pessoas envolvidas com o transporte serão credenciadas pela formação profissional ou por certificação da autoridade competente. A partir dessa premissa estabelece uma série de pontos para serem avaliados dentro das competências.

É previsto um planejamento da viagem envolvendo as condições de transporte, documentação sanitária necessária, disposição e manejo dos animais durante o trajeto, bem como o controle de enfermidades e a elaboração e a obediência dos planos de contingência para as situações emergenciais. Na certificação veterinária, deve constar a aptidão dos animais para a viagem, a identificação de cada animal para que se possibilite a rastreabilidade, o estado de saúde dos transportados e medicação administrada e a desinfecção. Cabe também ao veterinário instruir o tratador sobre os fatores que reduzem a aptidão dos animais para a viagem. A diretriz relaciona as condições para se considerar um animal inapto para a viagem e as condições especiais no transporte quanto às diferenças comportamentais das espécies, as instalações e procedimentos adequados para cada espécie.

No período anterior à viagem, a diretriz estabelece que se dê descanso necessário aos animais antes da viagem, condições seguras nas instalações, proteção contra intempéries e manutenção dos animais dentro dos seus grupos sociais, observando situações de organização social das espécies e comunicação imediata ao médico veterinário ante uma suspeita de doença.

Determina que a carga deva ser minuciosamente planejada, supervisionada e dirigida por um tratador credenciado, que responderá pela garantia do bem-estar dos animais transportados, em todas as fases do transporte. As instalações para a carga deverão ter as condições de construção que permitam o bem-estar dos animais estabulados para o embarque, quanto à luminosidade do ambiente e à ventilação.

Aconselham o uso de bandeiras, painéis e tábuas de plástico para estimular a movimentação dos animais. O choque elétrico somente será utilizado depois de esgotados todos os estímulos permitidos e dentro de condições especiais.

Os condutores e os tratadores deverão inspecionar o carregamento e conduzir o veículo com suavidade e prudência. As diretrizes prevêm na descarga dos animais e sua estabulação após a viagem os mesmos cuidados para a manutenção do BEA. Esta descarga deverá ser assistida por um profissional capacitado.

Os animais enfermos ou lesionados terão um destino adequado que cada caso exija: tratamento ou sacrifício. No destino final, a responsabilidade dos cuidados dos animais será passada para uma pessoa competente. Prevê-se o isolamento dos animais enfermos em um sistema de quarentena como medida de controle de risco sanitário.

A limpeza e a desinfecção dos veículos se farão sistematicamente depois da descarga, para possibilitar a sua utilização posterior, discriminando na diretriz os detalhes dos procedimentos.

A diretriz determina algumas medidas que deverão ser tomadas para garantir o BEA dos transportados ante ao impedimento da seqüência da viagem.

3.6.3 Diretrizes para o transporte de animais por via marítima

Repetem-se as responsabilidades atribuídas aos transportadores terrestres. Alguns atores sociais surgem com outras denominações, como a empresa de navegação e o capitão do barco de transporte, ao invés de empresa transportadora e o condutor.

3.6.4 Diretrizes para transportes de animais por via aérea

Neste anexo, percebe-se a preocupação com os contêineres onde os animais são transportados, para que os mesmos disponham de condições para manter o BEA. De uma forma geral, elas seguem as normas da Associação Internacional de Transportadores Aéreos – IATA. Esta normatiza os contêineres quanto ao tamanho, material usado na construção, piso,

ventilação, condições de transporte em função da espécie transportada, segundo o seu comportamento natural e necessidades especiais dos animais e densidade da carga.

Com respeito às instalações e equipamentos para a carga e descarga, bem como nas escalas, deve-se contatar com os responsáveis por esses serviços nesses locais para que estejam à disposição nas horas da referidas operações.

Outro ponto importante quanto ao transporte aéreo é a preparação dos animais em lotes formados com antecedência, para que se organizem socialmente. Os animais agressivos deverão ser isolados dos demais e transportados em separado.

Sobre o tema da desinfecção e desinsetização, antes e depois do transporte, aplicam-se as medidas já relacionadas anteriormente, sendo todos os equipamentos limpos e desinfetados com substâncias devidamente aprovadas para uso em aeronaves e seguindo instruções recomendadas pela OMS para desinfecção de aeronaves.

O uso de tranqüilizantes é totalmente desaconselhado e somente utilizado em situações extremas e sob prescrição veterinária e aplicação por médico veterinário. Em caso de destruição de cadáveres, o aeroporto de destino deverá ser comunicado e tomar as providências necessárias para a destruição do cadáver por meio apropriado e seguro, com o fim de se evitar propagação de alguma doença.

Os sacrifícios de emergência dentro da aeronave só se farão em situações de risco para a segurança do aparelho, da tripulação ou dos demais animais, obedecendo a um plano de contingência. A manipulação de alimentos e sobras deverá ser feita de forma segura e impossibilitando o seu aproveitamento posterior.

3.6.5 Diretrizes para o sacrifício de animais para o consumo humano

Em seus princípios gerais, as diretrizes traçam como objetivo atender a necessidade de garantir o bem-estar dos animais destinados ao consumo humano durante as operações que precedem e durante o seu sacrifício. Com isso são relacionadas as espécies indicadas para tal, valendo as mesmas indicações tanto para os animais abatidos em matadouros como fora deles. Devem ser manipulados com o mínimo de sofrimento possível em todas as fases do processo, para isso reconhecem a importância das pessoas encarregadas dessas operações, traçando um perfil deste profissional. Atribuem responsabilidade à direção dos matadouros e aos Serviços Veterinários, no sentido de velar para que o pessoal dos matadouros seja competente e leve a cabo as suas tarefas dentro dos princípios de BEA. Determinam que ele tenha experiência no manejo e na condução de animais, que entenda sobre comportamento dos animais e os

princípios básicos necessários para desempenhar seu trabalho. Sugerem a utilização de esquema gráfico que mostre o que é uma zona de escape e como o funcionário responsável pelo deslocamento dos animais no brete deve se posicionar para conduzi-los, com base nesse princípio, sem atropelos.³⁵ Estabelecem a supressão de fatores de distração, relacionando-os e apontando possíveis soluções, pois estes influenciam a condução dos animais.

O deslocamento e a manipulação de animais obedecem às diretrizes da OIE para o transporte de animais. Abordam questões referentes ao exame ante-morte dos animais para detectar algum problema de saúde ou de BEA. Limitam o uso de choque elétrico em casos de extrema necessidade, apenas em bovídeos e suínos adultos, no quarto traseiro.

A sujeição e a contenção dos animais para o sacrifício, com ou sem atordoamento, devem ser feitas de modo que contribuam para preservar o seu bem-estar. As diretrizes estabelecem uma série de condições para que isso ocorra, relacionando detalhes desde as instalações, os equipamentos e as práticas de contenção e sacrifício por parte do pessoal do setor de abate, corrigindo as possíveis irregularidades que possam prejudicar o BEA.

Os locais de estabulação deverão ser projetados e construídos de forma a oferecer uma boa condição de conforto ao animal. O manejo deverá ser feito de forma calma, eficaz, provocando o mínimo de estresse possível.

As diretrizes impõem exigências na elaboração do projeto quanto a: área de desembarque; locais de estabulação; corredores; rampas; bebedouros; comedouros; sistema de abastecimento de água e alimentos; capacidade de lotação; sistema de portas; compartimento de espera para o atordoamento, manejo e o preparo do pessoal que trabalha com os animais.

Determinam como devem ser construídos os locais de estabulação e detalham os tipos de equipamentos utilizados em cada uma das instalações, a fim de produzir o mínimo de estresse possível nos animais. Estabelecem ainda condições para salvaguardar o bem-estar dos fetos, em caso de sacrifício de animais prenhes, determinando providências para tal.

A inspeção dos equipamentos e da sua operação fica por conta da autoridade competente, que velará para que: o animal seja contido corretamente e atordoado sem lacerações; o equipamento seja mantido dentro das especificações dos fabricantes, que haja outro sobressalente e seja utilizado corretamente em relação à espécie e ao tamanho do animal; os animais sejam sangrados corretamente e o pessoal tenha discernimento para avaliar a execução da operação e fazer as devidas correções.

³⁵ Esta experiência foi testada pelo autor no Frigorífico Irmãos do Valle, em Santa Cecília e no Frigorífico Matadouro de Curitiba, com sucesso e reconhecimento dos funcionários encarregados.

Os vários pontos de atordoamento mecânico, segundo as espécies, são demonstrados através de gravuras explicativas. Indicam quatro sinais mostrando que a operação de atordoamento se realizou corretamente, a saber: o animal tomba imediatamente, permanecendo imóvel; o corpo e os músculos adquirem tonicidade imediatamente ao golpe; a respiração rítmica cessa e a pálpebra fica aberta, com a órbita ocular mirando para frente e sem desvio algum.

As diretrizes estabelecem padrões para o atordoamento elétrico, quanto ao formato, fabricação, manutenção e limpeza do equipamento para garantir um fluxo de corrente especificada e necessária para uma operação eficiente. No caso de alguma falha na insensibilização deve ser utilizado um meio alternativo.

O atordoamento de suínos e de aves por gás é permitido, sendo nominados os tipos de gases permitidos e as condições das câmaras, para que não produzam estresse nos animais. Após o atordoamento, os animais deverão ser sangrados, discriminando-se o tempo para a sangria e para a esfolagem, garantindo-se que tenham cessado todos os reflexos cerebrais.

As diretrizes explicitam os métodos e procedimentos inaceitáveis por razões de BEA.

3.6.6 Diretrizes para o sacrifício de animais com fim de controle sanitário

A aplicação dessas diretrizes leva em conta a existência de um problema sanitário e a necessidade do abate dos animais para controle da situação e que esse sacrifício deve ser conduzido com o mínimo de estresse possível e em obediência às normas de BEA.

Relacionam-se 10 itens que estabelecem uma boa condução nesse sentido: a competência e a destreza do pessoal responsável pela operação; a adaptação dos procedimentos de sacrifício às condições do local; o zelo pelo BEA, pela ética e pelos custos do processo; a biossegurança, a segurança pessoal dos funcionários e dos aspectos ambientais; a rapidez na operação; a manutenção das condições de bem-estar durante todo o processo; a redução dos deslocamentos e manipulação dos animais; a eficiência da contenção dos animais para facilitar a operação de sacrifício, preservando o BEA e a segurança dos funcionários; a opção por um método que provoque a morte imediatamente ou que se proceda à insensibilização dos animais para o sacrifício.

Estabelece-se a ordem de sacrifícios, por questões de BEA, que inicia sempre pelos animais jovens e enfermos, depois os demais animais infectados, em seguida os contatos e por fim os demais animais. As autoridades competentes terão responsabilidade de acompanhar todo o processo e fiscalizarão sua eficácia. Cabe-lhes elaborar um relatório bem fundamentado

e circunstanciado sobre o método e a ação praticada, abordando-a, detalhadamente, nos aspectos acima relacionados. Estas práticas deverão ser observadas e cumpridas quando haja necessidade de se sacrificar animais em decorrência de alguma catástrofe natural ou quando se necessite controlar artificialmente determinada população animal.

Para tanto, se preconiza a elaboração de planos de emergência sanitária, em todos os níveis, que abordarão as questões relativas ao BEA em todo o processo, relacionando os papéis que cada ator social envolvido deverá executar. As estratégias de ação deverão levar em conta aspectos essenciais como: malha viária, pontos de risco, propriedades vizinhas a estes pontos de risco, disponibilidade de efetivos e levantamento de locais apropriados para a inumação dos cadáveres, evitando-se riscos ao ambiente natural e mantendo a biossegurança.

Sob a coordenação geral do veterinário oficial, se formarão equipes, tanto para atuação em campo como em nível estratégico. O pessoal de execução receberá treinamentos a cargo do veterinário oficial, sobre as normas de BEA e de sanidade animal da OIE e receberá dele toda a assessoria e apoio logístico.

Estas diretrizes estabelecem ainda, em um artigo específico, os diversos papéis em relação às suas responsabilidades e competências, dentro de planejamento da operação de sacrifício, que permita a morte rápida e decente. Recomenda-se o tiro de bala; o dardo cativo; o dardo não penetrante; a trituração mecânica, para ovos embrionados e pintos de um dia; a eletricidade; os gases; a injeção letal; o descabelo³⁶ e, em animais inconscientes, principalmente aves, a torção cervical, a decapitação e a sangria.

Todos os métodos que se produzam sangrias ou perdas de líquidos corporais deverão ser melhor avaliados em função dos riscos em termos de biossegurança, segurança para a saúde dos operadores e contaminação ambiental.

3.6.7 Diretrizes para o bem-estar de animais aquáticos

As referidas diretrizes seguem a mesma seqüência estabelecida para animais terrestres, adaptando-se algumas terminologias e situações específicas relativas ao comportamento e hábitos alimentares, sociais e de tratos zootécnicos e sanitários dos peixes.

³⁶ Este método ainda é utilizado em algumas regiões brasileiras, como o Nordeste. O equipamento é denominado de “machadinha de açougueiro ou magarefe”. Ela é fina, devendo ter em torno de 1 cm de espessura; estreita, com aproximadamente 5cm de largura e com um comprimento variando de 10 a 15 cm, e um cabo longo, com um suporte para atar ao pulso do operador, o que difere significativamente em relação a uma machadinha normal.

3.7 PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE BEM-ESTAR ANIMAL

A medicina veterinária confunde-se com a história da humanidade, a partir do processo de domesticação dos animais. Segundo o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CONSELHO..., 2007), os primeiros registros sobre a prática veterinária datam de 4.000 anos antes de Cristo, no “Papiro de Kahoun”, onde constavam descrições de doenças dos animais, seu diagnóstico e tratamentos. Achados arqueológicos indicam sua prática no mundo antigo, na África e na Ásia, do Egito à Índia Oriental 2.000 anos antes de Cristo. Na Babilônia, os códigos de Eshn Unna (1.900 a.C.) e o de Hammurabi (1.800 a.C.) traziam citações sobre a prática veterinária. Na Europa, os registros mais antigos são do Século VI a.C. quando, na Grécia, se destinavam cargos públicos para os hipiatras.³⁷ Na Roma Antiga, escritos de Cato e de Columella registravam a história natural das doenças animais. Em Bizâncio, atual Istambul, no Século VI foi encontrado um tratado denominado Hippiatrika, de diversos autores, com mais de 420 textos, dos quais 121 eram de Apsirtos, veterinário-chefe do exército de Alexandre, considerado o “Pai da Medicina Veterinária”.

O termo médico veterinário passou por várias denominações desde hipiatra, no mundo grego, a albeitar³⁸, na Espanha medieval. Na Europa latina eram denominados marechais-ferradores, na Alemanha eram rossartz e na Inglaterra, ferries. Com a criação da Escola de Veterinária na Universidade de Lion, na França, em 1761, pelo hipologista e advogado Claude Bougelat, passa a ter a denominação de veterinário. Ao final do Século XVIII, a Europa dispunha de 19 escolas de medicina veterinária.

No Brasil, embora a visita de D. Pedro II à Escola de Alfort - França³⁹ tivesse despertado o interesse para a criação de escolas de veterinária no país, isto não aconteceu na Monarquia. Com o advento da República, se criou a Escola de Veterinária do Exército

³⁷ Denominação dada aos responsáveis pela saúde dos cavalos dos exércitos e, por extensão, das demais espécies.

³⁸ Albeitar deriva do nome do mais famoso veterinário espanhol medieval, de origem árabe, cujo nome era Ebb-Beithar. Em Portugal o termo foi traduzido para “alveitar” e assim permaneceu, sendo usado para designar os veterinários práticos da cavalaria colonial portuguesa, no Brasil, em 1810.

³⁹ O imperador D. Pedro II, ao assistir uma conferência proferida pelo veterinário e fisiologista Prof.º Collin, daquela universidade, entusiasma-se e retorna disposto a criar as condições para a implantação do ensino veterinário no país.

(extinta) e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (atual UFRRJ), ambas em 1910, no Rio de Janeiro.⁴⁰

A profissão foi reconhecida e regulamentada por iniciativa do presidente Getúlio Vargas, através do Decreto 23.133, de 09 de setembro de 1933⁴¹, onde dentre as atribuições consta o exercício dos trabalhos de Defesa Sanitária e a peritagem em questões judiciais que envolvessem a apreciação dos “estados dos animais”. Este Decreto vigorou até 23/10/1968, quando a Lei 5.517/68 criou os Conselhos de Medicina Veterinária, federal e estaduais, e estabeleceu um Código de Ética para a profissão, dentre outras providências para o exercício profissional (CONSELHO..., 2007).

O médico veterinário sanitarista passou a ser oficialmente reconhecido a partir do Decreto 24.548, de 03/07/1934, do presidente Getúlio Vargas, regulamentando o Serviço de Defesa Sanitária Animal (BRASIL, 1934a). Dos seus 87 artigos, oito desses e seis parágrafos são consoantes com o disposto no Decreto 24.645/34⁴², e referem-se às atividades voltadas para o bem-estar animal, principalmente ligadas às questões do bem-estar nos transportes, estabulações e construções. Todas dirigidas para o caráter sanitário, tendo em vista ser esse um direito previsto na declaração das liberdades dos animais, internacionalmente aceito e reconhecido pela OIE (BRASIL, 1934a).

Em Santa Catarina, as atividades dos médicos veterinários sanitaristas são regidas pela Lei Estadual 10.366, de 24/10/1997 e regulamentadas pelos Decretos Estaduais 2.919/98 e 3.527/98. Em termos de BEA, em 46 artigos da lei, cinco deles e dois parágrafos são dedicados ao tema. No decreto de regulamentação, cinco artigos e 13 parágrafos, incisos e alíneas complementares, prescrevem condutas de fiscalização que envolvem questões determinantes das condições de BEA (SANTA CATARINA, 1997; SANTA CATARINA, 1998).

O médico veterinário sanitarista, legalmente, se tornará: executor, quando trabalhar segundo as normas e diretrizes de BEA estabelecidas pela OIE; fiscalizador, quando autuar os infratores das condições de bem-estar animal estabelecidas nas leis, regulamentos, normas e diretrizes e promotor dessas normas, quando educar os vários atores sociais partícipes dos

⁴⁰ Em 1914, é criada a Escola de Agronomia e Veterinária do Recife, no Convento dos Beneditinos e em 1915 forma o primeiro veterinário brasileiro, Dr. Dionysio Meilli, antecipadamente à sua turma, por ser formado em Farmácia (CONSELHO..., 2007).

⁴¹ A data passou a ser festejada nacionalmente como o “Dia do Médico Veterinário”.

⁴² O decreto estabelece a proteção dos animais e dá outras providências.

processos de criação, reprodução, transporte e de transformação da produção pecuária dentro das perspectivas do BEA.

Thiermann (2004) reforça o forte vínculo entre a saúde e o BEA e o fato que os direitos e obrigações do comércio internacional, estipulados no Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, são regidos por normas estabelecidas pela OIE, como o Código Zoossanitário Internacional (OIE, 2005a).

Cabe aos médicos veterinários o desenvolvimento dos processos produtivos que equilibrem a necessidade de produção e as condições satisfatórias de BEA (EDWARDS, 2004).

Paixão (2001) e Molento (2003) registram que a WVA em 1993 reconheceu em seu estatuto que a promoção do BEA é papel do médico veterinário e que a Associação Americana de Medicina Veterinária, em 1999, adotou a promoção do BEA como política oficial da entidade.

A Associação Pan-Americana de Ciências Veterinária - PANVET, durante o II Seminário Internacional sobre Educação Superior nas Ciências Veterinárias nas Américas, em 2001, destaca dentre as suas missões a promoção do desenvolvimento das Ciências Veterinárias nas áreas da saúde animal e humana, o bem-estar animal, a produção e a produtividade animal (TRIGO, 2001).

O documento resultante do Sistema de Avaliação do Ensino Superior explicita, ao traçar o perfil do egresso dos cursos de Medicina Veterinária, que os profissionais estejam comprometidos com a saúde e o BEA. Descrimina como habilidades específicas do profissional planejar, executar e participar de projetos de saúde e bem-estar animal (MEC, 2002).

O Conselho Nacional de Educação aprovou em 2002 as novas diretrizes curriculares para os cursos de Medicina Veterinária. No Artigo 3º, inciso II, estabelece os princípios dos cursos, com base na ética de sua ação pedagógica e no desenvolvimento de atitudes e de responsabilidades técnicas e sociais (CONSELHO..., 2002).⁴³ Na Resolução nº 756-03, o CFMV possibilita o registro da especialidade de Comportamento e Bem-estar Animal. Porém, o tema ainda passa ao largo da maioria dos cursos de Medicina Veterinária no país (CONSELHO..., 2003).

⁴³ Nas alíneas “a” e “d” explicita os princípios: “propugnar pela excelência da qualidade de vida da população e melhores condições das comunidades, a produção, saúde e bem-estar animal; assim como fomentar a valorização da medicina veterinária como ciência e a responsabilidade de todos os envolvidos com a pecuária - criação, produção, manutenção e proteção dos animais” (CONSELHO..., 2002, p.6).

No binômio saúde e bem-estar animal, Broom (2006) declara que BEA diz respeito ao estado do indivíduo, no que se refere ao esforço para enfrentar as dificuldades do ambiente, em relação à saúde, para superar a patologia. Afirma que bem-estar é um termo amplo do qual saúde e sentimentos são partes importantes.

Os médicos veterinários dos Serviços de Saúde Animal regulamentam as condições e relações comerciais entre os países, no que concerne ao estabelecimento de exigências para o comércio internacional, dentro do seu campo de competência, incluindo-se as questões de BEA. Os países membros encontram-se condicionados, para participar do mercado internacional, à adoção e o cumprimento das normas estabelecidas no Código (VALLAT, 2005).

Em termos de Santa Catarina, do ponto de vista de interesse sócio-econômico, a não obediência às normas determinará prejuízos incalculáveis, atingindo diretamente agricultores e agroindústrias e toda a economia do Estado (VERAN, 2005).

4 METODOLOGIA

4.1 DEFINIÇÃO DO AMBIENTE DA PESQUISA

Como o presente estudo envolve fatores subjetivos na identificação da percepção e dos posicionamentos ideológicos e filosóficos, a pesquisa qualitativa foi utilizada como conduta metodológica. Efetuou-se a análise e a compilação dos vários discursos proferidos pelos atores sociais. O método quantitativo foi utilizado de forma complementar.

O trabalho ocorreu nas ADRs da CIDASC de Caçador e de Criciúma e nos *campi* universitários de: Lages, Xanxerê e Canoinhas (Figura 1). Definiram-se os critérios de seleção das áreas, grupos de profissionais, produção de informações e dados primários, coleta de dados secundários, análise e interpretação do material produzido.



Figura 1: Distribuição das ADRs, dos cursos de Medicina Veterinária e das áreas de trabalho, no espaço catarinense. CIDASC 2006, adaptado.

O ambiente da pesquisa foi o Estado de Santa Catarina e considerou-se o seu modelo epidemiológico padrão, em função das formas de organização da produção como fator de risco para a qualidade sanitária dos rebanhos (MARTINS, 1984). Esse autor caracteriza duas macrorregiões: 1 - Centro de Cria e Produção, estabelecido sobre as microrregiões planaltinas e 2 - Centro de Transformação e Consumo, compreendendo as microrregiões localizadas no

Litoral e Encosta das Serras do Mar e Geral. Essas macrorregiões apresentam particularidades nos processos produtivos que são determinantes da conduta dos processos criatórios (Figura 2).

MACRORREGIÕES EPIDEMIOLÓGICAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA



Fonte: IBGE/CIDASC - SC - 2005

Figura 2: Macrorregiões epidemiológicas do Estado de Santa Catarina.

Em relação ao Centro de Cria e Produção, optou-se pela ADR de Caçador, por representar as características típicas da macrorregião. A área é assim considerada pela sua estrutura fundiária e econômica, voltada para a atividade agropecuária ou para a industrialização de alimentos, na propriedade ou em agroindústrias. Situa-se da borda do Planalto da Serra Geral até a fronteira com a República Argentina, fazendo divisas com o Paraná, ao norte e ao sul com o Rio Grande do Sul. Observa-se nessa região uma crescente tendência à pluriatividade agrícola.⁴⁴ Está composta por 10 municípios, dos quais dois são atendidos pelo Serviço de Inspeção Estadual, contando, à época, com um quadro de 17 médicos veterinários sanitaristas, funcionários do quadro ou conveniados, junto ao ICASA e prefeituras municipais.

⁴⁴ Ferro (2006), trabalhando com produtores rurais de Concórdia, constatou que 78% das famílias agricultoras aceitariam realizar atividades não agrícolas, se tivessem oportunidade, enquanto 79% das famílias pluriativas rejeitam a idéia de voltar para a renda exclusiva da atividade agropecuária. As propriedades em sua maioria são especializadas em produção animal extensiva ou intensiva, com concentração de grandes propriedades de produção bovina extensiva e semi-extensiva e de pequenas propriedades nas áreas de produção de bovinos leiteiros, suínos e aves.

Outra área foi a ADR de Criciúma, por representar a macrorregião epidemiológica do Centro de Transformação e Consumo. Esta região é compreendida pela franja litorânea entre o mar e a encosta da Serra Geral e caracteriza-se por sua localização e atividades comerciais como centro de transformação e consumo.⁴⁵ As propriedades rurais geralmente são minifundiárias e predominantemente pluriativas, com parte da família, ou até a totalidade de seus membros, dedicando-se a outras atividades econômicas, notadamente na indústria têxtil e a metal-mecânica. Está composta por 25 municípios, dos quais sete são atendidos pelo Serviço Estadual de Inspeção. No município de Araranguá existem dois estabelecimentos de abate inspecionados pela CIDASC, contando, à época, com 25 médicos veterinários sanitaristas, entre funcionários do quadro e conveniados.

Os pré-requisitos para a seleção das ADRs foram os seguintes:

- que o conjunto de seus municípios fosse representativo, em suas características sócio-culturais e econômicas, da macrorregião;
- que o corpo de profissionais lotados na área fosse representativo em relação ao corpo de profissionais da CIDASC.

O outro ambiente de pesquisa constituiu-se nos três cursos de Medicina Veterinária de Santa Catarina, onde se levantou dados sobre o ensino do bem-estar animal. Foram ouvidos os professores vinculados ao tema e os coordenadores dos cursos de Medicina Veterinária da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em Lages; da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), em Xanxerê, e da Universidade do Contestado (UnC), em Canoinhas, dado ao seu papel de formadores de opinião especializada.

4.1.1 Unidade de análise e tipologia dos grupos trabalhados

Para fins de estudo, os médicos veterinários sanitaristas do serviço público estadual foram classificados em dois grupos, nas ADRs de Caçador e de Criciúma, denominados respectivamente de grupo 1 e grupo 2. A seleção obedeceu ao critério de tempo de exercício profissional, sendo identificada a instituição de ensino de origem dos profissionais, que foram divididos em dois subgrupos, os formados há mais de 20 anos (subgrupo A) e os formados há menos de 20 anos (subgrupo B). Este aspecto foi observado devido à falta de contratação de pessoal durante 20 anos, o que poderia significar diferença na forma de pensar, perceber e de

⁴⁵ A caracterização é feita pela densidade populacional; fluxo de animais com predominância do ingresso de animais para os estabelecimentos de recria e terminação, existência de estabelecimentos processadores com intenso comércio de produtos de origem animal, tanto *in natura* como processados. A população dedicada às atividades de produção animal é menor que aquela vinculada aos demais setores da economia.

agir dos grupos em função da possibilidade de produção de visões críticas diferenciadas para o trabalho. Considerou-se que, neste intervalo de tempo, a formação profissional, a dinâmica, a inserção de novas disciplinas e as metodologias de ensino estabelecidas na graduação mudaram significativamente. O grupo foi pesquisado quanto à sua formação, gênero, origem escolar, formação e áreas de concentração da pós-graduação e tempo decorrido desde a sua conclusão.

Considerou-se, neste estudo, como médico veterinário sanitarista o profissional com formação universitária em Medicina Veterinária, vinculado ao Serviço Estadual de Saúde Animal executado pela CIDASC, por contratação ou disponibilidade, para o referido serviço.

Nas ADRs e nos *campi* universitários foram realizadas palestras e entrevistas prévias, com todos os profissionais, sobre o propósito do trabalho e a metodologia utilizada. A utilização dos depoimentos foi consentida pelos entrevistados através de documento próprio, bem como os dados e imagens obtidas, com a garantia de preservação da identidade da fonte.

Os profissionais das instituições de ensino foram selecionados segundo as suas funções na hierarquia da unidade trabalhada, entrevistando-se professores das disciplinas sobre o tema e coordenadores de curso.

Considerou-se como profissional ligado à instituição de ensino os professores que se dedicam ao ensino de BEA, independente da sua formação acadêmica, e os coordenadores dos referidos cursos.

4.2. ETAPAS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS

Os métodos de pesquisa envolveram a coleta, produção, forma de tratamento, sistematização, análise e interpretação dos fatos e procedimento das informações.

Como conduta metodológica prioritária foi utilizada a pesquisa qualitativa, que envolve fatores subjetivos como a percepção e posicionamentos ideológicos e filosóficos, observados na análise e compilação dos discursos proferidos. Os métodos quantitativos foram utilizados de forma complementar numa articulação entre os dois métodos, que apesar de diferentes, não são excludentes e suas qualidades complementam as informações. Com a utilização prioritária do método qualitativo buscou-se estabelecer a percepção dos grupos trabalhados em relação às normas de bem-estar animal. Estas informações foram complementadas com a aplicação de um questionário com perguntas fechadas, a cada um dos grupos estudados, e o levantamento de dados quantitativos, refletidos em percentagens, em relação às respostas do questionário de

múltipla escolha. Utilizou-se também a média e a moda para a análise dos dados referentes às características sócio-profissionais dos entrevistados. A representatividade dos dados seguiu a orientação de Goldenberg (2000), de que a pesquisa qualitativa busca a compreensão dos fatos, enquanto a pesquisa quantitativa busca a generalização a partir dos dados encontrados, e a consideração de Minayo (2002), referente à utilização das metodologias como complementares e não oponentes. Por outro lado, cuidou-se em perseguir, como destaca Goldenberg (2000), o detalhamento dos passos da pesquisa com o fim de evitar o *viés*.⁴⁶

O uso do Discurso do Sujeito Coletivo como técnica de análise de discurso, proposto por Lefèvre e Lefèvre (2005), possibilitou a elaboração de um discurso do consciente coletivo dos grupos estudados. Buscou-se levantar as qualidades inerentes do ser humano, tais como seus componentes cognitivo e afetivo e a investigação comportamental, frente às questões estabelecidas nas normas de bem-estar animal.

Neste aspecto, estabeleceu-se a análise de três áreas:

- o arcabouço da constituição da sociedade, referente aos códigos, condutas e posturas escritas que organizam o grupo e são pesquisáveis, do ponto de vista documental, representados neste trabalho pelos dados históricos, epidemiológicos, legislações e outros documentos pesquisados;

- os imponderáveis da vida real, estabelecidos pelos fenômenos não escritos, como fatos cotidianos, de comunicação não verbal, tom de voz e sentimentos, captáveis pela observação, representados pelas reações observadas durante a confrontação dos entrevistados frente às situações de agravo de BEA;

- o espírito nativo em referência aos pontos de vista, opiniões e sentimentos que impulsionam o indivíduo às ações. Isto foi obtido através dos depoimentos, falas e expressões êmicas⁴⁷, que levaram aos registros escritos, observacionais e discursivos, que sendo complementares, permitiram a aproximação dos níveis e a apreensão mais ampla da realidade, dentro de uma visão esquemática representada na Figura 3.

⁴⁶ Viés deriva-se do termo inglês *bias*, que pode ser traduzido por viés, parcialidade, preconceito. O termo viés é de uso comum entre cientistas sociais e em epidemiologia.

⁴⁷ “Êmico é o conhecimento do próprio indivíduo pertencente a uma cultura determinada, expresso na lógica interna do seu sistema de conhecimento” (VÍCTORA, 2000, p. 37).

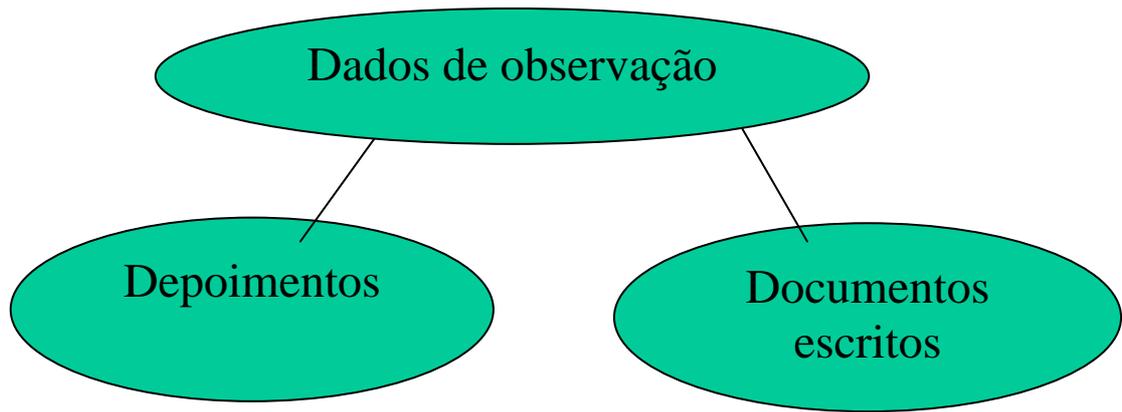


Figura 3 – Diagrama dos diferentes dados levantados numa pesquisa qualitativa.

Fonte: VÍCTORA (2000).

Para se construir os discursos coletivos dos sujeitos pesquisados, levou-se em consideração um método de coleta de dados que possibilitasse uma ampla visão do universo pesquisado, para tanto se trabalhou com:

a) Levantamentos e sistematização de dados secundários e de literatura: considerou-se como fontes livros, publicações periódicas, dissertações, teses, apontamentos, documentos históricos, fontes estatísticas, relatórios e outros documentos atinentes ao tema e metodologias estudadas, que serviram para embasar a metodologia adotada e o referencial teórico do estudo.

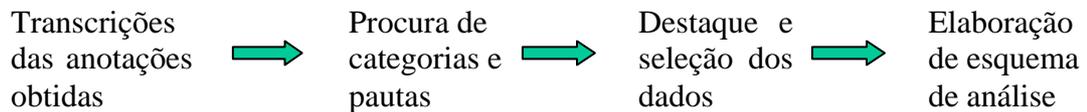
b) Observação direta: foi aplicado aos médicos veterinários sanitaristas um processo de acompanhamento, para fins de observação das reações que estes tinham em relação aos agravos de BEA. Com isso, levantou-se a percepção do grupo em relação à realidade encontrada no trabalho de campo. Este recurso contribuiu para uma melhor coleta de dados, possibilitando qualificar as atividades e habilidades dos pesquisados, como sugere Ruiz (1984).

Diante da falta de uma legislação pertinente que possibilitasse o acompanhamento do profissional no exercício de sua função de sanitarista, foram feitas confrontações frente às situações de agravos de bem-estar animal. Tomou-se o cuidado de relevar que esta observação passa pela domesticação teórica do olhar do pesquisador, pois o objeto a ser observado, no momento da observação, já foi alterado pela sua percepção, segundo sua maneira conceitual de ver a realidade (OLIVEIRA, 2000).

c) Entrevistas semi-estruturada e estruturada: a entrevista semi-estruturada serviu de base para a construção dos discursos, pois permitiu tratar temas complexos, explorando-os em profundidade, como recomendam Mazzotti e Gewansznajder (1998).

As entrevistas estruturadas limitaram-se à aplicação dos questionários com perguntas e as respostas com alternativas pré-estabelecidas, não permitindo aprofundamento das questões levantadas.

Quanto à sistematização na análise de dados etnográficos, visando melhor clareza, seguiu-se a uma sistematização indicada por Richardson (1999):



4.2.1 Instrumentos de coleta de dados e a estratégia de aplicação

Foi elaborado um questionário para cada grupo estudado, com perguntas fechadas e abertas, destinado aos médicos veterinários sanitaristas, aos professores dos cursos de Medicina Veterinária e aos coordenadores dos referidos cursos (anexos 1, 2 e 3).

A aplicação do questionário com perguntas fechadas envolveu uma parte inicial com o levantamento de aspectos sócio-profissionais dos entrevistados, expressos através do uso da média e da moda. Outra parte, com alternativas de múltipla escolha, visou o levantamento de dados sobre o conhecimento do tema obtido durante a graduação, conhecimento da legislação pertinente, posicionamento profissional sobre o assunto e conhecimento dos aspectos quanto à sua aplicabilidade. Este instrumento foi respondido por todos os entrevistados, cujo resultado foi expresso em percentuais.

O questionário com perguntas abertas, como apoio à entrevista semi-estruturada, foi aplicado com 10 médicos veterinários sanitaristas, selecionados aleatoriamente, por sorteio, dentro de seus grupos e subgrupos e com a totalidade dos profissionais de ensino. Nele foram elaboradas questões que possibilitaram identificar a percepção dos entrevistados acerca das Normas de Bem-estar Animal, em relação às suas áreas específicas.

Dentre as várias técnicas de análise de discurso, optou-se pelo Discurso do Sujeito Coletivo, conforme preconizado por Lefèvre e Lefèvre (2005). Desta forma as entrevistas compuseram a matéria-prima desses discursos obtidos, através de um processo de composição posteriormente explicitado. A distribuição dos entrevistados, em relação à metodologia de pesquisa adotada, foi estabelecida segundo se observa no Quadro 1.

QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENTREVISTADOS, POR CATEGORIA, SEGUNDO A METODOLOGIA DE PESQUISA

CATEGORIA SANITARISTAS	ENTREVISTA ESTRUTURADA	ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA
SANITARISTAS + 20 ANOS DE FORMADO – CAÇADOR	8	2
SANITARISTAS - 20 ANOS DE FORMADO – CAÇADOR	9	2
SANITARISTAS + 20 ANOS DE FORMADO – CRICIÚMA	16	3
SANITARISTAS - 20 ANOS DE FORMADO – CRICIÚMA	9	3
SUBTOTAL	42	10
////////////////////////////////////		
CATEGORIA PROFISSIONAIS DE ENSINO	ENTREVISTA ESTRUTURADA	ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA
PROFESSORES	10	10
COORDENADORES	3	3
SUBTOTAL	13	13
TOTAL	55	23

A realização das entrevistas contou com uma estratégia que estabeleceu os seguintes passos:

- a) Contatos prévios: além da reunião prévia com os médicos veterinários foram realizados contatos pessoais ou telefônicos.
- b) Realização das entrevistas: as entrevistas ocorreram no horário de expediente e nos ambientes de trabalho. Apenas três entrevistados preferiram realizar as entrevistas em outros locais. Foi realizado retorno para confirmação de dados e complementação das informações.

A duração de entrevistas, para a coleta de dados e observação direta, variou de 1h30 a 3h30 entre os médicos veterinários sanitaristas e de 30 minutos a 1h30 entre os professores. As entrevistas foram registradas em gravador portátil, bem como os relatos das observações de campo, sendo depois transcritas. O tempo de transcrição das entrevistas variou de quatro a 12 horas de trabalho.

Os entrevistados foram espontâneos e se mostraram solícitos e amistosos antes, durante e após a entrevista, não se constatando constrangimento no tratamento das questões levantadas entre o entrevistador e o entrevistado.

Os entrevistados entre os médicos veterinários sanitaristas foram codificados considerando os subgrupos determinados pelo tempo de graduação e suas lotações. Assim, utilizaram-se as letras A e B para definir os subgrupos etários e os números 1 e 2 para identificar as ADRs de Caçador e Criciúma, nesta ordem, seguidos de um número seqüencial. Assim, EMV-A 1/n e EMV-B 1/n designa médicos veterinários da regional de Caçador dos

subgrupos A e B, enquanto as siglas EMV-A 2/n e EMV-B 2/n servem para designar os profissionais dos subgrupos da regional de Criciúma. Os professores foram referenciados com as siglas EPD e EPC, seguidos de um número seqüencial, para os docentes e os coordenadores de curso, respectivamente.

O relato das observações foi codificado com as siglas OD 1 para indicar observações feitas com profissionais da ADR de Caçador e OD 2 para indicar observações feitas com profissionais de Criciúma.

Os profissionais foram visitados no mínimo duas vezes e acompanhados para observar sua percepção quanto às questões relativas ao trânsito e ao abate de animais.

Considerou-se o depoimento de informantes-chaves, experientes no assunto, com o resgate dos seus relatos. Foram feitas três entrevistas, sendo uma com uma professora estrangeira, um professor nacional e precursor do ensino de BEA nos cursos de Medicina Veterinária no país, e outra com um médico veterinário do quadro da OIE, partícipe dos grupos de trabalho que elaboraram as normas.

4.2.2 Montagem do Discurso do Sujeito Coletivo - DSC

Foi elaborado um discurso compartilhado, a partir da fala social, constante no material colhido das falas dos indivíduos, ao retirar-se dos discursos efetivamente proferidos as idéias centrais e expressões-chave coincidentes ou semelhantes.

Definiu-se a terminologia utilizada na composição do discurso coletivo com as seguintes expressões-chave:⁴⁸

- ECH – pedaços, trechos ou transcrições literais do discurso que devem ser sublinhadas, iluminadas e coloridas pelo pesquisador. Revelam a essência do depoimento ou conteúdo discursivo dos segmentos em que se divide o depoimento, que, em geral, correspondem às questões de pesquisa.
- IC - Idéia Central é um nome ou expressão lingüística que revela da maneira mais sintética, precisa e fidedigna, o sentido de cada um dos discursos analisados e cada conjunto homogêneo de ECH. É uma descrição do sentido de um depoimento ou de um conjunto de depoimentos.

⁴⁸ Expressões-chave são uma espécie de prova discursivo-empírica da verdade das idéias centrais e das ancoragens e vice-versa (LEFÈVRE; LEFRÈVE, 2005).

Procederam-se os seguintes passos para a construção do DSC: primeiro analisaram-se, isoladamente, as respostas dos entrevistados a cada questão, copiando integralmente suas respostas no Instrumento de Análise de Discurso –1 / IAD-1 (Anexo 4). No segundo passo, identificaram-se e destacaram-se as expressões-chave referentes a cada uma das idéias centrais. Num terceiro passo, separaram-se as idéias centrais em cada célula correspondente. No quarto passo foram identificadas e agrupadas as idéias centrais de mesmo sentido, de sentido equivalente ou de sentido complementar, etiquetando com letras cada grupamento. O quinto passo foi denominar cada um dos grupamentos pela letra correspondente, criando uma idéia central síntese, que expressasse, de uma maneira geral, todas as idéias centrais correlatas. No sexto passo construíram-se os DSC, utilizando um Instrumento de Análise de Discurso-2 / IAD-2 (Anexo 5). Construiu-se um DSC para cada grupamento identificado no passo anterior. Foram utilizados tantos IAD-2 quantos foram os grupamentos.

Para esta construção estabeleceram-se duas etapas: a primeira delas foi a de copiar do IAD-1 todas as expressões-chave selecionadas do mesmo agrupamento e colá-las na coluna das expressões-chave do IAD-2. A segunda etapa tratou da construção do DSC, de cada grupamento, seqüenciando-se as expressões-chave de forma lógica, com começo, meio e fim, partindo do geral para o menos geral e mais particular. Usaram-se termos conectivos para dar a devida coesão do discurso, como: assim, então, logo, enfim, portanto etc., possibilitando o ato de “discursivar”, como tratam Lefèvre e Lefèvre (2005).

Retirou-se do texto os particularismos como sexo, idade, eventos particulares, doenças específicas, etc., assim como eliminaram-se as idéias repetidas, menos aquelas expressas de modo ou com palavras ou expressões distintas, ainda que semelhantes. Nesta tarefa utilizou-se todo o material selecionado da expressão-chave, seguindo o que recomendam esses autores.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DOS VÁRIOS ATORES SOCIAIS ESTUDADOS

No presente trabalho os dados sócio-profissionais dos atores sociais, que são sujeitos neste estudo, envolveram temas relativos à idade biológica dos entrevistados, gênero, o tempo de graduação e de pós-graduação, atividade educacional e as instituições de ensino de origem. No Quadro 2 disponibilizam-se os dados referidos.

Pelo quadro demonstrativo observa-se que em termos de idade biológica, o grupo de sanitaristas apresenta uma média de idade de 42,4 anos. Especificamente, constata-se dois subgrupos, um com idades em torno de 26 anos, constituído de profissionais recém-contratados, e outro composto de profissionais veteranos, com idades girando por volta de 51 anos, conforme nos mostram as modas obtidas. Nas ADRs os números se apresentam semelhantes. Em termos dos profissionais de ensino Médico Veterinário, a média de idade ficou em 45,8 anos. O quadro demonstra uma situação bastante interessante, as médias de idade estão relacionadas diretamente com a existência do curso. Assim, o curso mais antigo do Estado surge como aquele onde as médias de idade são mais altas e, estas tendem a baixar em relação aos cursos mais recentes.

Em relação ao tempo de graduação, entre os sanitaristas a média ficou em 18,5 anos, porém a análise da moda nos apresenta um dado que demonstra uma concentração no grupo recém-contratado em torno de três anos de graduação, enquanto o grupo veterano apresenta modas de hexasseqüenciais de 25, 26, 27, 28, 29 e 32 anos. Este dado reflete, significativamente, o fato que anualmente o serviço contratava profissionais para as suas reposições e para a abertura de novos escritórios, deixando claro o hiato da falta de contratação de pessoal por 20 anos, demonstrado tanto em termos de idade biológica e, mais ainda, em termos de tempo de graduação. Entre os profissionais de ensino, a média de tempo de graduação ficou em 21 anos e, a exemplo do que aconteceu com a distribuição por idade, este tempo também se mostrou diretamente relacionado com o tempo de existência do curso.

Em termos de gênero, de uma forma geral, ainda ocorre a predominância do grupo masculino sobre o feminino, em todos os dois grupos. Porém entre os sanitaristas, enquanto o grupo veterano era exclusivamente masculino, nas duas ADRs, no grupo recém-contratado a situação se inverte e há predominância feminina em ambos os grupos. Entre os professores também esse quadro se apresenta igualmente distribuído.

QUADRO Nº 2 – DEMONSTRATIVO DOS DADOS SÓCIO-PROFISSIONAIS DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS SANITARISTAS E DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO MÉDICO VETERINÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CATEGORIA	IDADE CRONOLÓGICA		TEMPO GRADUAÇÃO		GÊNERO		TIPO DE PÓS-GRADUAÇÃO		
	MÉDIA anos	MODA Anos	MÉDIA anos	MODA anos	MAS.	FEM.	ESPEC.	MEST.	DOUT.
SANITARISTAS	42,4	26/51	18,5	3-25-26-27-28-29-32	32	10	11	4	-
CAÇADOR < 20	29	26	5,4	1	4	5	2	1	-
CAÇADOR > 20	53,9	52 / 55	30	32	8	0	3	1	-
CRICIÚMA < 20	30,4	26 / 30	7,8	3	4	5	2	1	-
CRICIÚMA > 20	50,9	51	26,8	26 - 29	16	0	4	1	-
PROFESSORES	45,8	49 / 52	21	22 - 28	8	5	3	5	5
CAV	53,8	52	28,8	28	3	2	1	1	3
UNOESC	35,3	-	9,3	-	2	2	1	2	1
UnC	47,3	-	23	-	3	1	1	2	1
////////////////////////////////////									
CATEGORIA	TEMPO PÓS-GRADUAÇÃO		ATIVIDADE EDUCACIONAL		UNIVERSIDADES PREDOMINANTES				
	MÉDIA anos	MODA Anos	MÉDIA anos	MODA anos	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO			
SANITARISTAS	7,2	1	-	-	UDESC	UDESC			
CAÇADOR < 20	1	1	-	-	UDESC	S/PREDOMINÂNCIA			
CAÇADOR > 20	9	4	-	-	UFPR	S/PREDOMINÂNCIA			
CRICIÚMA < 20	2	1	-	-	UDESC	S/PREDOMINÂNCIA			
CRICIÚMA > 20	7	5/7	-	-	UDESC	UDESC			
PROFESSORES	6,1	¾	16,7	5/28	UFSM	UFSM			
CAV	8,2	-	27	28	UDESC	S/PREDOMINÂNCIA			
UNOESC	4,2	4	3,5	5	UFSM	UFSM			
UnC	7	-	18	-	UFPR	UFPR			

Assim fica demonstrada uma mudança de perfil do profissional. O que anteriormente era uma profissão eminentemente masculina passa a contar com uma presença significativa do gênero feminino. Quebra-se assim o paradigma machista que a Medicina Veterinária era uma exclusividade do homem.

Em relação aos tipos de cursos de pós-graduação realizados, constata-se entre os sanitaristas a pouca quantidade de pós-graduados, dentre eles a predominância é de especialistas, poucos têm o grau de mestre e não existem doutores. Destaque-se o fato que dentre os 15 profissionais com pós-graduação, seis deles são recém-contratados e já entraram no serviço portando esse título. Entre os profissionais de ensino prevalecem os mestres e os doutores, em igual número, e, em minoria, os especialistas. Todos os cursos possuem em seus quadros os três tipos de pós-graduados, com destaque para o curso do CAV/UDESC, onde o número de doutores supera os de mestre e de especialistas. Nos cursos particulares, o predomínio é dos mestres.

Quanto ao tempo em que foram realizadas essas pós-graduações, a média fica em 7,2 anos para os sanitaristas, porém a moda revela uma concentração para um ano. Entre os profissionais de ensino a média foi de 6,1 anos com uma concentração, em termos de moda, em 3 e 4 anos. Em relação a cada unidade de ensino, em particular, essa média também se apresenta diretamente relacionada com o tempo de existência da instituição. Isto demonstra que a abertura de novos cursos está abrindo possibilidades de colocação para o pessoal recém pós-graduado.

Quanto aos profissionais sanitaristas, os temas trabalhados nas pós-graduações apresentaram uma diversidade muito grande, demonstrando uma falta de definição e especificação, não só das áreas, mas, principalmente, de linhas de pesquisa que estejam diretamente relacionadas com as atividades fins da CIDASC.

A experiência educacional medida pelo tempo na atividade de ensino mostra que o grupo tem maturidade suficiente para exercer a profissão, com a média de 16,7 anos na atividade. Em relação às unidades, o comportamento dos dados se dá da mesma forma como nos casos anteriores, em termos de relacionamento direto entre o tempo de experiência educacional e a existência do curso.

Em relação às universidades de origem dos grupos trabalhados, os sanitaristas são predominantemente oriundos do curso do CAV/UDESC. Destaque-se o fato que entre os profissionais veteranos em Caçador a predominância é de oriundos da UFPR. Observa-se ainda entre o grupo recém-contratado uma variedade de origem de cursos, tanto da região Sul como da região Sudeste. Em termos de pós-graduação a UDESC predomina sobre as demais,

porém, em termos específicos, apenas na ADR de Criciúma este fato se evidencia. Nas demais há uma variedade de cursos e de áreas de concentração, o que demonstra a falta de uma política voltada à formação de pós-graduados na CIDASC.

Entre os profissionais de ensino, há uma predominância para o curso da UFSM, de uma forma geral, tanto na graduação como na pós-graduação. Especificamente, nota-se uma relação direta entre a UNOESC e a UFSM e entre a UnC e a UFPR, tanto na graduação como na pós-graduação. Entre os profissionais da UDESC, em termos de graduação predomina o curso desta instituição e a pós-graduação de seus professores foi realizada em várias instituições de ensino.

5.2 A PERCEPÇÃO DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS SANITARISTAS

5.2.1 Resultados das entrevistas estruturadas

Os dados abaixo levantados foram apreciados a partir da realidade da totalidade dos profissionais sanitaristas, comparando esses resultados com os particulares dos dois grupos e dos seus respectivos subgrupos.

5.2.1.1 Distribuição segundo a forma de ensino sobre BEA durante a graduação

O grande destaque desta questão é o fato do tema BEA não fazer parte do currículo dos cursos de nenhum dos entrevistados, nem como disciplina obrigatória, nem como disciplina optativa ou eletiva, como orienta a resolução da Associação Mundial de Veterinária de 1993 (WORLD..., 1993), atendendo a moção aprovada no Congresso Mundial de Medicina Veterinária em 1991 (MELLO, 2007).

Mais da metade dos médicos veterinários (54,1%) não teve o tema de BEA tratado em seus cursos. A situação se mostra mais grave na ADR de Criciúma, onde 68% dos entrevistados declararam que o tema não foi objeto de estudo em seus cursos de graduação. Na análise dos subgrupos, observa-se nas Tabelas 1, 2 e 3 (anexo 6) que o fato está diretamente relacionado com o tempo de graduação dos pesquisados. A ausência de discussão é mais evidente nos subgrupos com mais de 20 anos de graduação. Em Caçador, metade deste subgrupo declarou não haver tido este tema e a situação se acentua em Criciúma, onde 81,3% dos entrevistados fizeram a mesma declaração.

Em relação aos subgrupos com menos de 20 anos de formados, percentuais superiores a 50% indicam que o tema foi objeto de estudo, de alguma forma, durante o curso de graduação.

5.2.1.2 Distribuição segundo a forma de discussão do tema BEA durante a graduação

Se por um lado o tema não apareceu como disciplina específica nos currículos do ensino médico veterinário dos grupos pesquisados, por outro não se pode dizer da omissão dos cursos de Medicina Veterinária em discutir o tema. O assunto de alguma forma vem sendo tratado nos cursos, nem que seja, predominantemente, em forma de comentários⁴⁹ de professores e, neste caso, este indicador aparece acentuadamente nos subgrupos com mais de 20 anos de graduação.

Comparativamente, pelos resultados apresentados pelas tabelas 4, 5 e 6 (anexo 6), pode-se observar que, nesta condição, a situação se modificou muito nos últimos 20 anos. Se antes, predominantemente, não havia referências ao tema ou apenas comentários de professores, agora o BEA passou a ser objeto de aulas e provas, de leitura e discussão de texto, de seminários com alunos, de palestras com professores visitantes, de forma específica ou compondo um rol de atividades conjuntas, nas disciplinas onde o tema é trabalhado.

Pode-se dizer, analisando a totalização dos dados, que 71,5% dos entrevistados passaram por alguma forma de discussão do tema, durante a sua graduação.

5.2.1.3 Distribuição segundo o tipo de treinamento ou curso de capacitação recebido por parte da empresa

Os dados apresentados nas tabelas 7, 8 e 9 (anexo 6), mostram uma deficiência que a empresa tem em termos de capacitação de sua força de trabalho. O que se percebe é uma concentração de cursos de duração de uma semana, seguida dos cursos de especialização. Minoritariamente, aparecem os cursos de aperfeiçoamento e de mestrado e a inexistência de profissionais com doutorado. Vale destacar que apenas 9,5% (4) dos entrevistados declararam não ter feito qualquer tipo de curso.

⁴⁹ Entende-se como comentários, segundo os depoimentos colhidos, os temas que são referidos em sala de aula, mas não constituem a ementa da disciplina, nem são cobrados nas avaliações.

5.2.1.4 Distribuição segundo a referência ao tema bem-estar animal em seus conteúdos dos cursos assistidos após a contratação pela CIDASC

A análise dos dados das tabelas 10, 11 e 12 (anexo 6) demonstra que o tema não passou ou somente agora passa pela área de interesse da empresa e pelos cursos de capacitação ministrados por ela. Observa-se que os cursos que tiveram alguma abordagem sobre o tema estão ligados ao grupo com menos de 20 anos de graduação, em sua maioria. Isto, provavelmente, refere-se ao conteúdo passado durante o curso de pré-serviço, onde o assunto entrou pela primeira vez na programação.

5.2.1.5 Distribuição segundo a forma de aquisição de conhecimentos da legislação internacional sobre BEA

Muito embora a maioria dos sanitaristas declare receber informações da legislação internacional, o que se percebe, através das análises dos dados constantes das tabelas 13, 14 e 15 (anexo 6), é que este conhecimento é predominantemente superficial. Apenas um profissional na região de Caçador declarou total desconhecimento do tema. A minoria que tem algum tipo de conhecimento aponta como fontes as informações obtidas através de revistas, pela mídia e via internet. Neste caso, o grupo da ADR de Criciúma tem maior acesso a estes meios. Tal fato expõe uma situação de necessidade de discussão do tema no seio da classe médico-veterinária, notadamente entre o grupo pesquisado. Considera-se neste aspecto a importância do tema e a urgência na formação de um profissional sanitarista com visão crítica sobre o assunto, que atue no exercício de suas funções aplicando corretamente a legislação mediante os conceitos de bem-estar animal de forma consciente.

5.2.1.6 Distribuição segundo a percepção da responsabilidade pela elaboração da legislação internacional de bem-estar animal

A percepção dos veterinários em relação às entidades responsáveis pela elaboração de uma legislação internacional de BEA recai, de uma forma geral, sobre a OIE, a WVA e a WSPA, nesta ordem decrescente de indicações, como se pode observar nas tabelas 16, 17 e 18 (anexo 6).

Comparando os resultados levantados entre os subgrupos etários das ADRs, constatou-se que este fato não está relacionado com a faixa etária. Entre os subgrupos com mais de 20

anos de formados os resultados apresentam-se desiguais, com o grupo de Criciúma atribuindo à OIE a responsabilidade pela elaboração da legislação, enquanto o grupo de Caçador não tem essa percepção. Atribui-se o fato à questão do acesso às informações sobre o tema. Isto pode ser constatado através do cruzamento de dados da percepção da responsabilidade pela elaboração da legislação com os dados sobre a forma de aquisição de conhecimentos. Os profissionais da ADR de Criciúma indicaram uma variedade muito maior de acessos às informações. Entre os profissionais do subgrupo com menos de 20 anos de formados, nas duas regionais, a maioria apresentou uma percepção da OIE como entidade encarregada de elaborar a legislação de BEA para todos os países.

5.2.1.7 Distribuição segundo a percepção quanto à abrangência de uma legislação internacional sobre BEA

As tabelas 19, 20 e 21 (anexo 6) apresentam dados que permitem constatar a percepção praticamente consensual que a legislação internacional deva ser abrangente e que abarque todas as fases do processo de produção animal. Observa-se, ainda, que ela é mais ocorrente na ADR de Criciúma e, nesta, a visão do grupo com menos de 20 anos de profissão é unânime.

5.2.1.8 Distribuição segundo o conhecimento em relação à legislação nacional sobre bem-estar animal

Com o fim de medir o conhecimento dos entrevistados sobre a legislação nacional sobre BEA, foram nomeados, como objeto de questionamento, dois instrumentos legais em vigência no país sobre o tema: o Decreto 24.645/34, que estabelece a proteção aos animais, e a IN/MAPA 003/2000, que normatiza o abate humanitário. A mensuração desse conhecimento ficou assim estabelecida: o “conhecimento profundo”, quando o profissional detalhava aspectos essenciais da legislação e sua aplicabilidade; como “apenas algum conhecimento”, quando o inquirido demonstrou conhecer a existência dessa legislação, a sua essência, sem detalhar sua aplicabilidade; e o “conhecimento superficial”, que se caracterizou por referências à existência, desconhecendo a sua essência e aplicabilidade.

Constatou-se, nas tabelas 22, 23 e 24 (anexo 6), o desconhecimento da legislação em todos os estratos estudados. Alguma situação discreta de conhecimento ocorre na ADR de Criciúma, notadamente no grupo com menos de 20 anos de profissão.

5.2.1.9 Distribuição segundo a percepção do manejo ideal para os animais em pré-abate

A maioria dos profissionais sanitaristas tem uma percepção clara que o manejo em currais circulares, com laterais fechadas e com separação dos animais em lotes, segundo a sua origem, é melhor que outras formas de manejo, confirmando as orientações estabelecidas pelas normas (OIE, 2005b). A percepção das laterais fechadas se faz com uma condição de entendimento muito maior que o formato do curral. Essa é a dedução que se chega ao analisar os dados das tabelas 25, 26 e 27 (anexo 6). Em termos de grupos regionais, o grupo da região de Criciúma apresenta a percepção do manejo recomendado de forma muito mais destacada que o grupo da ADR de Caçador.

Entre os subgrupos ficou demonstrado que o fato não tem relação com a faixa etária dos entrevistados. Em Criciúma, o grupo mais experiente explicitou uma percepção voltada para o manejo em currais circulares, fechados e com separação de lotes. O grupo com menos tempo de profissão tem uma visão diferente e dispersa em outras formas de manejo. Porém, em Caçador a situação se inverte.

5.2.1.10 Distribuição segundo a percepção sobre o tipo de transporte ideal para os animais

Os dados constantes das tabelas 28, 29 e 30 (anexo 6) indicam que a maioria dos entrevistados optou por um transporte como determinam as normas. Particularmente, o grupo formado pela ADR de Caçador tem uma visão muito próxima daquilo que está estabelecido pelas normas: o transporte fechado, com espaçamento determinado e com divisórias, notadamente no subgrupo com menos de 20 anos de graduação. No grupo de Criciúma, os dois subgrupos estão divididos em suas opiniões, embora seja predominante o conceito de transporte prescrito pela OIE.

5.2.1.11 Distribuição segundo a percepção sobre o tipo de atualização necessária para o cumprimento e fiscalização de normas de BEA

A maioria dos entrevistados declarou, pelo que consta nas tabelas 31, 32 e 33 (anexo 6), que necessitaria de um curso de curta duração de 40 horas. A busca de cursos de pós-

graduação no tema se mostra equilibrada nos dois grupos regionais e torna-se mais evidente nos subgrupos com menos de 20 anos de profissão, nas duas ADRs.

5.2.1.12 Distribuição segundo a autopercepção sobre o seu preparo sobre o tema de BEA

Diante dos dados apresentados nas tabelas 34, 35 e 36 (anexo 6), nota-se que todos os entrevistados demonstraram sinceridade na sua auto-percepção quanto ao conhecimento que têm sobre o tema de BEA e estabeleceram uma perspectiva de realização de cursos para melhorar os seus conhecimentos. Confirma-se aqui o interesse do subgrupo com menos de 20 anos de profissão para realizar cursos de pós-graduação. Dois tipos de personalidades negativas não se manifestaram: “o sabe tudo”, que se auto-percebe plenamente conhecedor do tema proposto e o “desinteressado”, que não demonstra interesse em adquirir conhecimentos, mesmo ignorando o tema.

5.2.1.13 Distribuição segundo a percepção sobre a existência de uma legislação estadual de BEA

Segundo os dados constantes das tabelas 37, 38, 39 (anexo 6), todos os entrevistados percebem como necessária a criação de uma legislação estadual de BEA. Quanto à abrangência, com uma única exceção (que a relaciona apenas para os animais de produção), é consenso que esta deva abranger todos os animais sob o domínio humano. Neste aspecto, tanto Rojas, Stuardo e Benevides (2005), Trent et al. (2005), como Gallo (2006), analisando a realidade das legislações latino-americanas concernentes ao bem-estar animal, constataram que poucos são os países da região que dispõem desse recurso legal, constituindo-se um problema generalizado no subcontinente.

5.2.2 Discurso do Sujeito Coletivo

5.2.2.1 Síntese do Discurso do Sujeito Coletivo – médicos veterinários

Questão 1: no seu entendimento como você definiria BEA?

IDÉIA CENTRAL A: condição de tranquilidade, sem agressão ou estresse, respeito aos cuidados de saúde e promoção das condições ambientais mais próximas do habitat natural da espécie.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Como uma condição em que o animal estivesse tranquilo e sem qualquer tipo de estresse. Onde o animal teria condições de conforto, de higiene, de manejo, de nutrição e uma proteção sanitária adequada, sendo criado em condições mais próximas possíveis do seu habitat natural. Onde não sofre interferência ou não sentisse a interferência do meio ambiente, nem de dentro para fora, nem de fora para dentro.

IDÉIA CENTRAL B: condição de satisfação, de alimentação e espaço necessário para atender as funções fisiológicas, a saúde física e mental do animal, envolvendo todas as fases de sua vida, em termos de satisfação nas instalações, na alimentação, na saúde, no transporte e na produção, com o mínimo de sofrimento.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Condição de satisfação, de alimentação e espaço vital para atender as suas funções fisiológicas, a saúde física e mental do animal, envolvendo a todas as fases de sua vida, em termos de satisfação nas instalações, na alimentação, na saúde, de higiene, no transporte e na produção, com o mínimo de sofrimento. Tendo um espaço adequado para o seu desenvolvimento e tranquilidade. Portanto seria a condição total de saúde física e mental que o animal se encontra naquele momento, desde a sua concepção natural ou artificial, o seu nascimento, a sua localização, onde receberia uma boa alimentação, uma boa água, sanidade e uma instalação adequada. E na ida para o abate, que fosse num transporte dentro dos padrões, com todo o conforto possível. Incluindo a hora do desembarque, o pré-abate, em um curral decente, sem objetos contundentes que fizessem com que ele não sofresse tanto antes do abate.

IDÉIA CENTRAL C: condição de alívio, respeito à condição de vida, de manejo durante o seu ciclo de vida, observando os procedimentos e padrões para conseguir todo o potencial produtivo de um animal, envolvendo todas as suas condições de vida durante a sua cadeia de produção.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

É uma condição de alívio, de respeito à condição de vida, de alimentação, de espaço físico, enfim tudo o que o animal venha a ter para estar bem durante toda a cadeia produtiva dele, até o momento do abate. Isto se dá através de um conjunto de procedimentos e padrões para que se consiga obter todo o potencial de um animal de produção ou de um animal de companhia, englobando todas as fases do animal, até o produto final.

Pelos discursos proferidos, já que as três idéias centrais relacionam-se com três tipos de enfoques acerca do BEA, observa-se algo próximo da classificação que Fraser (2004) estabeleceu em termos de perspectivas sobre as medidas de BEA, conforme foi apresentado

no item 3.5.1. O primeiro é um enfoque humanitário, o segundo nitidamente fisiológico e o terceiro basicamente utilitarista ou produtivista. Em todos os discursos percebe-se uma evidente preocupação com a condição de conforto dos animais durante todo o seu ciclo produtivo e com o sofrimento e as condições ambientais do sistema de criação.

Questão 2: em sua opinião, quais as principais conseqüências da deficiência de bem-estar animal?

IDÉIA CENTRAL A: perda de rendimento, baixo ganho de peso. Produtos originados de baixa qualidade, devido ao estresse.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Há diminuição da produtividade. Ele não vai ter uma produção adequada, no rendimento tanto em quantidade como em qualidade. Ele deixa de produzir de converter os alimentos que ingere em desenvolvimento, em crescimento, e vai fazer com que a carne e os produtos sejam de uma qualidade inferior, devido exatamente ao estresse. Essas são as condições que ele não aceita, e que alguns tipos de criação intensiva, que nós temos, causam. A criação ideal seria aquela livre de qualquer tipo de estresse, onde o animal teria um maior rendimento, no tipo de ganho de peso, de carcaça, no final.

IDÉIA CENTRAL B: grande perda econômica em termos de reprodução, fertilidade, ganho de peso, baixa conversão devido ao estresse, ao parasitismo e ao manejo errado, levando a problemas de saúde e agressividade.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

É uma grande perda econômica, por que você tem uma perda de reprodução, baixa fertilidade, perda de ganho de peso. Ele engorda menos, converte menos ração para carne, porque ele está estressado, está com parasitos, está sendo manejado de maneira errada. Tem uma deficiência de crescimento, por não ter condições de higiene, condições de saúde, então tem uma baixa eficiência de produção, como a diminuição de ovos, a carne fica ruim pela coloração, pelo aspecto. Esse estresse, no caso do pré-abate, vai aumentar os níveis de adrenalina na corrente sanguínea. Os animais vão ficar mais agressivos, e, conseqüentemente, vai dar uma carne de má qualidade, fica mais dura, mais ressecada. Até mesmo, para nós, seres humanos, será nociva à nossa própria saúde. Tudo isso se deve à falta de conhecimento de profissionais que atuam na área.

Os discursos obtidos remetem a idéias centrais muito semelhantes, porém nota-se no primeiro discurso a preocupação com a questão da queda da produtividade em função do estresse no meio criatório, mas referindo-se especialmente à questão do reflexo dessa condição nos produtos de origem animal. No segundo caso, o discurso remete para uma preocupação mais zootécnica e sanitária com a higiene do local e as condições de saúde dos animais, considerando os riscos que isso representa também para o ser humano, que vai

consumir os alimentos a partir de seus produtos primários. O foco, em ambos os casos, está voltado para a questão da produtividade e das perdas econômicas decorrentes de situações de agravo do BEA, fugindo da discussão da questão inerente ao bem-estar do próprio animal, enquanto ser senciente. O que transparece nesta discussão é que este tipo de enfoque está muito pouco presente no meio médico-veterinário.

Questão 3: para você o que significa abate dentro das melhores condições de bem-estar animal?

IDÉIA CENTRAL A: consiste em um exame ante-morte, evitando sofrimentos e estresse, visando um bom aproveitamento e qualidade da carcaça, utilizando métodos de insensibilização e abate humanitário dentro das condições de higiene, envolvendo o transporte, o pré-abate e o abate.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

O abate dentro das melhores condições de BEA tem que começar desde o transporte. Ele tem que se realizar de forma mais eficiente possível, nas primeiras horas do dia. O condicionamento dos animais, quando chegam numa estrutura, onde depois vai acontecer o abate. Visitas aos currais, verificando as condições do animal sobreviver. Os cuidados, dando condições de higiene, de água, alimentação, sombra, com menos gritos, com menos pancadas, isso tudo para evitar que o animal entre em estresse, inclusive para um bom aproveitamento da carne e da carcaça, para que tenha uma carne livre de adrenalina, uma carne de melhor qualidade. Enfim, o tratamento mais digno dos animais, mesmo porque eles vão servir como nosso alimento. A condução desse animal até a sala de abate tem que ser de forma calma. Não pode ser intempestiva, não pode agredir o animal. Tem que se realizar uma boa insensibilização, para que o animal não venha a ter sofrimento no momento da morte. Hoje em dia existe um tipo de um rifle, um dispositivo que tem que dá uma espécie de marretada, que sai um estilete com choque elétrico e que anestesiaria o animal, se fosse sacrificar. Uma sangria rápida, completa, para que ele tenha uma morte rápida. É o abate onde o animal não percebe que vai ser abatido. É onde o animal preserva toda a sua qualidade, toda a sua homeostase, o seu bem-estar e ele é abatido nessa situação. Não se sente agredido. É o abate onde o animal tem o menor sofrimento. Os estabelecimentos que estão usando isso aí são os preocupados com o bem-estar animal.

IDÉIA CENTRAL B: preocupação em torno do descanso, do transporte, do manejo, do abate humanitário.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

O animal depois que teve todo o seu desenvolvimento dentro das condições ideais, tem que ter um transporte ideal, um descanso ideal antes do abate. A preocupação fundamental seria, justamente, com o descanso do animal. Os abatedouros deveriam se posicionar perto dos grandes produtores para haver o menor trânsito possível do animal. Porque, mesmo que seja meia hora de caminhão, o animal se estressa. Ao chegar no local, deixar o animal o mais natural possível. O abatedouro deveria ter um local de recepção, onde fosse pasto, nas primeiras 24 ou 12 horas, para deixar o animal desestressar do transporte, se ambientar com a situação. O curral poderia ter um forro para ele, água com extrema qualidade. Na hora de movimentação dos animais teria que ser algo mais tranquilo, sem gritos. Que os bois entrassem mais rápido na seringa [brete]. Talvez por causa do cheiro da adrenalina, no local, eles vão percebendo... E na hora da insensibilização, que

seja menos cruel possível, para que o animal sinta menos dor na hora do sacrifício. Hoje temos as pistolas de ar comprimido. No caso de aves, eles usam o choque elétrico. Acho que tem que ser o menos doloroso possível.

Os dois discursos são semelhantes quanto às condições de transporte, de pré-abate e de abate, na preservação do BEA. No primeiro discurso, especificamente, observa-se uma preocupação com os procedimentos no ato de abate. O segundo apresenta uma abordagem mais humanitária, principalmente relacionada com as condições de pré-abate e, em particular com as condições de repouso e adaptação dos animais no ambiente das instalações.

Questão 4: você poderia citar quais seriam as chamadas liberdades ou necessidades nas normas prescritas pelo Código Zoossanitário Internacional (OIE, 2005a) para que se estabeleça uma condição de bem-estar animal?

IDÉIA CENTRAL A: desconhecimento.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Nesta parte da OIE, nunca ouvi falar a respeito. Eu não faço a menor idéia. Não sei.

IDÉIA CENTRAL B: desconhecimento com idéia do significado.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Não, nem sei o que o Código Zoossanitário Animal fala a respeito disso. A única coisa que deduzo é que qualquer coisa que agrida, que interfira, que machuque ou que force o desenvolvimento do animal, tipo estimulantes, como hormônios, como antibióticos, como promotores de crescimento... Que isso seja resguardado. Que não se faça isso em detrimento da saúde do animal. Portanto é necessário fazer algumas modificações no sistema de criação, para que a qualidade da carne que seja oferecida, futuramente, não seja adulterada por ele.

IDÉIA CENTRAL C: conhecimento parcial.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Não tenho muito conhecimento do Código, acredito que sejam: liberdade de espaço, oferta de alimentos adequados. Eu dei uma passada muito por cima nas normas. Eu acho que o animal tem que ter toda a higiene, tem que ter saúde, um espaço suficiente para caminhar, para o seu desenvolvimento, tem que ter tranqüilidade. Tomei um certo conhecimento, mas muito superficial, portanto posso dizer para você que infelizmente não tenho nada assim mais profundo.

Os discursos produzidos mostram que os conceitos de BEA consagrados universalmente e contidos nas normas da OIE ainda necessitam ser bastante divulgados entre

os profissionais sanitarianos, pois o conhecimento ainda é insuficiente para se pensar em qualquer tipo de atividade mais efetiva.

Questão 5: quais os fatores que você consideraria como fundamentais para estabelecer o transporte de animais feito dentro das condições ideais de bem-estar animal?

IDÉIA CENTRAL A: transporte feito nas horas mais frescas do dia, sem superlotação, com fornecimento de água e alimento e paradas nos percursos longos, sem violência, em carrocerias abertas e bem ventiladas. Com lotes separados por idade, porte e por origem.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

O animal deve ser transportado geralmente nas horas mais frescas do dia, transportado com calma, livre de superlotação no caminhão até para evitar sufocar os animais. Ter um espaçamento adequado para aquele tipo de animal, para a espécie que vai ser transportada, pois cada espécie tem um tamanho exigido, um espaço. Hoje tem alguns casos de gaiolas individuais de dois andares. Isso também teria que ver a distância que ele vai ser transportado. Dependendo da distância, teria que ter um descanso, uma alimentação, alguma coisa assim, para que esses animais não sofressem muito estresse. No caso, o animal deveria ser acondicionado com proteção, talvez com um acolhimento ou o espaço dividido pelo tamanho certo do bovino. Acho que o fundamental para o bem-estar animal é sempre encurtar as distâncias.

IDÉIA CENTRAL B: condições de transporte semelhantes às constantes na Idéia Central A, mas incluindo preocupação com higiene, maus-tratos e privações.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Para transportar um animal, tem que ser num meio de transporte adequado, ter um espaçamento, um horário e um tempo de transporte também adequados. Se for muito alto, com paradas para o animal poder dar uma descansada. Transporte adequado seria um transporte onde se respeite a capacidade de espaço físico dentro do caminhão. Este deverá ser feito em horários mais frescos do dia, onde o bicho viajasse com conforto. Que tivesse um espaço delimitado para cada animal, que fosse determinado. A higiene da unidade que está transportando, desde pegar os animais no interior, na propriedade; que eles não passassem maus-tratos, sede, fome, privação, de forma nenhuma. A carroceria deveria ser fechada, também com algumas divisórias, para separar os animais por categoria de idade, de sexo. Com condições de ventilação para os animais não ficarem expostos às alterações de temperatura e umidade. Condicionando-os em grupos de animais de mesma origem.

Este também é um caso de discursos semelhantes, onde prevalece a visão sanitarianista, no segundo discurso, uma vez que a preocupação com as condições de higiene no transporte é explícita. Observa-se também a preocupação com o conforto do animal durante a viagem, bem como com a duração, apontando a necessidade de repouso e alimentação em caso de viagens longas. A grande diferença entre os dois discursos reside no fato que o primeiro discurso ressalta a importância do transporte ser feito em carrocerias abertas. No segundo

caso o discurso entende que deva ser feito o transporte em carrocerias fechadas. Estas posições foram constatadas também nas entrevistas estruturadas.

Questão 6: em casos de sacrifício sanitário, que procedimentos você poderia adotar para atender os critérios de bem-estar animal?

IDÉIA CENTRAL A: utilizar o rifle sanitário, atirando no crânio, produzindo uma morte rápida, decente e com o mínimo de sofrimento.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Já fiz abate sanitário e, quando fiz, procurei que o bicho não imaginasse que ia morrer. Pois se ele sentir, se você perceber, no campo, que sangrou um animal e outra vaca sentir o cheiro do sangue, ela vai começar a berrar. Ela percebe que ali morreu uma outra vaca. Então se você puder evitar que isso aconteça, melhor. O melhor método, independente de ser violento para quem olha, é abrir uma vala e usar o rifle sanitário, se usa a arma de fogo, calibre 22. No caso do animal, o tiro seria na região entre olhos no crânio, de preferência para dar uma morte mais rápida possível, para evitar que o animal fique se debatendo. É menos traumático para o animal, no caso de uma doença que necessite desse sacrifício. Ele não se sentiu agredido na hora da morte. A morte veio sem ele esperar. Abate mais humanitário do que isso não pode ser, assim, em nível de campo. Não conheço outro método que seja mais eficiente.

IDÉIA CENTRAL B: insensibilização antes do sacrifício.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Bom, essa questão de sacrifício a gente até tinha discutido bastante e o pessoal acha extremamente desumano chamar a polícia, pegar os animais e fuzilar na cova, né... Acho que deveriam ser anestesiados, analgesiados, e aí sim fazer a eliminação dos animais, em questão de foco. Acho que o governo podia facilitar algo nesse sentido. Utilizando uma dosagem de anestésico, faria uma eutanásia mesmo. Uma eutanásia, e não um sacrifício. Partindo de uma sedação pequena, que deixasse o animal mais mole. Deveríamos abater em um brete móvel, perto da vala, com a pistola de ar comprimido. Aí o animal estaria “dessensibilizado”, para depois partir para o sacrifício propriamente dito.

IDÉIA CENTRAL C: desconhecimento com idéia de insensibilização.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Eu não tenho muito conhecimento sobre o sacrifício em quantidade, mas eu acredito que seja a mesma coisa que se faz no frigorífico. Já não podemos usar aqueles métodos que eles usam, não sei se usaria choque elétrico, pistola de ar comprimido, não seria o machado na cabeça, coisa assim agressiva, anormal.

Nesta questão em relação a como conduzir um sacrifício sanitário dentro das normas de BEA observa-se que o segundo discurso está discordante do primeiro quanto à forma de sacrifício e um terceiro demonstra inexperiência. Enquanto um procura seguir o recomendado pela diretriz da OIE referente ao sacrifício para fins sanitários (OIE, 2005b), o outro busca formas alternativas de cunho mais humanitário, como a eutanásia com anestésico, o que em

caso de grandes rebanhos seria algo completamente inviável, tanto em relação ao manejo como por ser dispendioso, e no final, produzir mais desconforto ao animal.

Questão 7: como você reconheceria a carcaça de um animal criado em baixa condição de BEA?

IDÉIA CENTRAL A: percepção de sinais de maus-tratos e cor da carne escura e dura.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

O animal assim criado, em péssimas condições, pode ser um animal caquético e os órgãos internos podem estar comprometidos por uma deficiência alimentar. Eu creio que ossos finos, quebradiços, quem sabe até costelas, podem vir num achado de necropsia, assim. Marcas de todos os tipos de machucaduras e fraturas. Através das lesões seria um indício se o animal foi violentado, digamos assim, com um açoite, com pancadas, com picadas, com piquetes agulhados. Pelos hematomas, se veria algum tipo de lesão que ele apresentasse uma carne mais endurecida, uma carne mais escura, pela alteração do pH. Estaria magra, sem camada de gordura.

IDÉIA CENTRAL B: percepção de alteração da qualidade da carne com uma coloração e uma gordura mais clara.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Você também reconhece, só pela cor da carcaça. A carcaça, geralmente de animal confinado, tem uma coloração mais clara, a carne em si e a própria gordura é diferente. Você identifica o que o animal sofreu. A carne fica um rosa pálido. No exame pós-morte, a carne é pálida, anêmica, que produz muito exsudato quando passa por um processo térmico, de resfriamento, de congelamento, no descongelar também, e aí isso confere a má qualidade. Na hora do abate, é um grande problema, pois o pessoal começa a pensar em doença, em um monte de coisa e esquece de ver o confinamento do animal.

Os discursos mostram um conflito de opiniões, onde um grupo ainda não tem claras as diferenças entre a carcaça de um animal que sofreu estresse constante durante a sua vida e aqueles que sofreram estresse no pré-abate.

Questão 8: como você reconheceria uma carcaça de um animal abatido após passar por uma condição de estresse no pré-abate?

IDÉIA CENTRAL A: percepção da situação de estresse provocando escurecimento do sangue e da carne, com presença de derrames hemorrágicos, de lesões e hematomas, e carne de coloração escura.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Seria o caso de lesões, de hematomas, de pancadas, de furadas e de picadas, isso aí seriam as indicações típicas. Também as agressões, por falta de água e de sombra. Devido à adrenalina o animal reage, sofre pancadas e às vezes tem derrames hemorrágicos, acaba a carne ficando escura, dura e seca, que não teve uma queda de pH adequado, porque tem sangue retido na musculatura, devido ao estresse no momento da insensibilização. E fica imprópria para consumo, aí vai para aproveitamento condicional, então é perda econômica.

IDÉIA CENTRAL B: percepção de alterações na carne com exsudato.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Pelo aspecto da carne e o pH alterado da carne. Carne com muito exsudato fica pingando ou carne muito seca, com coloração mais escura.

Da mesma forma que a questão anterior, um dos discursos revela que ainda existem profissionais que não reconhecem uma carcaça de um animal abatido após haver passado por uma situação de estresse no pré-abate.

Questão 9: você poderia explicar a que se devem essas alterações?

IDÉIA CENTRAL A: a falta d'água, de uma alimentação mais adequada, altera o pH da carne e determina uma coloração estranha.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

É falta do repouso. São essenciais o repouso, o jejum e a dieta hídrica, ele precisa da água no organismo até para limpar o tráfego, para não haver contaminação de bactérias do trato gastro-intestinal na carne, na hora do abate e ela funciona nessa parte da conversão do ácido láctico, então ele tem que ter o descanso. Para aí fazer o jejum e a dieta, mesmo em repouso, para ele ir relaxando, para chegar o momento de aproveitamento total. Talvez a falta d'água, de uma alimentação mais adequada, altere o pH da carne e ela vai ficar com uma coloração estranha da normal. Com a alteração do pH, ela vai ficar mais escurecida.

IDÉIA CENTRAL B: é um processo fisiológico determinado por descarga nervosa e pela resposta endócrina, bem como pelo tipo de personalidade do animal.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

O processo é todo fisiológico, é questão hormonal, questão de descarga nervosa, né... São os dois sistemas que regulam o organismo dos seres vivos. O sistema nervoso e o endócrino. Então está relacionada com isso e também com o seu tipo da personalidade do animal, em si. O animal muito agitado, pelo aumento do estresse, aumenta a produção de adrenalina. A adrenalina é o hormônio da fuga. Um animal muito nervoso, que tenha efeito de muita adrenalina, a carne vai ficar bem vermelha, bem hiperêmica, porque você tem

sangue dentro da musculatura. Com adrenalina circulando, o sangue está nos músculos para ter energia para correr. E essa carne se torna mais escura, por não ter um total escoamento desse sangue, deixando a carne com um aspecto feio. Então se tu mata o animal estressado vai ter a carne bem mais vermelha.

IDÉIA CENTRAL C: essas alterações têm relação com a diferença de pH, estão relacionadas com o ácido láctico, que abaixa o pH e não transforma em glicogênio, a carne fica muito ácida, não sei explicar direito.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Devido ao nível de estresse desse animal há alteração do pH da carne. Essas alterações se devem à diferença de pH, eu não saberia te explicar direito essa diferença, mas o pH da carcaça aumenta muito rápido, o índice de pH tem a ver com o ácido láctico.

As explicações constantes nos discursos estão parcialmente corretas, identificando-se uma carência de informação concreta e um choque de opiniões em relação aos processos que determinam o surgimento de carnes moles, exsudativas e brancas ou carnes escuras, secas e duras.⁵⁰

5.2.3 Observações diretas

Esta proposta ficou prejudicada pela falta de uma legislação sanitária que autorize o cumprimento e a fiscalização de ações de agressões ou desrespeito ao bem-estar dos animais. Valendo-se do artifício da confrontação, os médicos veterinários sanitaristas pesquisados, quando colocados frente a situações de agravo de BEA, em termos de transporte e de abate, posicionaram-se de forma crítica em relação às condições como são transportados os animais. As críticas centraram-se quanto à lotação dos veículos abordados, a presença de objetos cortantes, perfurantes ou contundentes na carroceria e o piso, o que pode resultar em lesões de transporte, além de questões relativas à higiene no transporte (Fig. 4 a 7).

⁵⁰ Segundo Dantzer e Mormède (1984), “o surgimento de carnes moles, exsudativas e brancas se dá porque, em condições de oxigenação insuficientes na estimulação muscular, há uma mobilização muito importante de glicogênio, com formação de ácido láctico. Assim o pH cai muito rapidamente depois da morte, provocando uma ativação precoce das enzimas intracelulares e, conseqüentemente, uma desnaturação das proteínas, não conseguindo reter a água de constituição”.

Em relação ao aparecimento de carnes secas, duras e escuras, os mesmos autores dizem: “Se as reservas de glicogênio se esgotam antes do sacrifício há uma intensa destruição de ATP (Adenosina Trifosfato) antes da morte. Após esta, a rigidez cadavérica se estabelece quase que imediatamente. Nestas condições a acidificação do músculo inibe a ação das enzimas, por isso a carne não matura, permanecendo rígida, seca e dura. A proliferação bacteriana é mínima, em função do pH estar em torno de 5,4 a 5,6” (Ibid., p. 30-31).



Figura 4. Lesão de transporte: ísquio



Figura 5. Lesão de pescoço e cernelha



Figura 6. Lesão de costela
(Fotos: Nilton Driessen de Farias, maio/2007)



Figura 7. Lesão de ísquio e paleta

Sobre as condições nos estabelecimentos de abate, quando defrontados com a situação presente, os posicionamentos foram mais incisivos em relação ao desembarque (Fig. 8 e 9), à estabulação dos animais (Fig. 10 e 11), à condução dos animais para o sacrifício (Fig. 12 e 13) e ao processo de insensibilização (Fig. 14 e 15), onde esta última operação, na maioria dos

estabelecimentos, ainda é feita de forma cruenta, utilizando-se de uma marreta para a comoção cerebral (Fig. 16 e 17).



Figura 8. Descarregador correto compatível com a altura dos veículos e piso com antiderrapante (Foto: Fábio de Carvalho Ferreira, maio/2007)

Figura 9. Descarregador incorreto incompatível com a altura dos veículos, sem piso antiderrapante, Nilton Driessen de Farias, maio/2007)



Figura 10. Mangueira de espera correta, divisórias com material não traumático. (Foto: Fábio de Carvalho Ferreira, maio/2007) Figura 11. Mangueira de espera incorreta (Foto: Nilton Driessen de Farias, maio/2007)



Figura 12. Corredor para brete de insensibilização, laterais fechadas. (Foto: Fábio de Carvalho Ferreira, maio/2007) Figura 13. Corredor para brete de insensibilização, laterais abertas (Foto: Nilton Driessen de Farias, maio/2007)



Figura 14. Métodos de insensibilização: martelete pneumático. (Foto: Fábio de Carvalho Ferreira) Figura 15. Métodos de insensibilização: marreta (Foto: Nilton D. de Farias, maio/2007)



Figura 16. Insensibilização imperfeita (observe-se o chifre do animal em destaque) Figura 17. Lesões resultantes de insensibilização por marreta. (Foto: Nilton D. de Farias, maio/2007)

5.3 A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DOS CURSOS DE MEDICINA VETERINÁRIA

5.3.1 Resultados da entrevista estruturada

5.3.1.1 Distribuição dos professores segundo a forma como o tema BEA é tratado nos cursos de Medicina Veterinária

Pela análise dos dados, pode-se deduzir que o tema é trabalhado de várias formas, muitas vezes associadas, nas disciplinas onde caiba o seu ensino. Porém, evidenciam-se, isoladamente, as aulas expositivas, textos e provas (60%) e o estudo de textos, observações de

campo ou aulas apoiadas em vídeos sobre o tema, com discussão em grupo e trabalhos escritos (50%). A maioria ou a metade dos professores admite a utilização dessas duas opções pedagógicas, de forma isolada ou associada, conforme as Tabelas 40 e 41 (anexo 7).

5.3.1.2 Distribuição dos professores segundo o entendimento quanto à forma de ensino da disciplina de Legislação Sanitária e, em especial, sobre Etologia e Bem-estar Animal, nos cursos de Medicina Veterinária.

Os dados constantes na Tabela 42 (anexo 7) indicam que a maioria dos professores (70%) entende que a disciplina deveria ser ministrada, nos cursos de Medicina Veterinária, como disciplina obrigatória e de forma interdisciplinar, atendendo às questões específicas das disciplinas onde o assunto possa ser abordado.

5.3.1.3 Distribuição dos professores quanto ao grau de conhecimento acerca da Resolução da Associação Mundial de Veterinária – WVA sobre o ensino de Etologia e BEA

Pela interpretação dos dados da Tabela 43 (anexo 7), pode-se deduzir que os professores têm a percepção que a temática é interessante e necessária para o ensino médico-veterinário. Porém desconhecem o teor da resolução que determina que o ensino de Etologia e de Bem-estar Animal deva ser ministrado como disciplina obrigatória no currículo básico e nas demais disciplinas como tema interdisciplinar, atendendo aos interesses da cadeira específica.

5.3.1.4 Distribuição dos professores em relação ao grau de conhecimento da instituição internacional que normatiza as condutas referentes ao BEA

Quando inquiridos sobre qual seria a entidade internacional responsável pela elaboração das normas de BEA, constata-se na Tabela 44 (anexo 7) que a maioria (60%) dos professores relaciona a OIE como a entidade responsável pela elaboração de normas sobre BEA.

5.3.1.5 Distribuição dos professores quanto a sua atitude em relação ao ensino de Etologia e BEA e sua legislação em sua escola

A análise dos dados mostrados na Tabela 45 (anexo 7) indica que a maioria dos professores (80%) percebe que o ensino de Etologia e Bem-estar Animal nos cursos de Medicina Veterinária deveria ser ministrado como disciplina obrigatória no período básico e como tema interdisciplinar em outras disciplinas afins, caso estivesse ao seu alcance o poder de determinar como deveria ser ministrado. Este dado reforça a resolução da WVA, de 1993, que assim recomenda o ensino deste tema nos cursos de Medicina Veterinária, muito embora essa mesma maioria desconheça o seu teor.

5.3.2 Entrevista semi-estruturada – Análise do Discurso do Sujeito Coletivo

5.3.2.1 Síntese do Discurso do Sujeito Coletivo - Professores

Questão 1: quais são as suas considerações em relação, especificamente, às normas internacionais de BEA?

IDÉIA CENTRAL A: as normas são bastante claras e relativamente fáceis de serem introduzidas e implementadas, necessitando um maior envolvimento dos vários segmentos ligados à agropecuária.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

As normas de bem-estar animal são bastante claras e relativamente fáceis de serem introduzidas e implementadas. Estas normas são todas dentro do que se acha como “normalidade”. No momento que tomam conhecimento da parte prática da coisa, passam a entender melhor. A dificuldade é a falta de um envolvimento maior entre os vários segmentos que estão ligados com os animais. Aplico as normas e não vejo alguma dificuldade. São muito bem feitas... muito bem elaboradas.

IDÉIA CENTRAL B: as normas trazem uma nova visão da relação homem-animal, com efeitos diretos na produtividade dos animais, na relação com a sociedade e no setor produtivo.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Num curso sobre Bem-estar Animal levantou-se uma questão que até então não era tratada, principalmente na nossa universidade, e a gente está procurando se adequar a essas normas internacionais. Isso acontece em qualquer aula, qualquer conduta que você for fazer, estando em aula, sempre preservando o animal, minimizando o estresse, promovendo a analgesia, adequando às condições desse animal onde ele é mantido, num hospital, da necessidade de higiene, de alimentação, prevenção sobre castigos e doenças. Enfatizar bastante a necessidade de ética no trato com os animais. Ser coerente com as propostas do código ético do veterinário. Elas [as normas] são muito interessantes, no sentido da gente ver o animal não como uma máquina, mas como um ser vivo. Para que ele possa expressar toda a sua capacidade e as suas potencialidades, em termos de produção, tem que oferecer condições ideais. No final das contas o produtor

é quem vai ter lucro com isso. Por sua vez, o consumidor está cada vez mais preocupado em conhecer e ter a garantia de que forma os animais estão sendo produzidos. É que antes só se pensava em aumentar a produtividade e baixar os custos. Hoje, temos que agir de forma a observarmos as cadeias produtivas como parte de um ecossistema, onde os animais, as pessoas e a poluição interagem. Portanto, as normas de BEA vão estar implantadas no nosso dia-a-dia, por uma questão de sobrevivência das próprias empresas. Que isso seja implantado dentro da própria empresa, não só as normas, como a forma de monitoramento da aplicação das normas, são pontos que nós devemos abordar e implantar dentro das estruturas das empresas e das universidades, para que o acadêmico saia para o campo já com essa noção das normas. O fato é que não é possível continuar a produzir como nas décadas de 70-80-90. Onde lançamos nos solos, água e ar uma quantidade enorme de poluentes, colocando em risco a própria sobrevivência do planeta. A pergunta que faço aos alunos: qual a qualidade de vida que queremos deixar para os nossos descendentes?

IDÉIA CENTRAL C: as normas são importantes, porém existem problemas de aplicabilidade. No exterior funcionam bem.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Eu acho que são leis extremamente importantes para estabelecer a relação homem-animal. Mas vejo também a importância, dentro dessas leis internacionais, de haver leis nacionais, considerando a realidade de cada país. Essas normas são bem postas. No entanto existe uma dificuldade em cumpri-las, em função, principalmente, de infra-estrutura e de instrução para os docentes das instituições de ensino superior. Na verdade, pô-las em prática é o problema. Eu não tenho conhecimento da legislação específica de BEA internacional, mas, as poucas que conheço, acho que são interessantes e que realmente funcionam na Europa.

Observa-se nos discursos acima o interesse de todos os professores em conhecer as normas e em sua aplicabilidade, bem como as dificuldades para isso. Reconhecem ainda o papel que todos devem ter em relação à preparação de professores e alunos para que se dê seguimento a essas idéias. O que diferencia os discursos, entre si, são as visões diagnosticadas. Percebe-se claramente uma visão mais voltada para a questão educacional, uma segunda mais produtivista e uma terceira mais cética, com a transparência de uma descrença em relação à sua aplicabilidade. Percebe-se nesses discursos uma unanimidade em torno da importância de existir uma legislação que regule as questões ligadas ao BEA. Correlacionando este fato com outros dados encontrados na pesquisa quantitativa e com outros discursos, nota-se que a existência de uma legislação específica sobre o tema seria muito bem-vinda no meio acadêmico.

Questão 2: que comentários você, como professor, faz sobre a sua aplicação no país?

IDÉIA CENTRAL A: a aplicação das normas passa pela participação dos alunos dos cursos de ciências agrárias, da sociedade e das escolas e dos médicos veterinários em particular, por ser um assunto multifacetário.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

É praticamente nula. São ilhas dentro do Brasil, algumas instituições particulares, de ensino, algumas instituições federais têm uma disciplina específica e obrigatória, nos períodos básicos, de BEA. Já está sendo comentado, está surgindo a preocupação, mas na área de veterinária a aplicação ainda é pequena. Tanto nos animais de produção, como em animais de companhia, como em animais de experimentação, isso é um problema sério, e em animais silvestres também. A aplicação dessas normas, especificamente, devem envolver os alunos, que são os possíveis inovadores, que estão inseridos no meio e, pelo fato de serem veterinários, de serem agrônomos, vão lidar diretamente com o produtor. Vão lidar, vão fazer extensão ou fazer pesquisa. Essas pessoas seriam, no primeiro momento, aquelas com capacidade de difusão dessa informação. Enquanto não houver uma consciência geral que o problema de bem-estar animal, além de ser um problema educativo, é sócio-econômico, porque a comunidade, principalmente a européia, não aceita mais principalmente os métodos não humanitários de eutanásia, de abate de animais, geralmente nas carnes para exportação, como a bovina e suína. Enquanto não houver essa conscientização, por parte dos governantes, fica muito difícil de implantar. Então, realmente, a conscientização tem que vir dos médicos veterinários, dentro das escolas de medicina veterinária, para que o ensino seja mais enraizado e que nós sejamos os propagadores desse conceito de bem-estar animal, que até poucos anos não existia ainda.

IDÉIA CENTRAL B: as normas têm que passar pelo setor produtivo, pois eles são os maiores interessados.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Ainda não está sendo feito um trabalho tão aprofundado como deveria ser e como outros países estão fazendo. Mas é uma questão de tempo e um diferencial gerado pelas empresas ou pelas propriedades que estarão implantando essas normas de BEA, perante o consumidor na hora da comercialização. O próprio país que estará adquirindo estes produtos, no mercado interno, estará, também, valorizando este ponto do BEA. Estas normas são bastante interessantes, para evitar prejuízos que os produtores e toda a cadeia produtiva têm. O setor produtivo tem a ganhar com a aplicação de normas de bem-estar. Elas, além de evitar o sofrimento dos animais, têm um resultado prático, para a indústria e para o consumidor, em termos da qualidade do produto final. Então elas servem tanto para evitar o sofrimento dos animais, dar um bem-estar para o animal, como na qualidade do produto. Portanto, na minha área de trabalho são aplicáveis.

IDÉIA CENTRAL C: as normas ainda não estão sendo aplicadas no país, porém já existem algumas iniciativas.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Na maioria dos nossos estados e municípios, elas não são cumpridas, ora por ignorância, ora por falta de elementos para que elas sejam cumpridas. Nós estamos um pouco atrasados em relação a isso. Nos últimos anos tem sido melhor com a formação dos comitês de ética.

Os três discursos denunciam a incipiência das ações de BEA, em função da falta de uma legislação nacional que discipline o cumprimento das normas. Além disso, os professores percebem que a aplicabilidade das normas passa por uma série de abordagens, como o envolvimento das universidades e dos cursos de ciências agrárias, dos produtores e das empresas agropecuárias, bem como a iniciativa de criação de comitês de ética.

Questão 3: em termos de legislação sobre BEA, quais as leis que têm sido discutidas nas aulas com os alunos?

IDÉIA CENTRAL A: tem-se trabalhado o tema com base na legislação européia, por proximidade cultural.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Recentemente até a gente trouxe alguma coisa que se preconiza na Europa. Porque nós entendemos que está bastante próxima de uma aplicação aqui, nas nossas universidades. Embora existam diferenças culturais, mas estariam próximos de nós, até porque eles estão implantando. Nós entendemos que serviria como um início para nós aqui, já que, o que gente tem trabalhado é, ainda, com dados conseguidos a partir de experiências européias.

IDÉIA CENTRAL B: tem-se trabalhado com legislação voltada à inspeção.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Sobre a legislação de BEA, a gente aborda mais no sentido do transporte. O carregamento dos animais nas propriedades, o transporte em si, a parte do pré-abate, o ante-morte, onde se faz uma correlação entre a qualidade da carne, da carcaça. Aí se incluem a Portaria 210, Instrução Normativa, normas de abate de bovinos, de abate de suínos, RIISPOA... Estou falando de normas que vieram, de normas higiênicas sanitárias tecnológicas, em termos de instalações, elas trazem detalhamento de construções, de manejo dos animais. No próprio descarregamento dos animais deve-se se ter cuidado para evitar que os animais se machuquem, sofram e assim por diante. A própria insensibilização, a sangria e etc. Todas elas, voltadas para dar um bem-estar ao animal e ao mesmo tempo dando uma qualidade ao produto. Portanto, se aplica dentro dos abatedouros, desde que chega o caminhão transportador, as condições que chegam, se os caminhões são adequados, têm boa ventilação, aeração, as gaiolas no caso de aves, com uma lotação adequada, para evitar a morte dos animais ou mesmo o sofrimento deles. Também se abordam leis, nos sentidos dos seminários, relatando a forma da criação em determinadas espécies com uma forma de criação extensiva, e o diferencial que tem sido gerado, em relação a outros países, dentro da área de produção. Eu acho que o que mais motiva o aluno é quando ele vê isso no próprio estabelecimento, na prática.

IDÉIA CENTRAL C: não discute as leis, mas questões de BEA.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Leis propriamente não. Não tratamos de legislação propriamente dita, mas questões de BEA, no caso de nossas aulas, de todos os instrumentos que podemos utilizar para que esses animais tenham bem-estar. Eu falo dos indicadores fisiológicos que transmitem bem-estar, os indicadores comportamentais de BEA e abordo de uma maneira mais prática. Há a questão mais ética e humanitária.

IDÉIA CENTRAL D: não discute legislação, mas vê a sua importância.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Não temos discutido sobre legislação, até por não ter conhecimento dessas leis, eu não comento em aula. A gente não dá ênfase, até não destaca mesmo nada a respeito de legislação. Pois é, tomando agora, mais de perto, o conhecimento da legislação, eu acho super interessante. Porque eu até tinha essa disciplina como eletiva. Achava que cada curso, cada professor, que achasse isso interessante, devia repassar para os

alunos, até para ocupar espaços que outros profissionais estão ocupando na área de comportamento, de etologia. Mas eu vejo que isso já são normas internacionais, que o Brasil também vai ter que aderir. Portanto, que isso seja uma disciplina ou uma abordagem mais que eletiva e sim como obrigatória.

Pelos discursos, nota-se que a legislação sobre BEA ainda é pouco discutida nas universidades. Os motivos disso ficam muito claros: falta de conhecimento da legislação internacional, falta de divulgação, falta de uma legislação nacional, dentre outros. Fica evidente que os professores procuram, dentro do possível, divulgar a legislação de BEA, mesmo que seja estrangeira, como forma de motivar os alunos para a discussão e o envolvimento. Este fato é relevante, pois demonstra o interesse dos professores em mostrar que o tema já tem uma regulamentação oficial nos países mais desenvolvidos, notadamente os europeus, nos quais declararam buscar referência para este tipo de discussão. Gallo (2006) levanta esta falta de legislação na maioria dos países latino-americanos, bem como a carência desse conteúdo nos cursos de graduação em Medicina Veterinária, pois de 22 países membros da OIE pesquisados, em apenas nove deles existe a cadeira específica onde este tema é tratado.

Questão 4: como você percebe o interesse do aluno diante desse tema?

IDÉIA CENTRAL A: o aluno vem demonstrando o interesse em debates, em disciplinas eletivas relacionadas, em seminários sobre o tema e estágios extracurriculares.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Temos notado interesse. No semestre passado tivemos essa disciplina como eletiva, tínhamos 28 acadêmicos que a fizeram. Como neste semestre estamos oferecendo de novo, a previsão é vamos ficar nessa faixa aí. Num ciclo de atualização para veterinários foram incluídos o comportamento e o bem-estar animal. Ao final, o palestrante teve que pedir para eles... [encerrarem o debate, por motivo de viagem], tamanho foi o interesse despertado pelos alunos. Aproveitaram a vinda deles aqui e se dispuseram a fazer os estágios lá, por iniciativa própria, o que não foi obrigado e nem subsidiado pela faculdade. E uma coisa que a gente tem notado, em algumas bancas, aborda-se muito a respeito desses aspectos de bem-estar, o que já denota uma preocupação pelos criadores e pelas indústrias que têm interesse nessa área da produção. É um assunto moderno, ou seja, bem atual e altamente aceito, sem nenhuma dúvida.

IDÉIA CENTRAL B: embora os alunos confundam ética com BEA, o interesse está crescente, principalmente em relação aos animais de companhia.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Os alunos confundem muito ética com bem-estar animal. E a gente procura colocar que bem-estar animal é um estado fisiológico que pode ser aferido, se o animal está sentido dor ou não, podemos dosar cortisol e outros parâmetros. O interesse vem aumentando bastante. Determinadas práticas ou aconselhamentos que se faziam

há 10 anos atrás, hoje são inaceitáveis pelos alunos de veterinária. Aumentou para os alunos, da mesma forma para nós, também. Eles se interessam, especialmente, se levar para essa área que trata de pequenos animais, para o animal de estimação, o “pet”, o cachorrinho, o gatinho... Eles cobram bastante da gente algum descuido, a gente também se policia bastante, até porque temos que dar o exemplo para esses alunos, para eles verem a diferença. É um tema bastante controverso.

IDÉIA CENTRAL C: o interesse não é maior porque falta uma disciplina específica. A maioria dos alunos não tem noção da importância do assunto.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Interesse há, mas não há disposição de mudar a maneira como o pai cria, o vizinho cria. A maioria não tem noção da importância do assunto. Isto porque não se tem, na maioria das instituições, uma disciplina que seja esquematizada, organizada para levar a informação ao aluno e com isso tentar modificar a forma dele pensar, que é o que se faz na universidade. Aí se disporia o conhecimento para que este aluno tenha a opção de alterar ou não a sua conduta. Então, eu acho que sim, passa por aí. Passa pela falta de uma estruturação de uma disciplina de BEA.

IDÉIA CENTRAL D: o interesse do aluno é despertado pela globalização da informação, quando ele se depara com condições precárias de BEA e pode fazer correlação com situações ideais, desenvolvendo uma visão crítica quanto à produtividade, o ambiente criatório e a qualidade do produto final para o consumidor.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

A gente percebe que o BEA vem incorporando no dia-a-dia das pessoas. Ou seja, com a globalização, os próprios comentários começam a disseminar essa cultura nesses acadêmicos que estão hoje nos cursos. O acadêmico tem um interesse bem maior do que há anos atrás, dentro da própria área de veterinária, onde se voltava muito para a área de produção, de produtividade e se esquecia, às vezes, do ponto das condições com que se estava conseguindo essa produtividade. Hoje, os estudantes que vão trabalhar com animais de produção têm uma preocupação muito grande, não só no sentido do potencial de produtividade do animal, mas também com o ambiente onde ele está sendo criado. Então, isso tem reflexo tanto na qualidade como na parte econômica. Você passa a ter um valor diferenciado com o estabelecimento de abate. Quando vai ao estabelecimento, você enxerga uma plataforma que não deve ter um declive muito acentuado, que deve ter um piso antiderrapante. Isso, teoricamente, eles não conseguem enxergar. Então, você vê a aplicabilidade. O porquê daquilo, quando ele vê que os animais têm um descarregamento adequado, que tem uma pendura adequada, que tem uma retirada adequada das gaiolas, no caso de frangos. Que ele vê um transporte que está bem ventilado, não tem excesso de animais, que tem muito poucos animais mortos nas gaiolas transportadoras, então isso aí é o que faz o diferencial. É quando se vê os extremos é que se vê realmente a necessidade. Não só a necessidade de dar BEA, como também as conseqüências lá na frente: animais com contusões, que você tem que tirar muitos hematomas, muito isso, muito aquilo. Você relaciona aquela intimidade que tem com o animal de casa e o animal que daqui a pouco vai te servir de alimento lá na frente. Você correlaciona, fica mais humanizado. O animal te deixa mais humanizado. Eu acredito que as noções que eles precisam ainda não estejam bem postas, dentro da universidade, até por uma questão estrutural, talvez até de amadurecimento.

Todos os discursos são unânimes quanto ao interesse crescente dos alunos em relação ao BEA. Alguns levantaram o interesse em função dos seminários e palestras com professores visitantes, motivando-os a estágios, outros em função do apelo afetivo, quanto aos animais de

estimação. Em outro discurso, encontra-se a idéia de se motivar através do choque entre as condições de bem-estar ideais e aqueles casos de deficiência explícita, bem como as suas conseqüências econômicas e sociais. Dizem ainda que a inexistência de uma disciplina obrigatória impede que o aluno se motive mais. Os discursos confirmam dados encontrados por Telhado et al. (2006) que quanto mais cedo os alunos tiveram acesso a esse conhecimento, maior foi o seu interesse pelo tema. Por outro lado, Souza e Galvagni (2006) relatam que o interesse dos alunos pelo tema aumentou em função de suas participações em trabalhos que abordavam as questões de bem-estar animal em uma exposição agropecuária.

Questão 5: que tipo de trabalho seria aconselhável, do ponto de vista pedagógico, para despertar os estudantes para o tema de BEA?

IDÉIA CENTRAL A: as utilizações do material didático, aulas teóricas e práticas reflexivas com visitas a propriedades, formando o senso crítico.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Percebemos a curiosidade do acadêmico no sentido de ver, na prática, o funcionamento desse mecanismo de produção. Então a gente percebe que a ferramenta mais adequada seria mostrar uma propriedade ou uma estrutura de transporte, e fazer com que o aluno veja o diferencial entre um animal produzido atendendo às normas de BEA e uma produção intensiva onde não há essa preocupação. A WSPA fez um trabalho recentemente e divulgou para as várias universidades, sugerindo, não como um padrão, mas como um início para despertar o interesse deles, falando desde os efeitos que teria sobre a qualidade dos produtos, também sobre os efeitos que os animais teriam sobre o ganho de peso, enfim sobre vários enfoques, inclusive a relação produtor x animal. São práticas simples que não requerem tanto investimento, mostrando os efeitos que podem gerar nos animais, em estresse e dificuldade de adaptação, composições adversas. Isso aqui poderia, perfeitamente, fazer com que os alunos tenham capacidade e informação para depois desenvolver, com um pouco mais de profundidade, o tema. O trabalho de exposição a situações de maus-tratos, de irregularidades, problemas de contusões, de fraturas, problemas que os animais sofrem, problemas nutricionais. Aulas práticas, exposições individuais... Dentro de uma disciplina, sendo ela obrigatória, trazendo mais informações, imagens sobre algumas atitudes, principalmente o que é errado, acho que isso aí desperta, chama a atenção. E comparativos em algumas propriedades, que talvez já tenham o comportamento avançado, mais adequado. Então, comparar com o ideal ou o próximo ao ideal, o que é feito, ou o que não deve ser feito, chocar essas informações. São práticas simples que não requerem tanto investimento, mas às vezes ele não se dá conta, por quê? Porque nós, também, nas universidades, nem sempre direcionamos esta informação para permitir que ele pense, que reflita sobre essas práticas. Acho interessante, pois pode despertar o senso crítico no aluno.

IDÉIA CENTRAL B: instituição da obrigatoriedade da cadeira de Etologia e BEA e abertura de linhas de pesquisa sobre o tema.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Se fosse oferecida esta disciplina como obrigatória todos os alunos teriam que passar e, com certeza, isso iria despertar mais interesse. À medida que se for desenvolvendo aqui dentro do curso algumas áreas de pesquisa nessa área de comportamento, isso irá fazer com que os acadêmicos se engajem e, com certeza, irão tomando mais gosto pela área. Do ponto de vista pedagógico, penso que entram os projetos, que deveriam ser voltados

para o BEA, nas diversas espécies onde se trabalha e então os alunos vivenciariam realmente isso, tomariam consciência da nossa realidade. Tanto o que é o bem-estar do ponto de vista teórico, dentro de uma sala de aula, e, na verdade, o que é o BEA, in loco, nas propriedades, nas residências, ir ver como eles são tratados.

IDÉIA CENTRAL C: ensino como disciplina obrigatória e interdisciplinaridade.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Passa pela falta da estruturação de uma disciplina de BEA. É ter a disciplina no currículo e a interdisciplinaridade. A gente trabalha, interdisciplinarmente, com professores de clínica, de cirurgia, de saúde pública, de inspeção, então se deveria colocar estes conceitos para o aluno, desde a primeira à última fase. A disciplina de Bioclimatologia se preocupa em orientar os alunos principalmente em questões de bem-estar ligados ao esquema: bioclimatologia, tempo, exposição ao sol, local onde os animais vão ficar, que reações fisiológicas isso causa no animal.

De uma forma geral, os professores concordam com a necessidade de se criar uma disciplina específica e obrigatória associada ao ensino interdisciplinar nas disciplinas afins, como uma complementação pedagógica. Surge, nos discursos, a idéia de aula reflexiva, que leve o aluno a questionar condições de bem-estar, tanto do ponto de vista teórico como na prática, em visitas a estabelecimentos onde se trabalhe com animais e o desenvolvimento de projetos de etologia e BEA, juntamente com os alunos. Os discursos remetem para as recomendações constantes na resolução da WVA (WORLD..., 1993), que prega a criação de uma disciplina específica obrigatória, na fase básica do curso, e durante a fase entendida como clínica, o ensino interdisciplinar junto às disciplinas que permitam essa abordagem pedagógica.

Questão 6: como professor, qual a sua ótica sobre o ensino de BEA, nas escolas de veterinária e notadamente em sua escola?

IDÉIA CENTRAL A: ensino interdisciplinar e como disciplina específica, fazendo correlações com outras disciplinas.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Eu ressaltaria a importância de se ter uma disciplina específica de bem-estar animal, onde se trabalhasse na parte teórica e na aplicação prática. Eu acho que em todas as áreas de produção animal se poderia dar um enfoque de BEA. Eu vejo alguns poucos professores que fazem essa correlação em suas disciplinas. São muito poucos os professores que são lembrados pelos alunos que davam o enfoque do ensino interdisciplinar. Você traz esse enfoque dizendo e mostrando que muitas coisas vai se fazer com o mínimo possível de interferência no BEA. Portanto, eu acho que ainda não damos a devida importância para o tema.

IDÉIA CENTRAL B: dando ênfase ao tema de BEA nas disciplinas afins.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Outros cursos eu até não tenho muito conhecimento, agora aqui nós temos essa disciplina como eletiva. A parte de zootecnia tem dado bastante ênfase nessa área de bem-estar animal, procurando então despertar nos alunos esse interesse.

IDÉIA CENTRAL C: implantação de uma disciplina obrigatória e o ensino interdisciplinar, objetivando a construção de um espírito crítico nos alunos.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Eu penso que poderia ser dada mais ênfase a esta questão. Essa disciplina tinha que ser obrigatória, para despertar um interesse crescente nos alunos. Porque, daqui a pouco, vai haver uma série de práticas que se precisa fazer, tanto nas propriedades como na escola, que os alunos não aceitarão mais, como determinados tipos de abordagens que se faz com os animais, tanto para criá-los como para atendê-los. Para isso deve-se tentar mudar, criar modelos diferentes para aulas práticas. Trabalhar dentro de uma casuística, adaptando as aulas. É uma opção, eu acho melhor do ponto de vista do BEA. E os alunos entendem isso. Então isso aí é uma coisa que eles vêem com bons olhos. Pelo menos se tenta fazer o melhor possível. Eu acho que seja esse o futuro do bem-estar animal, ou ele é colocado desde o início, porque também, no final não adianta. Você tem que formar o aluno com espírito crítico desde o início e trabalhar com isso durante todas as disciplinas, de forma interdisciplinar.

IDÉIA CENTRAL D: não é um assunto abrangente.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Não é um ensino abrangente, eu mesmo, na faculdade que fiz, não se falava em BEA, só se explicava as normas de abate, de transporte.

IDÉIA CENTRAL E: estabelecimento de projetos de pesquisa, para ampliar o conhecimento dos alunos sobre o tema.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

A gente percebe que há uma procura muito grande nessa área, mas ainda com pouca ação em nível de meio acadêmico. Isto está ficando muito mais em trabalhos de pesquisa, em trabalhos isolados e está se difundindo muito pouco para o acadêmico, em si. Os alunos necessitam ter conhecimento sobre o BEA, para, futuramente, adequar-se ao novo sistema de produção. Então o acadêmico que tem interesse vai buscar o conhecimento a mais, agora quem não tem esse interesse, quem não foi despertado para essa curiosidade, acaba se voltando simplesmente para a produção e deixando de lado essa área de BEA.

Os discursos versam sobre a importância de se ter uma disciplina específica e obrigatória, além do ensino interdisciplinar e retornam à idéia do desenvolvimento de projetos sobre BEA com os alunos. Chama a atenção a riqueza de detalhes de como isso pode ser feito, pois demonstra de uma forma geral o interesse do professor em trabalhar o tema. Retoma-se o

propósito de desenvolvimento de projetos sobre etologia e bem-estar animal que levem o aluno a participar de forma ativa deles, no sentido de familiarizar-se com o tema e, assim, desenvolver uma visão crítica. Neste aspecto, Thiago de Mello (MELLO, 2007) relata que na primeira turma na qual ofereceu a disciplina de Bem-estar Animal, na Universidade de Brasília, em 1999, a participação dos alunos, muitos deles de cursos extra-Medicina Veterinária, num projeto de pesquisa junto ao biotério daquela universidade foi altamente proveitosa. Ele intitulou como “impressionantes” os relatórios produzidos pelos estudantes relatando as falhas de BEA naquelas instalações.

Registra-se um discurso contraditório, que também denuncia a abordagem insuficiente do tema dentro do meio acadêmico médico veterinário.

Questão 7: em quais disciplinas você entende que este tema deveria ser tratado?

IDÉIA CENTRAL A: uma disciplina específica de Etologia dentro da área de Zootecnia e de forma interdisciplinar nas demais disciplinas profissionalizantes.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Na disciplina de Etologia, deveria ter uma disciplina específica. No caso, instituída como obrigatória, dentro principalmente da área de Zootecnia, onde se trabalhasse na parte teórica e na aplicação prática. Mas, num todo, acho que todas elas poderiam tratar de forma paralela, nos seus temas, um tópico dentro daquele prisma fisiológico. Principalmente as disciplinas que lidam diretamente com animais na prática, em que o aluno tem contato com o animal, toca o animal, devem trabalhar com BEA.

Desta forma é que eu acho que bem-estar deve ser trabalhado nas instituições de ensino superior, principalmente no curso de veterinária. Considerando a importância de se ter uma disciplina específica de Bem-estar Animal e que ele não é um tema específico de uma disciplina só. É multidisciplinar e, como tal, é bom que o aluno tenha uma noção no início. Depois, os professores podiam inserir, dentro do contexto da disciplina, essa parte também de comportamento, de acordo com a sua necessidade.

IDÉIA CENTRAL B: tratamento interdisciplinar desde o básico até as disciplinas profissionalizantes.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Eu acho difícil uma disciplina que não trate de BEA. É quase obrigatório, mas acho que é mais proveitoso e menos enfadonho para o aluno se ela for desacoplada. Acho que, mesmo no básico sempre surge uma questão, que sempre dá para a gente colocar alguma coisa. Portanto, as disciplinas que temos como básicas, que têm que entrar como base, dentro do currículo, têm que dar o enfoque de BEA.

A divisão de opiniões, nos dois discursos, reforça a tese que o ensino de BEA deva ser instituído dentro dos cursos de Medicina Veterinária. Seja como disciplina específica,

obrigatória, seja como tema transversal ao currículo ou ministrado de forma interdisciplinar. É importante e interessante ressaltar a percepção de professores interessados no ensino da Etologia como disciplina abrangente do Bem-estar Animal.

Questão 8: que tipo de comentário gostaria de fazer para complementar esta entrevista sobre o bem-estar dos animais?

IDÉIA CENTRAL A: participação mais efetiva dos órgãos de classe, de pesquisa e de Defesa Sanitária Animal.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Que o Conselho (CRMV) também se envolvesse no assunto. Os órgãos de pesquisa, como têm aí, a Epagri que trabalha com pesquisa, a CIDASC. Que todas estas empresas, dentro de sua competência, desenvolvessem um pouco a respeito disso. Por exemplo, mesmo que uma empresa trabalhe com Defesa Sanitária, que seja mais voltada para a parte de sanidade, poderia dentro das suas práticas e do seu calendário de atividades, orientar o produtor que as patologias podem também estar associadas ao comportamento animal.

IDÉIA CENTRAL B: o tema é atual e é papel das universidades se interessarem por ele, mostrando que é um tema científico e atraindo a atenção dos acadêmicos.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

O comentário que faria é que a gente conseguisse despertar mais os nossos acadêmicos para olharem mais para essa área. Na Universidade Federal do Paraná, a Dra. Carla Molento tem um laboratório de Bem-estar Animal e é uma pessoa que está tentando divulgar isso de uma maneira muito clara. Ela mostrou o bem-estar animal como uma disciplina, como algo científico mesmo. Então isso realmente despertou nos nossos alunos bastante interesse. Na minha área de trabalho é essencial, isso aí exponho aos meus alunos, pois na área de produção, na área de alimentos, um alimento de qualidade está diretamente ligado ao atendimento ante-morte desse animal. Portanto, que se consiga em curto tempo que todas as escolas tenham a disciplina obrigatória de BEA. Então, cabe a nós, que estamos dentro da universidade, despertarmos e tentarmos fazer com que os acadêmicos se interessem por essa área, que uma área que eu vejo que tem bastante futuro. Se fosse assim, poderíamos estar com bastante profissionais atuando neste setor. A gente precisa de profissionais que se empenhem, que mostrem a importância e que tratem isso cientificamente. Que os colegas se sensibilizem, para quando atenderem, orientarem a criação, o manejo de animais, que eles têm sensibilidade, têm as suas respostas ao ambiente e àquela dedicação que o homem lhes dá. Que houvesse um amadurecimento e, especialmente, um respeito aos animais, através dessa questão do BEA. Portanto, o tema é atual e que todos os veterinários se conscientizem disso, que o animal é um ser vivo e que precisa ser tratado de forma humanitária e isso está se propagando aqui em Santa Catarina. Aliás, esses conceitos de bem-estar estão trazendo bastante progresso para a medicina veterinária.

IDÉIA CENTRAL C: o país deve evoluir, com leis, com maior envolvimento do governo, com fiscalização, com informação e formação de professores e produtores.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

O que se deseja é que o país evolua, com respeito ao bem-estar animal. Evolua, mesmo a poder de estudo. Eu considero que, no primeiro momento, o BEA deveria ter um incremento maior, em nível de governo federal, para que as empresas, as propriedades comecem a pensar nisso. Como um incentivo ao produtor, para que se sinta motivado e que ele vá buscar essa melhoria. Pois precisamos adequar as propriedades, o mais cedo possível, a essas normas, a essa estrutura, porque vai ser uma questão de sobrevivência das empresas para a exportação. Isto terá um diferencial em termos de exportação, ou mercado interno, ou que o próprio consumidor daqui veja esse diferencial e que nós tenhamos como marketing dentro do produto. Nas instituições de ensino, já não se faz tanta barbaridade antiética, não estou falando em nenhuma em especial, mas não se faz. Informação, até porque estamos formando opinião, para evitar falar alguma coisa, dar uma má informação. Formação de professores, sobre uma orientação com relação à legislação, às normas e cobrança. Se não cobra não muda, tem que ser cobrado. Portanto, que o Brasil pudesse desenvolver uma legislação eficaz e que os órgãos públicos federais, estaduais e municipais tivessem a possibilidade de fiscalizar essas leis e todos se submetessem. Pois, se tem lei, tem que fiscalizar, uma vez que algumas normas já estão contempladas nas leis brasileiras. Sobre o confinamento vamos ter que nos aprofundar e adequar, futuramente, para alcançarmos o mercado europeu, que é um dos mais exigentes. Para tanto, precisamos fazer uma comissão com os juristas, para não nos arrependermos mais tarde. Isso é o que desejo e espero ver, ainda, nos próximos anos.

IDÉIA CENTRAL D: trabalhar com o produtor, com os empresários da indústria de alimentos, mostrando que as práticas de BEA trazem vantagens econômicas.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Tem pessoas que entraram nessa área de BEA porque sentiram o resultado econômico lá na frente. Quando ele consegue enxergar a diferença, o resultado que o BEA pode dar um reflexo econômico lá na frente, em termos de aumento de prazo de vida útil do produto. O veterinário, especialmente o veterinário inspetor, alguém que esteja lá na área de produção deveria fazer um trabalho maior. Às vezes com o produtor rural, com esse dono de estabelecimento, para mostrar o resultado, e, em cima do resultado, daqui a pouco se consegue trazer, também, o fator humano da coisa. Poderíamos trabalhar mais, tanto com os proprietários dos estabelecimentos como com o próprio produtor rural.

Os discursos obtidos a partir das idéias centrais, se em tese aparecem com focos distintos, no fundo são semelhantes. Um mais voltado para a questão da participação dos órgãos de classe; outro mais direcionado para a questão do ensino; outro mais institucional, com cobranças de ações fiscalizatórias a partir de legislações nacionais que disciplinem o assunto e o último mais focado na questão econômica. Demonstram que os professores percebem que para a instituição das normas terá que ser feito um trabalho profundo, consistente e abrangente em todos os segmentos da sociedade, como: as entidades de classe, os órgãos públicos, as universidades, as empresas de pesquisa e defesa sanitária, a iniciativa privada, os produtores e os consumidores, como representantes da sociedade organizada. As formas de abordagem através do ensino, da existência e cobrança de uma legislação pertinente, ou pela demonstração da importância econômica para empresas e produtores rurais, devem ser vistas como estratégias a ser seguidas, pois elas são complementares. Como tal, isoladamente, o seu efeito é insignificante. A percepção dos professores dos cursos de

Medicina Veterinária em relação à adoção das normas e ao ensino de Etologia e Bem-estar Animal é um fato consolidado.

5.4 PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DOS CURSOS DE MEDICINA VETERINÁRIA

Elaborou-se dois questionários, sendo um aplicado junto aos coordenadores dos cursos de Medicina Veterinária, na forma de entrevistas estruturadas, com oito questões de múltipla escolha e outro com duas questões abertas, já relacionadas no Capítulo 4 e constantes do anexo 3, abordando pontos que possibilitassem a formulação dessa percepção sobre o ensino de BEA em seus cursos.

5.4.1 Resultados da entrevista estruturada

5.4.1.1 Distribuição dos coordenadores segundo a forma como os conteúdos de BEA são tratados em seus cursos

As opiniões se dividem. Se por um lado o ensino interdisciplinar é predominante em todos os cursos existentes no Estado, por outro surge como disciplina obrigatória ou como disciplina eletiva, como demonstram os dados constantes da Tabela 46 (anexo 7).

5.4.1.2 Distribuição dos coordenadores segundo as disciplinas onde são desenvolvidos os temas de etologia e BEA

Nota-se que em todas as escolas as cadeiras de Zootecnia e de Fisiologia vêm abordando o assunto de alguma forma. As cadeiras de Inspeção de Produtos de Origem Animal e de Saúde Pública, em sua maioria, também o fazem (Tabela 47 – anexo 7).

5.4.1.3 Distribuição dos coordenadores segundo a metodologia de trabalho no ensino de etologia e BEA

As metodologias de trabalho predominantes são as aulas com textos e provas, seguidas dos estudos de texto com observações de campo ou aulas apoiadas em vídeo, discussão em

grupo e trabalhos escritos. O tema vem sendo explorado nos cursos, mesmo sem a existência de uma disciplina específica (Tabela 48 - anexo7).

5.4.1.4 Distribuição dos coordenadores segundo a forma de discussão do tema nos cursos de Medicina Veterinária

Coerentemente, na forma de discussão dos temas pelas disciplinas, as aulas incluídas no corpo da ementa da disciplina prevalecem em todos os cursos, seguidas dos seminários promovidos com os alunos a partir de textos específicos. A prática da discussão ocorre em forma de seminários com os alunos. Algo desejado, pois estimula o estudo, exercita a capacidade de verbalização e argumentação (Tabela 49 - anexo 7).

5.4.1.5 Distribuição dos coordenadores segundo a forma como a legislação sanitária e de BEA é ministrada em seus cursos

O ensino interdisciplinar é a forma predominante para se trabalhar a legislação sanitária, e incluída a de BEA, nos três cursos. Além dessa opção, surge o ensino através de disciplina obrigatória e/ou optativa, em dois deles (Tabela 50 - anexo 7).

5.4.1.6 Distribuição dos coordenadores segundo o grau de conhecimento de uma legislação que normatize as condutas de BEA

Todos os coordenadores dos cursos demonstraram ter algum conhecimento da legislação internacional sobre BEA e, na maioria dos casos, declararam que estão cumprindo-a em parte (Tabela 51 - anexo 7).

5.4.1.7 Distribuição dos coordenadores segundo o grau de conhecimento da entidade responsável pela legislação de BEA

A maioria dos coordenadores dos cursos relaciona a OIE como a responsável pela elaboração da legislação internacional sobre BEA. Porém não exprimem solidez em suas afirmações, quando, conjuntamente, relacionam essa responsabilidade a outras entidades. Em um caso, a entidade nem chegou a ser citada (Tabela 52 - anexo 7).

5.4.1.8 Distribuição dos coordenadores segundo o grau de conhecimento da resolução da Associação Mundial de Veterinária – WVA sobre o ensino de etologia e BEA

A maioria dos coordenadores dos cursos de Medicina Veterinária desconhece a Resolução da Associação Mundial de Veterinária – WVA, que recomenda aos referidos cursos o ensino de etologia e BEA como disciplina obrigatória no período básico e, posteriormente, como tema interdisciplinar nas demais disciplinas (Tabela 53 - anexo 7).

5.4.2 Entrevista semi-estruturada com coordenadores dos cursos de Medicina Veterinária

A partir das respostas oferecidas pelos coordenadores dos cursos de Medicina Veterinária foram montados os respectivos Discursos do Sujeito Coletivo, seguindo a metodologia já descrita.

5.4.2.1 Síntese dos Discursos do Sujeito Coletivo – Coordenadores

Questão 1: como a coordenação de ensino do curso de medicina veterinária vê o ensino da etologia e do bem-estar animal aos seus alunos?

IDÉIA CENTRAL A: como disciplina específica e ministrada de forma interdisciplinar em outras cadeiras, além de complementada com palestras, seminários e congêneres.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Deveria existir uma disciplina específica dentro disso. Para uma formação mais em termos de ciências humanas e sociais, em termos de ética, de uma maneira geral, de bioética e bem-estar animal. Sou a favor de uma coisa assim, mais ampla. E que o sistema retorne sempre que for necessário em outras disciplinas, para que existam também articulações com outras disciplinas, tanto da área de clínica, como na área de produção. Os profissionais têm que ter, em suas matérias, o enfoque do bem-estar. Então, tem que existir essa articulação em forma de atividades complementares, como a gente já está fazendo, em palestras, eventos, seminários e tudo mais. É lógico que dentro das normas da LDB, que propõem que currículo deve ser flexível e formar um profissional que seja ético, engajado dentro da sociedade. Portanto, temos uma preocupação que os nossos profissionais estejam treinados, que acompanhem todas as ondas das mudanças e das necessidades, para que sejam praticadas aqui na nossa instituição.

IDÉIA CENTRAL B: como disciplina no espaço da matriz curricular ou como disciplina associada a uma outra.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Vejo uma forma, me parece um pouco simples, no sentido de essa disciplina ter um espaço na matriz curricular, ou senão estar associada ou “lincada” a uma outra disciplina. Acho que ela poderia ter um espaço e ser comentada e abordada essa questão de BEA, muito presente nos nossos dias.

Os discursos conseguidos demonstram que os coordenadores estão de acordo que deve existir um ensino de BEA, variando na forma de enquadramento na grade curricular de suas instituições.

Questão 2: como você vê a adoção dessa legislação e a sua aplicação no país?

IDÉIA CENTRAL A: aprova a adoção das normas, mas vê a necessidade de medidas educativas que neutralizem as dificuldades de sua aplicação devido às condições sócio-econômicas de determinadas regiões do país.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Algumas normas que estão vindo vamos ter bastante dificuldade de aplicar. Algumas regiões, até pelo desnível econômico, vão ter que fazer um esforço muito grande nessa área. Principalmente educar as pessoas envolvidas nessas práticas do dia-a-dia, porque elas são “desfacilitadas” pelos custos. Mas imagine no nosso território aí, se dizer que o transporte de suínos, de aves, de asininos, de equinos tem que ter um aspecto humanitário e consciente, quando as pessoas ainda andam de “pau-de-arara”. A gente não vai mudar isso facilmente. Pode crer que para mudar esses aspectos só com educação. Para de fato, verem que estes aspectos trazem melhorias, trazem respaldos e que isso aí não vai atrapalhar o financeiro de uma maneira que não possa ser suportado. Quaisquer dessas mudanças vão ter custos econômicos e a população vai pagar mais para esses produtos. A população tem que absorver e ela tem que ser consultada. Nós ainda não temos essa consciência! Se perguntar para a população, se eles pagariam mais por um produto de origem animal onde os animais tiveram todas as ações de bem-estar, eles podem dizer que sim, na frente, mas na lá gôndola [do mercado], não. Se for olhar pela ótica do aspecto econômico, o nosso processo educativo, nesse nosso território, ainda vai demorar um tempo e a gente vai ter que lutar muito. Não podemos falsear com os nossos irmãos animais e, também, nem ser tão insensíveis, que a nossa economia não permite que os custos sejam altos. Então nós temos uma necessidade educacional premente para estas ações. Para que todo mundo veja isso com bons olhos e que esses novos sistemas adotem de fato. Mas que se dê tempo ao tempo para que isso seja incorporado à consciência, não só de quem consome, mas nas consciências dos nossos pares, dos nossos colegas, de quem faz produção. Com certeza nós estamos num caminho bom. Todo mundo tem estudado isso com muito afinco. Eu vejo com bons olhos essa mudança. Vejo de uma forma muito importante, muito interessante, desde que haja o bom-senso. Porque, como já tinha abordado, não somente os animais, mas, como nós, também, precisamos desse bem-estar. Então, estando o animal no seu local, bem acondicionado, seja ele para a produção ou para a reprodução, ele vai estar trabalhando ou fazendo as suas funções fisiológicas de uma forma muito tranqüila.

IDÉIA CENTRAL B: aprova a adoção e aplicação da legislação no país, mas teme pela sua efetiva aplicabilidade caso não ocorra pressão externa.

DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Vejo com bons olhos, tem que ter. O problema no país, como de qualquer outra legislação, é o seu

cumprimento. Colocar no papel é muito fácil, o problema é cumprir isso. Seria interessante se tivesse alguma coisa que, efetivamente, fosse intentar implementar, por você ter a legislação e realmente ela ser cumprida. Não acho tão difícil assim, dentro das normas de comércio internacional, do engajamento do país nesse sentido. Tem muita coisa que o exterior força que o país faça. Se não tiver isso acho que o país não iria absorver, nesse sentido, essa força de uma maneira benéfica.

Os dois discursos nos remetem para uma discussão acerca das dificuldades da aplicabilidade das normas internacionais de BEA, que passa por uma análise das diferentes condições sócio-econômicas deste país continental, até o envolvimento dos profissionais da área, do poder econômico, do consumidor que define o que vai ou não comprar no mercado e as pressões do mercado externo na aquisição de produtos nacionais dentro dos ditames das tais normas.

Todos muito conscientemente têm a percepção dessas dificuldades, mas acima de tudo vêem a importância da existência e aplicação de uma legislação que regulamente o trato e a relação homem-animal. Fica patente a percepção dos coordenadores quanto ao poder da pressão externa na adoção e cumprimento de uma legislação. Neste aspecto Rojas, Stuardo e Benevides (2005), assim como Gallo (2006), também relatam esta característica, analisando a situação dos países latino-americanos em relação à legislação de BEA.

6 CONCLUSÕES

A relação homem-animal sempre esteve presente no decorrer da história da humanidade de várias formas e sob vários títulos de interesse, principalmente aqueles referentes à posse, à visão da representação mística, à percepção afetiva ou como bem de produção, levando o homem a sentir a necessidade de regulamentá-la. Desde os primeiros códigos, se observa a preocupação com a elaboração de normas que regulamentem a ética nessa relação. As mais atuais, e com uma abrangência internacional, foram aprovadas pela unanimidade dos 167 países membros da OIE, em 2005.

O grande desafio foi entender essa complexidade, que envolve as percepções da academia e dos egressos dos cursos de Medicina Veterinária, que atuarão na fiscalização e cumprimento da legislação decorrente dessas normas. Considerou-se o ensino das disciplinas que possibilitam o conhecimento da etologia e do BEA, a sua legislação, suas correlações e a sua aplicabilidade no Estado de Santa Catarina. As entrevistas semi-estruturadas, à medida que possibilitaram a explicitação de um discurso, facultaram a expressão de aspectos éticos de várias correntes de pensamento que fundamentam uma visão crítica desses atores sociais em relação a esse tema.

Os vários trabalhos levantados mostraram que as normas recentemente aprovadas pela OIE foram uma resposta à demanda da sociedade mundial, conforme trabalhos referenciados na fundamentação teórica deste estudo. Demonstrou-se que os países se encontram em situações díspares. Em alguns, as questões de BEA constituem algo essencial, já outros sequer constituíram legislações sobre o tema. O Brasil é um caso exemplar, onde a legislação sobre o assunto ainda é insuficiente para a promoção e cumprimento das normas internacionais.

O estudo da etologia e do bem-estar animal, nos cursos de Medicina Veterinária, encontra-se respaldado em termos mundiais pelas associações e órgãos representativos da classe, porém ainda carece de ampla adoção pelas instituições de ensino, como refere Petrini. Observa-se que o número de trabalhos sobre a percepção do tema por parte de profissionais, de professores e estudantes de Medicina Veterinária, vem aumentando, significativamente, nos últimos anos, chegando a constituir 16% dos trabalhos apresentados no I Congresso Mundial de Conceitos de Bem-estar Animal, no Rio de Janeiro, em 2006. Se por um lado demonstram a importância do tema e o interesse da classe pelo assunto, por outro, contrastam com a falta de conhecimento mais profundo demonstrado pelos grupos estudados no presente

trabalho, corroborando dessa forma com os dados encontrados por Heleski, Mertig e Zanella (2004) nos EUA e por Molento, Lago e Zafaneli (2005) no Brasil.

A percepção dos professores do ponto de vista qualitativo do ensino do bem-estar animal é de que o ensino através de uma conjunção de métodos torna-se mais produtivo. Eles percebem não só a importância do ensino de etologia e BEA, mas consideram que esses conteúdos devem ser ministrados de forma obrigatória e complementados de forma interdisciplinar. Este dado se confirma quando explicitam essa posição caso tivessem poder de decisão sobre a forma de ensino dos temas. Houve consenso de que esses temas devem fazer parte do currículo do curso de Medicina Veterinária. Percebem, também, a importância da OIE como entidade normatizadora para as questões de legislação sobre BEA. Em relação aos seus discursos, enquanto coletividade percebe-se a valorização das normas em todos eles e a necessidade do seu cumprimento. Neste ponto divergem, com enfoques mais pedagógicos, mais produtivistas ou mais céticos, quanto à sua aplicabilidade.

Os professores demonstraram inconformidade com a falta de uma ação mais concreta em termos de uma legislação nacional de BEA e entendem que a aplicabilidade passa por vários tipos de abordagem para atingir os setores interessados. A carência de uma legislação nacional tem determinado que, para o ensino do tema, sejam utilizadas legislações paralelas, inclusive estrangeiras, como objeto de estudo.

Da análise dos discursos produzidos pelos docentes, a partir do interesse do aluno, conclui-se que o tema é atraente para os estudantes. O que muda é a forma de abordagens utilizadas pelos docentes. Estes também percebem a importância de uma cadeira específica e obrigatória, além do ensino interdisciplinar, como recomenda a WVA. Percebem que a participação dos alunos nos projetos de pesquisa os motivaria a desenvolver a percepção da importância do BEA para todas as atividades que envolvam os animais.

Pelos discursos decorrentes da percepção dos professores em relação ao ensino de etologia e BEA em seus cursos, conclui-se que eles têm uma visão crítica quanto ao interesse da academia sobre o tema e confirmam a sua disposição de estimular o interesse do aluno e de lutar pelo ensino previsto na resolução da WVA. Em suas considerações finais, consolidam essa percepção, gerando discursos coletivos com posições muito marcantes, como a necessidade do engajamento dos órgãos de classe e governamentais, da academia, da pesquisa, da defesa sanitária, dos setores produtivos e associativos comunitários e da sociedade em geral.

Quanto aos coordenadores de curso, esses apresentam uma percepção voltada ao ensino de etologia e BEA de forma interdisciplinar, porém notam uma tendência para a

implantação de uma disciplina específica em caráter obrigatório ou opcional. Sobre essa interdisciplinaridade, entendem que disciplinas diretamente relacionadas com o tema devem ser indicadas para tal procedimento educativo. Percebem que tanto as atividades educativas intramuros como aquelas externas às salas de aula são importantes para a motivação do aluno e o aprendizado. A discussão dos temas nas salas de aula e a apresentação de seminários com alunos despertam para um melhor posicionamento de estudante e exercitam a argumentação e a verbalização. Os coordenadores declaram conhecer as normas de BEA e admitem que seus cursos já estão pondo algumas delas em prática. Porém a solidez na informação sobre a entidade responsável pela elaboração de tal legislação não se dá. A resolução da WVA, que determina o ensino de BEA específico e obrigatório no período básico e o interdisciplinar no período clínico não aparece nos discursos. Percebem a distinção entre a adoção da legislação e a sua aplicabilidade, considerando o conflito com o bem-estar do próprio homem. A percepção maior e comum entre eles é a necessidade de normas que regulem a relação homem-animal.

Por outro lado, percebeu-se que o Serviço Estadual de Defesa Sanitária, representado pela CIDASC, também sofre com a falta de uma legislação específica e pertinente ao assunto. Tal fato foi identificado durante o processo de observação direta, quando os profissionais confrontados com as situações de agravo de BEA, apesar de sensibilizados com o problema, ressentiam-se de instrumentos legais que os orientassem e respaldassem suas ações. Em relação à existência de uma legislação específica e atual, ficou evidenciada, nos vários discursos, a sua deficiência e a tradicional constatação da necessidade da pressão externa para que se crie e se cumpra tal legislação. Fato esse já referido por Rojas, Stuardo e Benevides, (2005) e que remonta ao início de nossa história, enquanto nação, quando uma legislação inglesa determinou o fim do tráfico de escravos africanos para o Brasil. Evidenciou-se que a falta de uma política institucional de pós-graduação determinou a variedade dos temas referente aos cursos de pós-graduação feitos pelos profissionais da CIDASC, assim como a diversidade de instituições ministrantes. Entendeu-se que este fato favorece uma diversificação de conceitos e de abordagens, mas deixa uma questão em aberto: até que ponto isso é interessante para a empresa? Considerando que, se por um lado amplia-se a visão crítica dos profissionais, o que contribui para uma maior e mais rica discussão, por outro dificulta uma possível padronização de conhecimentos e procedimentos.

Conclui-se que o tema bem-estar animal foi abordado nas graduações, de alguma forma, como referem os entrevistados. Porém é fato a importância que o mesmo vem

adquirindo com o passar do tempo. A CIDASC está despertando para o tema, ao introduzi-lo no curso de treinamento de pré-serviço dos recém-contratados.

As informações sobre as normas de bem-estar animal são insuficientes e chegam aos profissionais através de notícias de revistas, da mídia eletrônica e como um conhecimento superficial, podendo-se dizer o mesmo em relação à legislação nacional sobre BEA. Este desconhecimento dos temas constata-se nos próprios Discursos do Sujeito Coletivo - DSC obtidos, embora percebam a OIE como a entidade responsável pela elaboração da legislação de BEA.

O manejo de estabulação no pré-abate e transporte preconizado pela OIE é percebido pela maioria dos médicos veterinários como o ideal para preservar o bem-estar dos animais. Confirma-se esta percepção nos discursos que compõem o DSC.

Em sua auto-avaliação sobre a necessidade de atualização sobre etologia e BEA, os médicos veterinários se percebem como necessitados de cursos, optando pelos de curta duração. Destaca-se que a busca por cursos de pós-graduação é mais significativa entre os recém-contratados.

Todos são favoráveis à criação de uma legislação estadual que permita a atuação na promoção e fiscalização do BEA e coíba os abusos contra os animais.

Em relação aos seus discursos identificaram-se os três tipos básicos de perfis em relação ao BEA: os humanitários, os fisiologistas e os produtivistas, que podem apresentar-se hora de forma distinta e, em outras vezes, superpostos. Os discursos explicitam uma preocupação com as baixas condições de BEA, quanto aos reflexos na produtividade dos animais e na saúde dos consumidores e dos próprios animais. Esta percepção mais sanitária está presente em várias manifestações e oportunidades. A questão do sacrifício sanitário é discutida dentro de duas percepções: uma humanitária, mais utópica, e uma sanitária, mais realista e consoante com as recomendações da OIE. A questão do reconhecimento de situações de estresse pré-abate e durante o processo criatório e suas possíveis causas não é consensual, é conflitiva e contraditória, entre os vários sujeitos coletivos, em seus discursos.

Reiterando, destaca-se que a falta de uma legislação pertinente ao bem-estar animal impossibilitou uma melhor observação do comportamento dos entrevistados quanto a sua aplicabilidade, porém frente à confrontação de situações de agravos todos eles souberam se posicionar de forma crítica.

Identificou-se uma disposição da academia em se atualizar e utilizar estratégias educativas que tentam (porque não conseguem) suprir as deficiências determinadas pela falta

de uma disciplina obrigatória e específica no currículo escolar. Isto implica em uma ampla discussão sobre a grade curricular e a inserção da disciplina no currículo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CIDASC procura se adaptar à situação de ter que começar a cobrar as práticas preconizadas pela OIE, em termos de trânsito e abate de animais, mas confronta-se com a inexistência de uma legislação pertinente, tanto em nível nacional quanto estadual. Assim a economia agropecuária estadual poderá sofrer reveses. Essa incompatibilidade legal com potenciais parceiros comerciais adotantes das referidas normas poderá determinar retaliações comerciais, questionamentos e reduzir significativamente a oportunidade de abertura de novos mercados, viabilizada pelo reconhecimento internacional de zona livre de febre aftosa sem vacinação. Isto implica em estimular um movimento dos setores interessados para o Estado criar sua legislação de BEA

A falta de reposição de pessoal se mostrou danosa para o serviço público e isso reflete diretamente no desempenho da equipe, o que determina a necessidade de implantação de um sistema de reposição constante e permanente de pessoal. A condição de reconhecimento internacional da situação sanitária diferenciada implica numa contrapartida de investimentos na qualificação profissional do quadro de sanitaristas, através de um programa permanente de pós-graduação dentro da empresa. Isso implica em convênio com universidades específicas, para elaboração de cursos específicos de pós-graduação.

O ensino do tema bem-estar animal e sua legislação internacional são de recente abordagem, o que implicará na preparação de docentes e sanitaristas para a construção de uma visão bem fundamentada e crítica sobre os aspectos éticos do BEA que alicercem a elaboração de uma legislação compatível com esses princípios. Dessa forma, espera-se que o médico veterinário sanitarista esteja preparado para atuar de maneira consciente na sua função de promover, fiscalizar e cumprir a execução das normas.

A etologia e o bem-estar animal ainda carecem, nos cursos de Medicina Veterinária, de um ensino mais específico que atenda a resolução da WVA, isto implica numa reforma curricular que leve em consideração seu caráter multifacetário e privilegie o assunto como disciplina obrigatória e tema interdisciplinar.

Em relação à inexistência de uma legislação específica, sugere-se que seja feita uma ampla discussão com os vários setores organizados e com interesse pelo tema para a construção de um instrumento legal, compatível com as normas da OIE, que normatize as questões de BEA, nos vários níveis de administração.

A presente discussão abre a possibilidade de novos estudos que são pertinentes, tais como: a percepção dos produtores agropecuários em relação ao bem-estar animal; ou um estudo dos impactos sócio-econômicos em função da adoção dessas normas ou em função das possíveis retaliações comerciais, fruto da carência de legislação compatível com elas. Faz-se também necessária uma investigação pedagógica sobre as possíveis formulações metodológicas no ensino de BEA, nos cursos de Medicina Veterinária, e seus impactos em termos de motivação e aprendizado.

Considera-se, finalmente, que estes estudos, refletindo as falas dos vários atores, trazem à luz determinados pontos de vista e percepções. São nuances que podem interferir na compreensão de posicionamentos baseados em certas crenças e que são definitivas para obtenção de sucesso nos empreendimentos. Por outro lado, espera-se que este trabalho venha contribuir como subsídio para estabelecer políticas e ações de bem-estar animal, tanto em nível de ensino médico veterinário, como de legislação e atuação no campo da Defesa Sanitária Animal.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAYVEL, D. ; RAHAMAN, S.A. ; GAVINELLI, A. Bien-être animal: enjeux mondiaux, tendances et defies. **Revue scientifique et technique**, Paris, v. 24, n. 2, p. 478-482, 2005.

BRASIL. Decreto lei nº 24.548, de 3 de julho de 1934. Aprova o Regulamento do Serviço de Defesa Sanitária Animal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 3 jul. 1934a. Suplemento.

_____. Decreto lei nº 24.645, de 14 de julho de 1934. Estabelece medidas de proteção aos animais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 14 jul. 1934b. Suplemento.

_____. Instrução Normativa nº 3, de 17 de janeiro de 2000. Aprova o regulamento técnico de métodos de insensibilização para o abate humanitário de animais de açougue. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 2 jul. 2005.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. Tabela de Áreas de Conhecimento. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/Documentos_gerais.htm>. Acesso em: 28 jul. 2007.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Minuta de decreto em consulta pública, regulamento do sistema unificado de atenção à sanidade agropecuária. Brasília, 2005. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso em: 02 jul. 2005.

BRISIO, G.; FRANCESCONI, M.; BIANCHI, C. Progetto di valutazione delle condizioni d'allevamento dei "vitelli a carne bianca", in riferimento al Benessere animale, com controllo dei parametri emantici. **Il Progresso Veterinário**, Torino, v. 59, n. 5, p. 176-179, 2004.

BROOM, D. Animal welfare as a scientific discipline. Rio de Janeiro. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONCEITOS EM BEM-ESTAR ANIMAL, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: WSPA/OIE, 2006. 1 CD-ROM.

BROWN. K. H.; HOLLINGSWORTH, J. The Food Marketing Institute and the National Council of Chain Restaurants: animal welfare and the retail food industry in the United States of America. **Scientific and Technical Review**, Paris, v. 24, n. 2, p. 655-663, 2005.

CAPORAL, F. R. Superando a Revolução Verde. Disponível em: <www.agirazul.com.br/artigos/caporall.htm>. Acesso em: 28 nov. 2006.

CARTENY, C.; DIONISI. A. Viaggio "dentro e dietro": la adozione del regolamento sulla protezione degli animali durante il trasporto e le operazione corralate. **Il Progresso Veterinário**, Torino, v. 50, n. 2, 2005.

CHILDE, G. **A Evolução Cultural do Homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 229 p.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. Resolução nº 756, de 17 de outubro de 2003. Dispõe sobre o registro do título de especialista em áreas de medicina veterinária, no âmbito dos Conselhos Regionais de Medicina Veterinária. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 12 nov. 2003. Seção 1, p. 263.

_____. CNE aprova diretrizes curriculares para a Medicina Veterinária: resolução aprovada. **Jornal do Conselho Federal de Medicina Veterinária**, v. 3, n.10, p. 6-7, 2002.

_____. Portal do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Histórico. Disponível em <<http://www.cfmv.org.br/historia.php?mn=cfmv>>. Acesso em: 16 jan. 2007.

CRAIG, J, V. Domestication. In: -----, **Domestic animal behavior: causes and implications for animal care and management**. New Jersey: Prentice Hall, 1981. p. 21-24.

DANTZER, R.; MORMÈDE, P. **El stress en la cría intensiva del ganado**. Zaragoza: Acribia, 1984.

DIAS, E. C. **A tutela jurídica dos animais**. Belo Horizonte : Mandamentos, 2000.

DUNCAN, I.J.H. Science-based assessment of animal welfare: farm animals. **Review Scientific Technical**, Paris, v. 24 n. 2, 2005, p. 483-492.

EDWARDS, J.D. The role of the veterinarian in animal welfare – a global perspective. In: I GLOBAL ANIMAL WELFARE CONFERENCE, 2004, Paris. **Anais...** Paris: OIE, 2004. p. 27-35.

ENCICLOPÉDIA VIRTUAL DOS DIREITOS HUMANOS. Código de Hamurabi. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/hamurabi.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2007.

ESTOL, L. R. Animal Welfare in the Veterinary Curriculum. In: GLOBAL ANIMAL WELFARE CONFERENCE, 2004, Paris. **Anais...** Paris: OIE, 2004, p. 51-63.

FAUCITANO, L. Efeitos do manuseio pré-abate sobre o bem-estar e sua influência sobre a qualidade da carne. In: I CONFERÊNCIA VIRTUAL SOBRE QUALIDADE DA CARNE SUÍNA, 2000, Concórdia. **Anais...** Concórdia: EMBRAPA, CNPSA, 2000.

FERNANDES, C. G. N. et al. Percepção dos graduandos de Medicina Veterinária quanto à aprendizagem sobre bem-estar animal. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONCEITOS EM BEM-ESTAR ANIMAL, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: WSPA, OIE, 2006. 1 CD-ROM.

FERREIRA, W. **História do direito brasileiro**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1951. v. 1.

FERRO, J. **Influência da pluriatividade para a permanência dos agricultores familiares na atividade agrícola e no meio rural**: um estudo de caso no município de Concórdia – Santa Catarina. Florianópolis, 2006. 158 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas.

FILIPPE II de Espanha e I de Portugal. In: PORTUGAL: dicionário histórico. Lisboa: Manuel Amaral, 2000. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/filipe1.html>> Acesso em: 18 jan. 2007.

FOUREZ, G. A Construção das Ciências. In: ----- . **Introdução à Filosofia e a Ética das Ciências**. São Paulo : Ed. UNESP, 1995. 319 p.

FRASER, A. Comparative Animal Behaviour and Bioethics. In: ENCONTRO ANUAL DE ETOLOGIA, 9, 1991, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, UFSC, 1992. p. 19-24.

FRASER. D. Applying science to animal welfare standards. In: GLOBAL CONFERENCE ON ANIMAL WELFARE. **Proceedings...** Paris: OIE, 2004.

FRIEDLAND, W. H. Agricultura e ruralidade: iniciando a “separação definitiva”? **Série Estudos e Pesquisas**, Salvador, p. 7-27, 2004.

GALLO, S. C. B. Bienestar Animal en las Américas. In: CONFERENCIA DE LA COMISIÓN REGIONAL DE LA OIE PARA LAS AMÉRICAS, 18, 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: OIE, 2006. p. 112-120, 2006. Documento de Trabajo.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 107 p.

GRANDIN, T. Progress in Livestock Handling and Slaughter Techniques in the United States, 1970-2000. In: THE HUMANE SOCIETY OF THE UNITED STATES. **The State of the animals**. Washington, 2001. Disponível em: <www.hsus.org/press_publications/humane-bookshelf/stateoftheanimal.html>. Acesso em: 26 jan. 2007.

HARRIS, M. **Vacas, porcos, guerras, bruxas**: os enigmas da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 205 p.

HELESKI, C. R.; MERTIG, A. G.; ZANELLA, A. J. Assessing attitudes toward farm animal welfare: a national survey of animal science faculty members. **Journal of Animal Science**, v. 82, p. 2806-2814, 2004.

HÖTZEL, M. J.; MACHADO FILHO, L.C.P. Bem-estar animal na agricultura do século XXI. **Revista de Etologia**, São Paulo, v.. 6, n. 1, p. 3-16, 2004.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. 2 ed. Caxias do Sul: Educs, 2005.

LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 73, ago. 2005. Disponível em: <www.cfh.usfc.br/~dich/TextoCaderno73.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2007.

LYRA, T. M. P. **A globalização de mercados e a disseminação de doenças: o caso da vaca louca - encefalopatia espongiforme bovina**. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

MACHADO FILHO, L. C. P.; COIMBRA, P. A. D. Etologia aplicada e bem-estar animal. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONCEITOS EM BEM-ESTAR ANIMAL, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: WSPA, OIE, 2006. 1 CD-ROM.

MACHADO FILHO, L. C. P.; HÖTZEL, M. J. Etologia aplicada. In: DEL-CLARO, K.; PREZOTO, F. (Org.) **As distintas faces do comportamento animal**, Jundiaí: SBEt; São Paulo: Conceito, 2003, p. 246-253.

MARTINS, C. **Caracterização Epidemiológica da Febre Aftosa no Espaço Catarinense**. 1984. 122 f. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1984.

MARTINS, M. F.; GOUVÊA, A. H. A importância do ensino de ética e BEA em cursos de graduação de Medicina Veterinária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA VETERINÁRIA, 30, 2003, Manaus. **Anais...** Manaus, 2003. 1 CD-ROM.

MAZZOTTI, A. J. A.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

MEC, 2000: como será a prova, Medicina Veterinária. Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação. **Revista do Provão**, n. 7, Brasília, 2002, p. 42-43.

MELLO, M. T. de. Bem-estar Animal. **Revista Brasileira de Medicina Veterinária**, Brasília. No prelo. [2007].

MELLOR, D. J. ; BAYVEL, A. C. D. The application of legislation, scientific guidelines and codified standards to advancing animal welfare. In: GLOBAL CONFERENCE ON ANIMAL WELFARE, 2004, Paris. **Proceedings...** Paris: OIE, 2004, p. 249-259.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002. 80 p.

MOLENTO, C. F. M. Medicina Veterinária e bem-estar animal. **Revista do Conselho Federal de Medicina Veterinária**, v. 9, Brasília, n. 28/29, 2003, p. 15-20. Suplemento Técnico

MOLENTO, C. F. M.; LAGO, E.; ZAFANELLI, M. C. G. Attitudes and perceptions of brasilian veterinarians and animal results. In: FROM DARWIN TO DAWKINS: SCIENCE AND IMPLICATIONS OF ANIMAL SENTIENCE, 2005. London. **Proceedings...** London: Compassion in World Farming Trust, 2005.

MOLENTO, C. F. M.; YAMASHIRO, K. C. E.; KLANK, M. Conceito de BEA, segundo estudantes de Medicina Veterinária e Zootecnia no Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONCEITOS EM BEM-ESTAR ANIMAL, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: WSPA, OIE, 2006. 1 CD-ROM.

MORROW, C. J. et al. Fecal glucocorticoid metabolites as a measure of adrenal activity in dairy cattle. **General and Comparative Endocrinology**, Califórnia, v. 126, p. 229-241, 2002.

ODENDAAL, J. S. J. Science-based assessment of animal welfare: companion animals. **Scientific and Technical Review**, Paris, v. 2, n. 24, pp. 493-502, 2005.

_____. Veterinarians as catalysis between modern man and nature. In: WORLD VETERINARY CONGRESS, 24, 1991, Rio de Janeiro. **Selected proceedings...** Rio de Janeiro: WVA, p. 79-97, 1991.

OIE. **Código Zoossanitário de Animais Terrestres**. Paris, 2005a. Disponível em: <www.oie.int>. Acesso em: 12 jul. 2005.

_____. **Histórico da OIE**. Paris, 2007a. Disponível em: <www.oie.int>. Acesso em 15 jan. 2007.

_____. **Normas Internacionais de Bem-estar Animal**. Paris, 2005b. Disponível em: <www.oie.int>. Acesso em: 25 jun. 2005.

_____. **Objetivos da OIE**. Paris, 2007b. Disponível em: <www.oie.int>. Acesso em 15 jan. 2007.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho de antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. 2.ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000. 200 p. (Paralelo 15)

PAIXÃO, R. L. **Bioética e bem-estar animal: uma aproximação no ensino**. Relato de uma experiência na Universidade Federal Fluminense. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE

CONCEITOS EM BEM-ESTAR ANIMAL, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: WSPA, OIE, 2006. 1 CD-ROM.

PAIXÃO, R. L. **Bioética e Medicina Veterinária**: um encontro necessário. **Revista do Conselho Federal de Medicina Veterinária**, Brasília, v. 7, n. 23, p. 20-26, 2001.

PETRINI, A; WILSON, D. Philosophy, policy and procedures of the World Organisation for Animal Health for the development of standards in animal welfare. **Scientific and Technical Review**, Paris, v. 24, n. 2, pp. 493-502, 2005.

PINTO, H. F. S. O brasileiro do século: categoria economia e justiça. **Isto é**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/biblioteca/brasileiro/justica/jus6.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2007.

RAJ, M. Efeito dos métodos de atordoamento e de abate na qualidade da carne de porco. In: CONFERÊNCIA VIRTUAL SOBRE QUALIDADE DA CARNE SUÍNA, 2000, Concórdia. **Anais...** Concórdia: EMBRAPA, CNPSA, 2000. Disponível em: <http://www.cnpsa.embrapa.br/pork/palestra.html>>. Acesso em: 20 jul. 2005.

REUNIÓN GENERAL DE LA OIE, 72., 2005, Paris: OIE. Disponível em: <www.oie.int>. Acesso em: 12 jul. 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas.1999.

RODRIGUES, J. C. **Antropologia e comunicação**: princípios radicais. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 15-34.

ROJAS, H.; STUARDO, L; BENEVIDES, D. Políticas y prácticas de bienestar animal en los países de América: estudio preliminar. **Scientific and Tecnical Review**, Paris, v. 24, n. 2, p. 549-565, 2005.

ROLLIN, B. Ethics, science, and antimicrobial resistance. **Journal of Agricultural and Environmental Ethics**. Dordrecht, Holanda, NL, v. 14, n. 1, p. 29-37, 2001.

ROSSETTI. P. I Prodotti Ittici e l'Immortalità dell' Anima. **Il Progresso Veterinário**. Torino, v. 60, n. 12, p. 570-574, 2005.

ROWAN, A. N.; ROSEN, B. Progress in the animal legislation: measurement and Assessment. **The State of the Animals II**, Washington: The Human Society of the United States, 2005. Disponível em: <http://www.hsus.org/web-files/PDF/hsp/SOA_3-2005_Chap7.pdf>. Acesso em: 26 jan 2007.

RUDDIMAN, W. F. Quando os humanos começaram a alterar o clima. **Scientific American Brasil**, São Paulo, p. 58-65, abr. 2005.

RUIZ MARTINEZ, A. **Programación educativa para la salud animal**. México: OPS, 1984.

SANTA CATARINA (Estado). Decreto nº 10.366, de 24 de janeiro de 1997. Dispõe sobre a fixação da Política de Defesa Sanitária Animal e adota outras providências. Disponível em: <<http://www.cidasc.sc.gov.br/html/legislacao/lei%2010366.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2007.

SANTA CATARINA (Estado). Decreto nº 3527, de 15 de dezembro de 1998. Aprova o Regulamento da Polícia de Defesa Sanitária Animal no Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.cidasc.sc.gov.br/html/legislacao/lei%2010366.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2007.

SANTANA, L. R.; OLIVEIRA, T. P. Guarda responsável e dignidade dos animais. In: **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 1, n. 1 p. 67-104, jan. 2006.

SAPINO, M. et al, Indagine sulla tipologia e sulla frequenza delle violazione alle norme di legge riguardanti trasporti su gomma di bovini e suini con durata oltre le 8 ore. Torino. **II Progresso Veterinário**, v. 59. n.7, pp. 51- 53, 2004.

SEBASTIÃO I, o desejado. In: PORTUGAL: dicionário histórico. Lisboa: Manuel Amaral, 2000. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/dicionario/sebastiao1rei.html>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

SERRA-FREIRE, N. M. Considerações sobre bem-estar animal. In: VALLE, S.; TELLES, J. L. (Org.) **Bioética e biorrisco: abordagem transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Interciência, 2003, v. 1, p. 341-374.

SOUZA, M. R. Q; GALVAGNI, J. A. Bem-estar dos animais de produção: uma experiência com alunos do curso de Medicina Veterinária da UFRPE. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONCEITOS EM BEM-ESTAR ANIMAL, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: WSPA, OIE, 2006. 1 CD-ROM.

TAÇON, P. S.C.; PARDOE C. Dog make us human. In: **Nature Australia Magazine**. **Australia:** [s.n], 2002. Disponível em: <<http://www.burkesbackyard.com.au/2002/archives/2002?p=814>>. Acesso em: 7 dez. 2006.

TELHADO, J. et al. Bem-estar animal no Campus da UFRRJ. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONCEITOS EM BEM-ESTAR ANIMAL, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: WSPA, OIE, 2006. 1 CD-ROM.

THIERMANN, A.B. The OIE process, procedures and international relations. In: GLOBAL ANIMAL WELFARE CONFERENCE, 2004, Paris. **Anais...** Paris: OIE, 2004, p. 7-12.

TRENT, N. et al. International Animal Law, with a concentration on Latin America, Asia, and Africa. Disponível em: <http://www.hsus.org/web-files/PDF/hsp/SOA_3-2005_Chap6.pdf> Acesso em: 26 jan. 2007.

TRIGO M., F. Discurso de Abertura. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR NAS CIÊNCIAS VETERINÁRIAS, 2, 2001, Santiago. **Anais...** Santiago, PANVET, 2001.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Projeto Afonsinas. Coimbra, 2007a. Disponível em: <<http://www.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/pagini.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

_____. Projeto Manuelinas. Coimbra, 2007b. Disponível em: <<http://www.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

_____. Projeto Filipinas. Coimbra, 2007c. Disponível em: <<http://www.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

VAINFAS, R. Brasil de todos os pecados: erotismo e religião se mesclavam nos tempos da colônia. **Nossa História**. São Paulo, v. 1, n.1, p. 10-17, nov. 2003.

VALLAT, B. The OIE historical and scientific background and prospects for the future. In: GLOBAL ANIMAL WELFARE CONFERENCE, 2004, Paris. **Anais...** Paris: OIE, 2004, p. 3-6.

_____. Bienestar de los animales: planteamientos mundiales, tendencias y desafíos (Prologo). **Revista Científica y Técnica**, Paris, v. 24, n. 2, p. 472-474, 2005.

VERAN, E. H. **Santa Catarina no Mercosul e no mercado internacional: Aplicação das medidas sanitárias da OMC**. Dissertação. (Mestrado em Relações Internacionais para o Mercosul) - Universidade do Sul de Santa Catarina. Palhoça, 2005.

VERGA, M.; CARENZI, C.; LE NEINDRE, P. La ricerca internazionale nel settore del benessere animale. Disponível em: <http://www.veterinaribrescia.it/chiron/4-99/ben_ani.htm>. Acesso em: 23 ago. 2005.

VÍCTORA, C. G. **Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WORLD VETERINARY ASSOCIATION. **Bulletin**, v. 10, p. 9-10, jan/dez.1993.

WEBSTER, A. J. F. Animal welfare: sentience, stress and suffering. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CONCEITOS EM BEM-ESTAR ANIMAL, 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: WSPA, OIE, 2006. 1CD-ROM.

WISE, S. M. The evolution of animal law since 1950. **The state of the animals II**, Washington: HSUS, 2005. Disponível em: <www.hsus.org/press_publications/humane-bookshelf/stateoftheanimal.html>. Acesso em: 26 jan. 2007.

9 ANEXOS

9.1 QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTAS: MÉDICOS VETERINÁRIOS

Nome: _____

Idade: ____ Sexo: _____ ADR: _____

Ano de Graduação: _____ Universidade: _____

Pós-graduação: _____ Nível: _____

Área de concentração: _____

Ano de conclusão: _____ Instituição de ensino: _____

1- Durante o curso de graduação, se você teve algum conhecimento sobre bem-estar animal qual foi o status?

- A. Como disciplina obrigatória no currículo básico.
- B. Como disciplina optativa.
- C. Como conteúdo específico de outra disciplina.
- D. Ministrado de forma interdisciplinar, atendendo às questões específicas das disciplinas onde o assunto pudesse ser abordado.
- E. O tema não foi tratado no curso.

2- Que discussão era feita sobre o tema em sua faculdade?

- A. Através de aulas e provas.
- B. Através de leitura de textos e discussão em classe.
- C. Através de seminários com os alunos.
- D. Através de palestras com professores visitantes.
- E. Apenas comentários de professores.
- F. Trabalho de classe em disciplina não específica.
- G. O tema não era discutido.

3- Depois da graduação, que tipo de treinamento ou curso de capacitação você recebeu por parte da empresa/órgão em que trabalha?

- A. Cursos ou treinamentos de curta duração (uma semana)
- B. Cursos ou treinamentos de aperfeiçoamento (- 360 h)
- C. Curso de Especialização (+ 360 h)
- D. Curso de Mestrado
- E. Curso de Doutorado
- F. Não participou de cursos

4- Quantos deles se referiam ao bem-estar animal?

- A. 5 ou mais de 5
- B. 4
- C. 3
- D. 2
- E. 1
- F. Nenhum

5- Que conhecimento você tem sobre a adoção de uma legislação internacional sobre Bem-estar Animal?

- A. Tem acompanhado a discussão através da Internet.
- B. Tomou conhecimento através dos meios de comunicação ou revistas técnicas.
- C. Tomou conhecimento, mas não aprofundou o conhecimento.
- D. Desconhece o assunto.

6- Em sua opinião, dos organismos internacionais abaixo relacionados, qual deveria ser responsável para elaborar uma legislação sobre o tema?

- A. Associação Mundial de Proteção Animal –WSPA

- B. Organização para Alimentos e Agricultura da ONU – FAO
- C. Associação Mundial de Veterinária - WVA
- D. Organização Mundial de Saúde Animal – OIE
- E. Organização Mundial do Comércio – OMC
- F. Outra. Qual.....
- G. Não sabe.

7- Quais os temas que uma legislação internacional deveria abordar, primordialmente, em termos de bem-estar animal?

- A. Bem-estar no transporte.
- B. Bem-estar no abate ou sacrifício.
- C. Bem-estar no processo de produção.
- D. Apenas no abate ou sacrifício.
- E. Apenas no transporte e no abate ou sacrifício.
- F. Na produção e no abate ou sacrifício.
- G. Em todas as fases do processo de produção animal.
- H. Não tem opinião formada sobre o tema.

8. Dentro do seu conhecimento, de que coisas tratam o Decreto 24.625/34 e a Instrução Normativa MAPA 003/2000.

- A. Demonstrou conhecimento profundo sobre os dois instrumentos legais.
- B. Demonstrou conhecimento profundo sobre apenas um dos instrumentos legais.
- C. Demonstrou conhecimento superficial sobre os temas.
- D. Demonstrou conhecimento apenas sobre um deles.
- E. Não demonstrou conhecimento sobre os temas.

9. Na sua opinião, como deveria ser a estabulação de animais em espera de abate?

- A. Em currais tradicionais (com ripas vazadas) e com os lotes oriundos de várias origens.
- B. Em currais tradicionais (com ripas vazadas) selecionando os animais em lotes, conforme a sua origem.
- C. Em currais circulares com as laterais fechadas e com animais em lotes oriundos de várias origens.
- D. Em currais circulares com laterais fechadas e selecionando os animais em lotes, conforme a sua origem.
- E. Em currais quadrangulares com as laterais fechadas e com animais em lotes oriundos de várias origens.
- F. Em currais quadrangulares com as laterais fechadas selecionando os animais em lotes, conforme a sua origem.
- G. Não tem opinião formada sobre o assunto.

10. Como deveria ser feito o transporte de animais?

- A. Em transportes abertos sem espaçamento determinado e sem divisórias.
- B. Em transportes abertos sem espaçamento determinado e com divisórias.
- C. Em transportes fechados sem espaçamento determinado e sem divisória.
- D. Em transportes fechados sem espaçamento determinado e com divisórias.
- E. Em transportes abertos com espaçamento determinado, sem divisórias.
- F. Em transportes abertos com espaçamento determinado, com divisórias.
- G. Em transporte fechados com espaçamento determinado, sem divisórias.
- H. Em transporte fechados com espaçamento determinado, com divisórias.
- I. Não tem opinião formada.

11. Que tipo de conhecimento sobre o tema você acha necessário, para que o seu desempenho como médico veterinário sanitário seja suficiente para cumprir e fiscalizar o cumprimento de normas sobre bem-estar animal?

- A. Apenas o repasse das normas.
- B. Um curso rápido de 40 horas para tomar conhecimento do tema.
- C. Cursos de pós-graduação com o foco voltado para o assunto.
- D. Não tem opinião sobre o tema.
- E. Não se interessa pelo assunto.

12. Diante das questões apresentadas e respondidas, como você se auto-avalia em termos de conhecimento sobre o assunto:

- A. Sou plenamente conhecedor e domino o assunto, não sendo necessário nem um tipo de capacitação ou pós-graduação.
- B. Tenho algum conhecimento, mas necessito de um curso rápido para me aprimorar sobre a temática.
- C. Tenho algum conhecimento, mas necessito de um curso de pós-graduação que aprofunde meus conhecimentos.
- D. Tenho algum conhecimento e creio que seja suficiente para atender as minhas tarefas, não necessitando de curso.
- E. Desconheço totalmente o assunto e necessito de cursos que me aprimorem o conhecimento.
- F. Desconheço o assunto e não tenho interesse em participar de qualquer curso sobre o tema.

13. Como você se posiciona em relação à existência de uma legislação específica que normatize as questões de bem-estar animal, no Estado de Santa Catarina?

- A. Totalmente favorável desde que seja abrangente e aborde todos os aspectos relacionados com animais de produção, de companhia, de exibição e de experimentação.
- B. Totalmente favorável desde que aborde apenas aspectos relacionados com animais de companhia e de exibição.
- C. Totalmente favorável desde que aborde apenas aspectos ligados a animais de produção e companhia.
- D. Totalmente favorável desde que aborde apenas aspectos ligados a animais de produção.
- E. Totalmente favorável desde que aborde apenas aspectos ligados a animais de companhia.
- F. Totalmente favorável desde que aborde apenas aspectos ligados a animais de experimentação.
- G. Não tenho opinião formada a respeito.

ENTREVISTA SEMI - ESTRUTURADA

1. No seu entendimento, como você definiria bem-estar animal?

2. Na sua opinião, quais as principais conseqüências da deficiência de bem-estar animal em uma criação?

3. Para você o que significa abate dentro das melhores condições de bem-estar animal?

4. Você poderia citar quais seriam as chamadas liberdades ou necessidades constantes nas normas prescritas pelo Código Zoossanitário Internacional (OIE) para que se estabeleça uma condição de bem-estar animal?

5. Quais os fatores que você consideraria como fundamentais para estabelecer se o transporte é feito dentro das condições ideais de bem-estar animal?

6. Em casos de sacrifícios sanitários, que procedimentos você teria que adotar para atender os critérios de bem-estar animal?

7. Como você reconheceria uma carcaça de um animal criado em baixa condição de bem-estar animal?

8. Como você reconheceria uma carcaça de um animal abatido após passar por uma condição de estresse no pré-abate?

9. Você seria capaz de explicar a que se devem estas alterações?

9.2 QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES QUE MINISTRAM TEMAS RELACIONADOS AO BEM-ESTAR ANIMAL

Nome: _____ Idade: _____ Sexo: _____

Instituição: _____

Graduação: - ----- Ano de Conclusão: _____

Titulação: _____ Instituição: _____

Área de concentração _____

Ano de conclusão _____ Tempo de trabalho na atividade _____

1 - Como os temas relativos à etologia e bem-estar animal são trabalhados em sua disciplina?

- A. Com estudo de textos e posterior discussão em grupos.
- B. Com aulas expositivas, textos e provas.
- C. Com palestras por professores convidados, em forma de seminários.
- D. Com estudo de textos, observações de campo ou aulas apoiadas em vídeos sobre o tema, discussão em grupo e trabalhos escritos.
- E. Com desenvolvimento de projetos específicos, além dos conteúdos desenvolvidos em classe ou em seminários.
- F. Apenas aulas expositivas.
- G. Não se trabalha o tema durante o curso.

2 - Na sua opinião como a Legislação Sanitária, e em particular sobre BEA, deveria ser ministrada nos cursos de graduação:

- A. Como disciplina obrigatória no currículo básico.
- B. Como disciplina optativa.
- C. Como conteúdo específico de outra disciplina.
- D. Ministrado de forma interdisciplinar, atendendo às questões específicas das disciplinas onde o assunto possa ser abordado.
- E. O tema não tem sido tratado no curso

3 - Que conhecimento você tem da resolução publicada pelo Boletim da Associação Mundial de Veterinária (volume 10, junho a dezembro de 1993), sobre o ensino de bem-estar animal nos cursos de Medicina Veterinária?

- A. Sabe do que se trata e entende como necessária
- B. Sabe do que se trata, porém tem dificuldade de cumpri-la.
- C. Sabe do que se trata e está cumprindo-a parcialmente.
- D. Sabe do que se trata, porém ainda não conseguiu implantar as recomendações.
- E. Desconhece a resolução, mas se interessa pelo ensino de etologia e bem-estar animal.
- F. Desconhece a resolução e não entende necessário o ensino de etologia e bem-estar animal.

4 - Você sabe qual é a instituição internacional que normatiza as condutas referentes ao Bem-estar animal?

- A. Associação Mundial de Proteção Animal –WSPA
- B. Organização para Alimentos e Agricultura da ONU – FAO
- C. Associação Mundial de Veterinária - WVA
- D. Organização Mundial de Saúde Animal – OIE
- E. Organização Mundial do Comércio – OMC
- F. Outra. Qual.....
- G. Não Sabe.

5 - Na sua opinião, como você determinaria como seria o ensino do BEA e sua legislação em sua escola?

- A. Como disciplina obrigatória no período básico e ministrada interdisciplinarmente nas demais cadeiras fins, onde fosse necessária a exploração do assunto.
- B. Apenas como disciplina obrigatória no período básico do curso.

- C. Como conteúdo de outras disciplinas fins, de forma interdisciplinar.
- D. Apenas como disciplina optativa no período básico, nos primeiros semestres.
- E. Apenas como disciplina optativa nos últimos semestres.
- F. Como disciplina obrigatória nos últimos semestres.
- G. Não vê necessidade de ensino de tal disciplina.

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- 1 - Quais as suas considerações em relação, especificamente, às normas internacionais de bem-estar animal?**
- 2 - Que comentários você como professor faz sobre a sua aplicação no país.**
- 3 - Em termos de legislação sobre bem-estar animal, quais as leis que têm sido discutidas nas aulas com os alunos?**
- 4 - Como você percebe o interesse dos alunos diante desse tema?**
- 5 - Que tipo de trabalho seria aconselhável do ponto de vista pedagógico para ser desenvolvido com os estudantes, despertando-os para o tema de BEA?**
- 6 - Como professor, qual a sua ótica sobre o ensino do BEA nas escolas de veterinária e notadamente em sua escola?**
- 7 - Em quais disciplinas você entende que este tema seria tratado?**
- 8 - Que tipo de comentário gostaria de complementar sobre o bem-estar dos animais?**

9.3 QUESTIONÁRIO COORDENADORES DOS CURSOS DE MEDICINA VETERINÁRIA

Nome: _____ Idade: ____ Sexo: _____

Instituição: _____

Graduação:-----Ano de Conclusão _____

Titulação: _____ Instituição: _____

Área de concentração _____

Ano de conclusão _____ Tempo de serviço na atividade _____

1 - Como os conteúdos de etologia e bem-estar animal são tratados pelo curso?

- A - Como disciplina obrigatória no currículo básico.
- B - Como disciplina optativa.
- C - Como conteúdo específico de outra disciplina obrigatória.
- D - Como conteúdo específico de outra disciplina optativa ou eletiva.
- E - Ministrados de forma interdisciplinar, atendendo às questões específicas das disciplinas onde o assunto possa ser abordado.
- F - O tema não tem sido tratado no curso.

2 - No caso de não haver disciplina específica, quais disciplinas desenvolvem temas relativos à etologia e ao bem-estar animal (BEA) ?

- A - Zootecnia.
- B - Fisiologia.
- C - Ética.
- D - Inspeção de Produtos de Origem Animal.
- E - Saúde Pública.
- F - Epidemiologia.
- G - Não se trabalha o tema em nenhuma disciplina.

3 - Como os temas são trabalhados?

- A - Com estudo de textos e posterior discussão em grupos.
- B - Com aulas expositivas, textos e provas.
- C - Com palestras por professores convidados, em forma de seminários.
- D - Com estudo de textos, observações de campo ou aulas apoiadas em vídeos sobre o tema, discussão em grupo e trabalhos escritos.
- E - Com desenvolvimento de projetos específicos, além dos conteúdos desenvolvidos em classe ou em seminários.
- F - Apenas aulas expositivas.
- G - Não se trabalha o tema durante o curso.

4 - Como são discutidos os temas de etologia e bem-estar animal, especificamente nas disciplinas de Zootecnia, de Saúde Pública, de Inspeção de Produtos de Origem Animal e de Fisiologia.

- A - Em aulas expositivas incluídas no corpo da ementa da disciplina.
- B - Em forma de seminários promovidos com os estudantes, a partir de textos específicos.
- C - Através de palestras com professores da instituição e/ou profissionais extra-escola.
- D - Com estudos de textos relativos ao tema em relação à disciplina.
- E - Estes temas não têm sido discutidos nas citadas disciplinas.

5 - O tema legislação sanitária, e em particular sobre BEA, é ministrado:

- A - Como disciplina obrigatória no currículo básico.
- B - Como disciplina optativa.
- C - Como conteúdo específico de outra disciplina.
- D - Ministrado de forma interdisciplinar, atendendo às questões específicas das disciplinas onde o assunto possa ser abordado.
- E - O tema não tem sido tratado no curso.

6 - Que conhecimento você tem com respeito à existência de uma legislação internacional que normatize as condutas referentes ao bem-estar animal?

- A - Sabe do que se trata e adotou na íntegra o teor da Resolução da AMV.
- B - Sabe do que se trata, porém tem dificuldade de cumpri-la.
- C - Sabe do que se trata e está cumprindo-a parcialmente.
- D - Sabe do que se trata, porém ainda não conseguiu implantar as recomendações.
- E - Desconhece a resolução, mas a instituição já está implantando o ensino de etologia e bem-estar animal.
- F - Desconhece a resolução e ainda não implantou o prescrito na Resolução da AMV.

7 - Qual entidade internacional, em sua opinião, deveria ser responsável pela elaboração dessa legislação?

- A - Associação Mundial de Proteção Animal –WSPA
- B - Organização para Alimentos e Agricultura da ONU – FAO
- C - Associação Mundial de Veterinária - WVA
- D - Organização Mundial de Saúde Animal – OIE
- E - Organização Mundial do Comércio – OMC
- F - Outra. Qual.....
- G - Não Sabe.

8 - Que conhecimento você tem da resolução publicada pelo Boletim da Associação Mundial de Veterinária (volume 10, de junho a dezembro de 1993), sobre o ensino de bem-estar animal nos cursos de Medicina Veterinária?

- A - Sabe do que se trata e adotou na íntegra o teor da Resolução da AMV.
 B - Sabe do que se trata, porém tem dificuldade de cumpri-la.
 C - Sabe do que se trata e está cumprindo-a parcialmente.
 D - Sabe do que se trata, porém ainda não conseguiu implantar as recomendações.
 E - Desconhece a resolução, mas a instituição já está implantando o ensino de Etologia e Bem-estar Animal.
 F - Desconhece a resolução e ainda não implantou o prescrito na Resolução da AMV.

ENTREVISTA-SEMI ESTRUTURADA

1- Como a coordenação de ensino do curso de Medicina Veterinária vê o ensino de etologia e bem-estar animal aos seus alunos.

2 -Como você vê a adoção dessa legislação e a sua aplicação no país?

9.4 MODELO DE INSTRUMENTO DE ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO 1 - IAD-1

INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DISCURSO 1 – IAD 1		
Questão1: Quais são as suas considerações em relação, especificamente, às normas internacionais de BEA?		
Expressões-chave	Idéias Centrais	Ancoragens
EPD – 1 <i>Nós entendemos que as normas de bem-estar animal são bastante claras. Se seguir às orientações que a gente tem, com a disponibilidade do material didático disponível elas são bastante claras e relativamente fáceis de serem introduzidas e implementadas. Qual é o grau de dificuldade que a gente vê na aplicação dessas normas?</i> <i>Primeiro: É a falta de um envolvimento maior entre os vários segmentos que estão ligados com os animais. Isto vai desde a universidade, de técnicos envolvidos com a pesquisa, de extensionistas e produtores rurais.</i>	As normas são bastante claras e relativamente fáceis de serem introduzidas e implementadas, necessitando um maior envolvimento dos vários segmentos ligados à agropecuária. A	
EPD/2 <i>Eu venho tomando conhecimento dessas normas, eu acho que elas são muito interessantes, no sentido da gente ver o animal não como uma máquina, mas como um ser vivo. Para que ele possa expressar toda a sua capa-</i>	As normas trazem uma nova visão da relação homem-animal, com efeitos diretos na produtividade dos animais. B	

<p><i>cidade e sua potência, em termos de produção, você tem que oferecer para ele condições ideais. Onde o alojamento não seja superaquecido, não falte espaço, a parte de alimentação, a parte de água... Enfim você oferecendo estas condições ótimas, que o animal possa expressar as suas potencialidades, no final das contas o produtor é quem vai ter lucro com isso, porque à medida que você oferece condições inadequadas a capacidade produtiva dos animais vai ficar prejudicada.</i></p>		
<p>EPD/3</p> <p><i>A gente tomou alguma noção quando fez o curso sobre Bem-estar Animal com a Dra. Carla Molento. O curso foi bastante positivo, pois levantou uma questão que até então não era tratada, principalmente na nossa universidade, e a gente está procurando se adequar a essas normas internacionais.</i></p>	<p>Tomou conhecimento das normas através do curso de BEA, com a Dra. Carla Molento, que trouxe uma nova visão da relação homem-animal.</p> <p style="text-align: center;">B</p>	
<p>EPD/4</p> <p><i>Qualquer aula, qualquer conduta que você for fazer, eu estando em aula, sempre preservando o animal, minimizando o estresse, promovendo a analgesia, adequando as condições desse animal onde ele é mantido, num hospital, disso posso falar, necessidade de higiene, de alimentação, prevenção sobre castigos e doenças. Eventualmente nos debatemos com questões de eutanásia, explicar exatamente quando deve ser feita, qual é a indicação, como deve ser conduzida, esclarecer bem. Enfatizar bastante a necessidade de ética no trato com os animais. Ser coerente com as propostas do código ético do veterinário.</i></p>	<p>As normas pressupõe, o relacionamento homem – animal de forma a promover o mínimo de estresse e sofrimentos.</p> <p style="text-align: center;">B</p>	
<p>EPD/5</p> <p>Na verdade essas considerações seriam baseadas nos conhecimentos que eu tenho das legislações internacionais. Eu</p>	<p style="text-align: center;">C</p> <p>As normas são importantes, porém existem problemas de aplicabilidade. No exterior funcionam bem.</p>	

<p>acho que são importantes especialmente, quando são feitas, estas leis, elas nasceram na verdade na Europa, na Inglaterra, <i>eu acho que são leis extremamente importantes para estabelecer a relação homem animal. Mas vejo também a importância de dentro dessas leis internacionais haverem leis nacionais, considerando a realidade de cada país.</i> No caso do Brasil, acho que vamos falar daqui a pouquinho, é o país que tem mais leis. <i>Na verdade, pô-las em prática é o problema. Então, na verdade, eu não tenho conhecimento da legislação específica de BEA internacional, mas poucas que conheço acho que são interessantes e que realmente funcionam na Europa.</i></p>		
<p>EPD/6 <i>Aplicáveis, dentro do meu trabalho eu aplico e não vejo alguma irregularidade.</i></p>	<p>As normas são aplicáveis no meu trabalho. A</p>	
<p>EPD/7 <i>Estas normas são todas dentro do que se acha “dentro da normalidade”, e de princípio pega as pessoas que não fazem uma avaliação correta. Pode pegar de surpresa mas, depois no momento que tomam conhecimento da parte prática da coisa, passam a entender melhor essas normas. São muito bem-feitas, muito bem elaboradas.</i></p>	<p>As normas depois de entendidas são muito fáceis de serem aplicadas. A</p>	
<p>EPD/8 <i>Quanto à nossa consideração essas normas são bem postas. No entanto existe uma dificuldade em cumpri-las, em função, principalmente, de infra-estrutura e de instrução para os docentes das instituições de ensino superior. Essa seria uma limitação, porque nem todos têm acesso, nem todos conseguem aplicar essas normas mesmo dentro das escolas em função de uma falta de</i></p>	<p>As normas são bem postas, mas se tem dificuldades para a sua implantação. C</p>	

<i>infra-estrutura, do manejo de qualquer espécie de animal doméstico com a qual se trabalhe.</i>		
<p>EPD/9</p> <p>Eu considero que <i>as Normas de BEA vão estar implantadas no nosso dia-a-dia por uma questão de sobrevivência das próprias empresas. Isso são pontos que nós devemos abordar e implantar dentro das estruturas das empresas e das universidades, para que o acadêmico saia para o campo já com essa noção das normas. Que isso seja implantado no dia-a-dia, dentro da própria empresa, não só as normas, como a forma de monitoramento da sua aplicação.</i></p>	<p>1ª Idéia.</p> <p>As normas serão implantadas por uma demanda das empresas agropecuárias.</p> <p>B</p> <p>2ª idéia.</p> <p>Devemos preparar os nossos alunos dentro dessa visão.</p> <p>B</p> <p>3ª idéia.</p> <p>Implantar as normas e estabelecer os processos de monitoramento das mesmas.</p> <p>B</p>	
<p>EPD/10</p> <p>É que <i>o consumidor está cada vez mais preocupado em conhecer e ter a garantia de que forma os animais estão sendo produzidos. Antes só se pensava em aumentar a produtividade e baixar os custos. Hoje, temos que agir de forma a observarmos as cadeias produtivas como parte de um ecossistema, onde os animais, as pessoas (mão de obra) e poluição se interagem. Não é possível continuar a produzir como nas décadas de 70- 80-90. Onde lançamos nos solos, água e ar uma quantidade enorme de poluentes, colocando em risco a própria sobrevivência do planeta. A pergunta que faço aos meus alunos: “Qual a qualidade de vida que queremos deixar para os nossos descendentes?”</i></p>	<p>As normas vêm atender uma demanda do consumidor sobre como são criados, dentro de uma visão ecossistêmica, os animais que lhes servem de alimento.</p> <p>B</p>	
SELEÇÃO DAS EXPRESSÕES-CHAVE, SEGUNDO AS IDÉIAS CENTRAIS		
EXPRESSÕES –CHAVE SELECIONADAS	IDÉIAS CENTRAIS	ANCORAGENS
<p><i>Nós entendemos que as normas de bem-estar animal são bastante claras e</i></p>	<p>A</p> <p>As normas são bastante</p>	

<p><i>relativamente fáceis de serem introduzidas e implementadas. A dificuldade é a falta de um envolvimento maior entre os vários segmentos que estão ligados com os animais.</i></p> <p><i>Dentro do meu trabalho eu aplico as normas e não vejo alguma dificuldade.</i></p> <p><i>Estas normas são todas dentro do que se acha “dentro da normalidade”, e de princípio pega as pessoas que não fazem uma avaliação correta. Pode pegar de surpresa, mas depois no momento que tomam conhecimento da parte prática da coisa, passam a entender melhor essas normas. São muito bem feitas... Muito bem elaboradas.</i></p>	<p>claras e relativamente fáceis de serem introduzidas e implementadas, necessitando um maior envolvimento dos vários segmentos ligados à agropecuária.</p>	
<p><i>Eu acho que elas são muito interessantes, no sentido da gente ver o animal não como uma máquina, mas como um ser vivo. Para que ele possa expressar toda a sua capacidade e sua potência, em termos de produção, você tem que oferecer para ele condições ideais. Enfim você oferecendo estas condições ótimas, que o animal possa expressar as suas potencialidades, no final das contas o produtor é quem vai ter lucro com isso.</i></p> <p><i>A gente tomou alguma noção quando a gente fez o curso sobre Bem-estar Animal com a Dra. Carla Molento, pois levantou uma questão que até então não era tratada, principalmente na nossa universidade, e a gente está procurando se adequar a essas normas internacionais.</i></p> <p><i>Qualquer aula, qualquer conduta que você for fazer, eu estando em aula, sempre preservando o animal, minimizando o estresse, promovendo a analgesia, adequando as condições desse animal onde ele é mantido, num hospital, disso posso falar, necessidade de higiene, de alimentação, prevenção sobre castigos e</i></p>	<p>B</p> <p>As normas trazem uma nova visão da relação homem-animal, com efeitos diretos na produtividade dos animais.</p>	

<p><i>doenças. Enfatizar bastante a necessidade de ética no trato com os animais. Ser coerente com as propostas do código ético do veterinário.</i></p> <p><i>As Normas de BEA, elas vão estar implantadas no nosso dia a dia por uma questão de sobrevivência das próprias empresas. São pontos que nós devemos abordar e implantar dentro das estruturas das empresas e das universidades, para que o acadêmico saia para o campo já com essa noção das normas. Que isso seja implantado no dia-a-dia, dentro da própria empresa, não só as normas, como a forma de monitoramento de sua aplicação.</i></p> <p><i>O consumidor está cada vez mais preocupado em conhecer e ter a garantia de que forma os animais estão sendo produzidos. É que antes só se pensava em aumentar a produtividade e baixar os custos. Hoje, temos que agir de forma a observarmos as cadeias produtivas como parte de um ecossistema, onde os animais, as pessoas (mão-de-obra) e poluição se interagem. Não é possível continuar a produzir como nas décadas de 70- 80- 90. Onde lançamos nos solos, água e ar uma quantidade enorme de poluentes, colocando em risco a própria sobrevivência do planeta. A pergunta que faço aos meus alunos: "Qual a qualidade de vida que queremos deixar para os nossos descendentes?"</i></p>		
<p><i>Eu acho que são leis extremamente importantes para estabelecer a relação homem animal. Mas vejo também a importância de dentro dessas leis internacionais haver leis nacionais, considerando a realidade de cada país. Na verdade, pô-las em prática é o problema. Na verdade, eu não tenho conhecimento da legislação específica de BEA internacional, mas poucas que conhe-</i></p>	<p style="text-align: center;">C</p> <p>As normas são importantes, porém existem problemas de aplicabilidade. No exterior funcionam bem.</p>	

<p><i>ço acho que são interessantes e que realmente funcionam na Europa.</i></p> <p><i>Essas normas são bem postas. No entanto existe uma dificuldade em cumpri-las, em função, principalmente, de infra-estrutura e de instrução para os docentes das instituições de ensino superior. Essa seria uma limitação, porque nem todos têm acesso, nem todos conseguem aplicar essas normas mesmo dentro das escolas em função de uma falta de infra-estrutura, independente do manejo de qualquer espécie de animal doméstico com a qual se trabalhe.</i></p>		
--	--	--

9.5 MODELO DE INSTRUMENTO DE ANÁLISE DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO 2 IAD-2

INSTRUMENTO DE ANÁLISE DE DISCURSO 2 – IAD2	
Questão 1: Quais são as suas considerações em relação, especificamente, às normas internacionais de BEA?	
Idéia central A - As normas são bastante claras e relativamente fáceis de serem introduzidas e implementadas, necessitando um maior envolvimento dos vários segmentos ligados à agropecuária.	
Expressões-chave	Discurso do Sujeito Coletivo
<p><i>Nós entendemos que as normas de bem-estar animal são bastante claras e relativamente fáceis de serem introduzidas e implementadas. A dificuldade é a falta de um envolvimento maior entre os vários segmentos que estão ligados com os animais.</i></p> <p><i>Dentro do meu trabalho eu aplico as normas e não vejo alguma dificuldade.</i></p> <p><i>Estas normas são todas dentro do que se acha “dentro da normalidade”. No momento que tomam conhecimento da parte prática da coisa, passam a entender melhor essas normas. São muito bem feitas... muito bem elaboradas.</i></p>	<p><i>Nós entendemos que as normas de bem-estar animal são bastante claras e relativamente fáceis de serem introduzidas e implementadas. Estas normas são todas dentro do que se acha “dentro da normalidade”. No momento que tomam conhecimento da parte prática da coisa, passam a entender melhor.</i></p> <p><i>A dificuldade é a falta de um envolvimento maior entre os vários segmentos que estão ligados com os animais. Dentro do meu trabalho eu aplico as normas e não vejo alguma dificuldade. São muito bem feitas... muito bem elaboradas.</i></p>
Idéia central B: As normas trazem uma nova visão da relação homem-animal, com efeitos diretos na produtividade dos animais, na relação com a sociedade e no setor produtivo.	
Expressões-chave	Discurso do Sujeito Coletivo - DSC
<p><i>Eu acho que elas são muito interessantes, no sentido da gente ver o animal não como uma máquina, mas como um ser vivo. Para que ele possa expressar toda a sua capacidade e sua potência, em termos de produção, você tem que</i></p>	<p><i>Num curso sobre Bem-estar Animal, com a Dra. Carla Molento, levantou-se uma questão que até então não era tratada, principalmente na nossa universidade, e a gente está procurando se adequar a essas normas internacionais. Isso</i></p>

<p><i>oferecer para ele condições ideais. Enfim você oferecendo estas condições ótimas, que o animal possa expressar as suas potencialidades, no final das contas o produtor é quem vai ter lucro com isso.</i></p> <p><i>A gente tomou alguma noção quando fez o curso sobre Bem-estar Animal com a Dra. Carla Molento, pois levantou uma questão que até então não era tratada, principalmente na nossa universidade, e a gente está procurando se adequar a essas normas internacionais.</i></p> <p><i>Qualquer aula, qualquer conduta que você for fazer, eu estando em aula, sempre preservando o animal, minimizando o estresse, promovendo a analgesia, adequando as condições desse animal onde ele é mantido, num hospital, disso posso falar, necessidade de higiene, de alimentação, prevenção sobre castigos e doenças. Enfatizar bastante a necessidade de ética no trato com os animais. Ser coerente com as propostas do código ético do veterinário.</i></p> <p><i>As Normas de BEA, elas vão estar implantadas no nosso dia-a-dia por uma questão de sobrevivência das próprias empresas. São pontos que nós devemos abordar e implantar dentro das estruturas das empresas e das universidades, para que o acadêmico saia para o campo já com essa noção das normas. Que isso seja implantado no dia a dia, dentro da própria empresa, não só as normas, como a forma de monitoramento da aplicação das normas.</i></p> <p><i>O consumidor está cada vez mais preocupado em conhecer e ter a garantia de que forma os animais estão sendo produzidos. É que antes só se pensava em aumentar a produtividade e baixar os custos. Hoje, temos que agir de forma a observar as cadeias produtivas como parte de um ecossistema, onde os animais, as pessoas (mão de obra) e poluição se interagem. Não é possível continuar a produzir como nas décadas de 70-80-90, onde lançamos nos solos, água e ar uma quantidade enorme de poluentes, colocando em risco a própria sobrevivência do planeta. A pergunta que faço aos meus alunos: “Qual a qualidade de vida que queremos deixar para aos nossos descendentes?”.</i></p>	<p><i>acontece em qualquer aula, qualquer conduta que você for fazer, eu estando em aula, sempre preservando o animal, minimizando o estresse, promovendo a analgesia, adequando as condições desse animal onde ele é mantido, num hospital (disso posso falar), da necessidade de higiene, de alimentação, prevenção sobre castigos e doenças. Enfatizar bastante a necessidade de ética no trato com os animais. Ser coerente com as propostas do código ético do veterinário.</i></p> <p><i>Elas (as normas) são muito interessantes, no sentido da gente ver o animal não como uma máquina, mas como um ser vivo.</i></p> <p><i>Para que ele possa expressar toda a sua capacidade e as suas potencialidades, em termos de produção, você tem que oferecer condições ideais. No final das contas o produtor é quem vai ter lucro com isso.</i></p> <p><i>Por sua vez, consumidor está cada vez mais preocupado em conhecer e ter a garantia de que forma os animais estão sendo produzidos. É que antes só se pensava em aumentar a produtividade e baixar os custos. Hoje, temos que agir de forma a observar as cadeias produtivas como parte de um ecossistema, onde os animais, as pessoas e poluição se interagem.</i></p> <p><i>Portanto, as Normas de BEA vão estar implantadas no nosso dia-a-dia, por uma questão de sobrevivência das próprias empresas. Que isso seja implantado dentro da própria empresa, não só as normas, como a forma de monitoramento da aplicação das normas. São pontos que nós devemos abordar e implantar dentro das estruturas das empresas e das universidades, para que o acadêmico saia para o campo já com essa noção das normas.</i></p> <p><i>O fato é que não é possível continuar a produzir como nas décadas de 70- 80- 90, onde lançamos nos solos, água e ar uma quantidade enorme de poluentes, colocando em risco a própria sobrevivência do planeta. A pergunta que faço aos meus alunos: Qual a qualidade de vida que queremos deixar para os nossos descendentes?</i></p>
<p>Idéia central C: As normas são importantes, porém existem problemas de aplicabilidade. No exterior funcionam bem.</p>	
<p>Expressões-chave</p> <p><i>Eu acho que são leis extremamente importantes para estabelecer a relação homem animal. Mas vejo também a importância de dentro dessas leis internacionais haverem leis nacionais, considerando a realidade de cada país. Na verdade, pô-las em prática é o problema. Na verdade, eu não tenho conhecimento da legislação específica de BEA internacional, mas</i></p>	<p>Discurso do Sujeito Coletivo</p> <p><i>Eu acho que são leis extremamente importantes para estabelecer a relação homem animal. Mas vejo também a importância de dentro dessas leis internacionais haverem leis nacionais, considerando a realidade de cada país.</i></p> <p><i>Essas normas são bem postas. No entanto existe uma dificuldade em cumpri-las, em função, principalmente, de infra-estrutura e de instrução</i></p>

<p><i>as poucas que conheço acho que são interessantes e que realmente funcionam na Europa.</i></p> <p><i>Essas normas são bem postas. No entanto existe uma dificuldade em cumpri-las, em função, principalmente, de infra-estrutura e de instrução para os docentes das instituições de ensino superior. Essa seria uma limitação, porque nem todos têm acesso, nem todos conseguem aplicar essas normas mesmo dentro das escolas em função de uma falta de infra-estrutura, independente do manejo de qualquer espécie de animal doméstico com a qual se trabalhe.</i></p>	<p><i>para os docentes das instituições de ensino superior. Na verdade, pô-las em prática é o problema. Eu não tenho conhecimento da legislação específica de BEA internacional, mas, as poucas que conheço, acho que são interessantes e que realmente funcionam na Europa.</i></p>
---	--

9.6 ANEXO 6 -ENTREVISTA ESTRUTURADA – MÉDICOS VETERINÁRIOS

Forma de ensino	Caçador -20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL
Como conteúdo de outra disciplina	44,5% (4)	12,5% (1)	29,4% (5)
Tema interdisciplinar	33,3% (3)	37,5% (3)	35,3% (6)
O tema não foi tratado	22,2% (2)	50% (4)	35,3% (6)
TOTAL	100% (9)	100% (8)	100% (16)

Tabela 1- Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Caçador segundo a forma de ensino sobre BEA durante a graduação.

Forma de ensino	Criciúma - 20 anos	Criciúma +20 anos	TOTAL
Como conteúdo de outra disciplina	33,3% (3)	-	12% (3)
Tema interdisciplinar	22,2% (2)	18,7% (3)	20% (5)
O tema não foi tratado	44,5% (4)	81,3% (13)	68% (17)
Total	100% (9)	100% (16)	100% (25)

Tabela 2- Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Criciúma, segundo a forma de ensino sobre BEA durante a graduação.

Forma de ensino	Caçador	Criciúma	TOTAL
Como conteúdo de outra disciplina	29,4% (5)	12% (3)	19,5% (8)
Tema interdisciplinar	35,3% (6)	20% (5)	24,4% (11)
O tema não foi tratado	35,3% (6)	68% (17)	54,1% (23)
Total	100% (17)	100% (25)	100% (42)

Tabela 3- Quadro comparativo dos médicos veterinários das ADR de Criciúma e de Caçador, em relação à totalização dos dados, segundo a forma de ensino sobre BEA durante a graduação.

Forma de discussão	Caçador - 20 anos	Caçador + 20 anos	TOTAL
Leitura de texto e discussões em classe	22,2% (2)	-	11,8% (2)
Seminários com os alunos	11,1% (1)	-	5,9% (1)
Palestras com professor visitante	11,1% (1)	-	5,9% (1)
Comentários de professores	44,5% (4)	62,5 (5)	52,9% (9)
O tema não foi discutido	11,1% (1)	37,5% (3)	23,5% (4)
Total	100% (9)	100 (8)	100% (17)

Tabela 4- Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Caçador segundo a forma de discussão do tema BEA, durante a graduação.

Forma de discussão	Criciúma -20 anos	Criciúma +20 anos	TOTAL
Através de aulas e provas	11,1 (1)	-	4,0% (1)
Seminários com os alunos	11,1% (1)	-	4,0% (1)
Palestras com professor visitante	-	6,3% (1)	4,0% (1)
Comentários de professores	22,2% (2)	43,6% (7)	36,0% (9)
Trabalho de classe em disciplina não específica	-	6,3% (1)	4,0% (1)
O tema não foi discutido	33,4% (3)	31,3% (5)	32,0% (8)
Aulas, provas, discussão, seminários	11,1% (1)	-	4,0% (1)
Aulas, provas, trabalhos	-	12,5% (2)	8,0% (2)
Leitura de texto e palestras	11,1% (1)	-	4,0% (1)
Total	100% (9)	100% (16)	100% (17)

Tabela 5 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Criciúma segundo a forma de discussão do tema BEA, durante a graduação.

Forma de discussão	Caçador	Criciúma	TOTAL
Através de aulas e provas	-	4,0% (1)	2,4% (1)
Leitura de texto e discussões em classe	11,8% (2)	-	4,8% (2)
Seminários com os alunos	5,9% (1)	4,0% (1)	4,8% (2)
Palestras com professor visitante	5,9% (1)	4,0% (1)	4,8% (2)
Comentários de professores	52,9% (9)	36,0% (9)	42,7% (18)
Trabalho de classe em disciplina não específica	-	4,0% (1)	2,4% (1)
O tema não foi discutido	23,5% (4)	32,0% (8)	28,5% (12)
Aulas, provas, discussão, seminários	-	4,0% (1)	2,4% (1)
Aulas, provas, trabalhos	-	8,0% (2)	4,8% (2)
Leitura de texto e palestras	-	4,0% (1)	2,4% (1)
Total	100% (17)	100% (17)	100% (42)

Tabela 6- Quadro comparativo dos médicos veterinários das ADRs de Criciúma e de Caçador, em relação à totalização dos dados, segundo a forma de discussão do tema BEA durante a graduação

Tipos de treinamentos ou cursos	Caçador - 20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL
Cursos e treinamentos de curta duração (1 semana)	66,7% (6)	50,0 (4)	58,8% (10)
Não participou de cursos	22,2% (2)	-	11,8% (2)
(1,3) Curso de curta duração e especialização	11,1% (1)	25,0% (2)	17,6% (3)
Curso de aperfeiçoamento e especialização (1,2)	-	12,5% (1)	5,9% (1)
(1,2,4) Curta duração, aperfeiçoamento e mestrado	-	12,5% (1)	5,9% (1)
Total	100% (9)	100% (8)	100% (17)

Tabela 7- Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Caçador segundo o tipo de treinamento ou curso de capacitação recebido por parte da empresa.

Tipos de treinamentos ou cursos	Criciúma - 20 anos	Criciúma +20 anos	TOTAL
Cursos e treinamentos de curta duração (1 semana)	55,6% (5)	25% (4)	36,0% (9)
Curso de especialização	11,1% (1)	-	4,% (1)
Não participou de cursos	22,2% (2)	-	8,0% (2)
Curso de curta duração e aperfeiçoamento (1,2)	11,1% (1)	50% (8)	36% (9)
Curso de aperfeiçoamento e especialização (2,3)	-	12,5% (2)	8,0% (2)
(1,2,3,4) Curta duração, aperfeiçoamento, especialização e mestrado	-	6,3% (1)	4,0% (1)
(1,2,3) Curta duração, aperfeiçoamento e especialização	-	6,3% (1)	4,0% (1)
Total	100% (9)	100% (16)	100% (25)

Tabela 08- Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Criciúma segundo o tipo de treinamento ou curso de capacitação recebido por parte da empresa.

Tipos de treinamentos ou cursos	Caçador	Criciúma	TOTAL
Cursos e treinamentos de curta duração (1 semana)	58,8% (10)	36,0% (9)	45,2% (19)
Curso de especialização	-	4,% (1)	2,4% (1)
Não participou de cursos	11,8% (2)	8,0% (2)	9,5% (4)
Curso de curta duração e aperfeiçoamento (1,2)	5,9% (1)	36% (9)	23,8% (10)
Curso de aperfeiçoamento e especialização (2,3)	-	8,0% (2)	4,8% (2)
(1,2,3,4) Curta duração, aperfeiçoamento, especialização e mestrado	-	4,0% (1)	2,4% (1)
(1,3) Curta duração e especialização	17,6% (3)	-	7,1% (3)
(1,2,3) Curta duração, aperfeiçoamento e especialização	-	4,0% (1)	2,4% (1)
(1,2,4) Curta duração, aperfeiçoamento e mestrado	5,9% (1)	-	2,4% (1)
Total	100% (17)	100% (25)	100% (42)

Tabela 09 - Quadro comparativo dos médicos veterinários das ADRs de Criciúma e de Caçador, segundo o tipo de treinamento ou curso de capacitação recebido por parte da empresa.

Quantidade de cursos com referência de BEA	Caçador - 20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL
5 ou mais de 5	22,2% (2)	-	11,8% (2)
4	-	12,5% (1)	5,9% (1)
3	11,1% (1)	-	5,9% (1)
2	-	12,5% (1)	5,9% (1)
1	-	12,5% (1)	5,9% (1)
Nenhum	66,7 (6)	62,5% (5)	64,6% (11)
Total	100% (9)	100% (8)	100% (17)

Tabela 10- Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Caçador segundo a referência ao tema bem-estar animal nos conteúdos dos cursos assistidos.

Quantidade de cursos com referência de BEA	Criciúma -20 anos	Criciúma +20 anos	TOTAL
5 ou mais de 5	11,1% (1)	6,3% (1)	8,0% (2)
4	11,1% (1)	-	4,0% (1)
2	-	6,3% (1)	4,0% (1)
1	-	12,4% (2)	8,0% (2)
Nenhum	77,8% (7)	75% (12)	76% (19)
Total	100% (9)	100% (16)	100% (25)

Tabela 11 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Criciúma segundo a referência ao tema bem-estar animal nos conteúdos dos cursos assistidos.

Quantidade de cursos com referência de BEA	Caçador	Criciúma	TOTAL
5 ou mais de 5	11,8% (2)	8,0% (2)	9,5% (4)
4	5,9% (1)	4,0% (1)	4,7% (2)
3	5,9% (1)	-	2,4% (1)
2	5,9% (1)	4,0% (1)	4,7% (2)
1	5,9% (1)	8,0% (2)	7,1% (3)
Nenhum	64,6% (11)	76% (19)	71,5% (30)
Total	100% (17)	100% (25)	100% (42)

Tabela 12 - Quadro comparativo dos médicos veterinários das ADRs de Criciúma e de Caçador, segundo a referência ao tema bem-estar animal nos conteúdos dos cursos assistidos.

Formas de aquisição de conhecimento da legislação internacional sobre BEA	Caçador -20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL
Discussão via Internet	-	-	-
Mídia e revistas técnicas	33,3% (3)	25% (2)	29,4% (5)
Conhecimento superficial	66,7% (6)	62,5% (5)	64,7% (11)
Desconhecimento	-	-	-
Mídia e revistas técnicas sem aprofundamento	-	-	-
Internet, mídia e revistas	-	12,5% (1)	5,9% (1)
Total	100% (9)	100% (8)	100% (17)

Tabela 13 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Caçador segundo a forma de aquisição de conhecimentos da legislação internacional sobre BEA.

Formas de aquisição de conhecimento da legislação internacional de BEA	Criciúma -20 anos	Criciúma +20 anos	TOTAL
Discussão via Internet	11,1% (1)	12,5% (2)	12,5% (3)
Mídia e revistas técnicas	-	25,0% (4)	16,0% (4)
Conhecimento superficial	77,8% (7)	31,3% (5)	48,0% (12)
Desconhecimento	-	6,3% (1)	4,0% (1)
Mídia e revistas técnicas sem aprofundamento	11,1% (1)	25,0% (4)	20,0% (5)
Internet, mídia e revistas	-	-	-
Total	100% (9)	100,% (16)	100% (25)

Tabela 14 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Criciúma segundo a forma de aquisição de conhecimentos da legislação internacional sobre BEA.

Formas de aquisição de conhecimento da legislação internacional de BEA	Caçador	Criciúma	TOTAL
Discussão via Internet	-	12,5% (3)	7,1% (3)
Mídia e revistas técnicas	29,4% (5)	16,0% (4)	21,4% (9)
Conhecimento superficial	64,7% (11)	48,0% (12)	54,3% (23)
Desconhecimento	-	4,0% (1)	2,4% (1)
Mídia e revistas técnicas sem aprofundamento	-	20,0% (5)	11,9% (5)
Internet, mídia e revistas	5,9% (1)	-	2,4% (1)
Total	100 (17)	100% (25)	100% (42)

Tabela 15 - Quadro comparativo dos médicos veterinários das ADRs de Criciúma e de Caçador, segundo a forma de aquisição de conhecimentos da legislação internacional sobre BEA.

Percepção quanto à responsabilidade da elaboração da legislação internacional de BEA	Caçador -20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL
WSPA	-	25,0% (2)	11,8% (2)
FAO	-	12,5% (1)	5,9% (1)
WVA	22,2% (2)	62,5% (5)	41,1% (7)
OIE	66,7% (6)	-	35,3% (6)
OMC			
Outra	11,1% (1)	-	5,9% (1)
Total	100% (9)	100% (8)	100% (17)

Tabela 16 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Caçador segundo a percepção da responsabilidade pela elaboração da legislação internacional de bem-estar animal.

Percepção quanto à responsabilidade da elaboração da legislação internacional de BEA	Criciúma -20 anos	Criciúma +20 anos	TOTAL
WSPA	11,1% (1)	18,7% (3)	16,0% (4)
FAO	-	6,3% (1)	4,0% (1)
WVA	-	12,5% (2)	8,0% (2)
OIE	44,5% (4)	56,3% (9)	52,0% (13)
OMC	-	-	-
Outra	11,1% (1)	-	4,0% (1)
WSPA/WVA	11,1% (1)	-	4,0% (1)
WVA/OIE	11,1% (1)	-	4,0% (1)
Não sabe.	11,1% (1)	-	4,0% (1)
Total	100% (9)	100,% (16)	100% (25)

Tabela 17 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Criciúma segundo a percepção da responsabilidade pela elaboração da legislação internacional de bem-estar animal.

Percepção quanto à responsabilidade da elaboração da legislação internacional de BEA	Caçador	Criciúma	TOTAL
WSPA	11,8% (2)	16,0% (4)	14,3% (6)
FAO	5,9% (1)	4,0% (1)	4,8% (2)
WVA	41,1% (7)	8,0% (2)	21,4% (9)
OIE	35,3% (6)	52,0% (13)	45,1% (19)
OMC	-	-	-
Outra	5,9% (1)	4,0% (1)	4,8% (2)
WSPA/WVA	-	4,0% (1)	2,4% (1)
WVA/OIE	-	4,0% (1)	2,4% (1)
WSPA/FAO	-	4,0% (1)	2,4% (1)
Não sabe.	-	4,0% (1)	2,4% (1)
Total	100% (17)	100% (25)	100% (42)

Tabela 18 - Quadro comparativo dos médicos veterinários das ADRs de Criciúma e de Caçador, segundo a percepção da responsabilidade pela elaboração da legislação internacional de bem-estar animal.

Percepção quanto à abrangência de uma legislação internacional	Caçador -20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL
No transporte e no sacrifício	11,1% (1)	-	5,9% (1)
Na produção e no sacrifício	11,1% (1)	37,5% (3)	23,5% (4)
Em todas as fases do processo de produção animal	77,8% (7)	62,5% (5)	70,6% (12)
Total	100% (9)	100% (8)	100% (17)

Tabela 19 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Caçador segundo a percepção quanto à abrangência de uma legislação internacional sobre BEA.

Percepção quanto à abrangência de uma legislação internacional	Criciúma -20 anos	Criciúma +20 anos	TOTAL
No transporte e no sacrifício	-	6,3% (1)	4,0% (1)
Na produção e no sacrifício	-	-	-
Em todas as fases do processo de produção animal	100% (9)	93,7 (15)	96% (24)
Total	100% (9)	100,% (16)	100% (25)

Tabela 20 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Criciúma Caçador segundo a percepção quanto à abrangência de uma legislação internacional sobre BEA.

Percepção quanto à abrangência de uma legislação internacional	Caçador	Criciúma	TOTAL
No transporte e no sacrifício	5,9% (1)	4,0% (1)	4,8% (2)
Na produção e no sacrifício	23,5% (4)	-	9,5% (4)
Em todas as fases do processo de produção animal	70,6% (12)	96% (24)	85,7% (36)
Total	100% (17)	100% (25)	100% (42)

Tabela 21 - Quadro comparativo dos médicos veterinários das ADRs de Criciúma e de Caçador, segundo a percepção quanto à abrangência de uma legislação internacional sobre BEA.

Conhecimento em relação à legislação nacional sobre BEA	Caçador -20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL
Conhecimento profundo sobre um dos instrumentos legais	-	-	-
Conhecimento superficial sobre ambos	11,1% (1)	12,5% (1)	11,8% (2)
Apenas algum conhecimento sobre um deles	-	-	-
Desconhecimento sobre ambos	88,9% (8)	87,5% (7)	88,2% (15)
Total	100% (9)	100% (8)	100% (17)

Tabela 22 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Caçador segundo o conhecimento em relação à legislação nacional sobre bem-estar animal.

Conhecimento em relação à legislação nacional sobre BEA	Caçador -20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL Total
Conhecimento profundo sobre um dos instrumentos legais	11,1% (1)	-	4,0% (1)
Conhecimento superficial sobre ambos	11,1% (1)	18,7% (3)	16% (4)
Apenas algum conhecimento sobre um deles	11,1% (1)	-	4,0% (1)
Desconhecimento sobre ambos	66,7% (6)	81,3% (13)	76% (19)
Total	100% (9)	100% (16)	100% (25)

Tabela 23 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Criciúma segundo o conhecimento em relação à legislação nacional sobre bem-estar animal.

Conhecimento em relação à legislação nacional sobre BEA	Caçador	Criciúma	TOTAL
Conhecimento profundo sobre um dos instrumentos legais	-	4,0% (1)	2,4% (1)
Conhecimento superficial sobre ambos	11,8% (2)	16% (4)	14,2% (6)
Apenas algum conhecimento sobre um deles	-	4,0% (1)	2,4 (1)
Desconhecimento sobre ambos	88,2% (15)	76% (19)	81,0% (34)
Total	100% (17)	100% (25)	100% (42)

Tabela 24 - Quadro comparativo dos médicos veterinários das ADRs de Criciúma e de Caçador, segundo o conhecimento em relação à legislação nacional sobre bem-estar animal.

Percepção do manejo ideal para animais em pré-abate	Caçador -20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL
Curral quadrangular, ripas vazadas e separação de lotes	22,2% (2)	12,5% (1)	17,6% (3)
Curral circular, lateral fechada, e com separação de lotes	66,7% (6)	50,0% (4)	58,8% (10)
Curral quadrangular, lateral fechada, sem separação de lotes	-	12,5% (1)	5,9% (1)
Curral quadrangular, lateral fechada, com separação de lotes	-	12,5% (1)	5,9% (1)
Não tem opinião sobre o tema	11,1% (1)	12,5% (1)	11,8% (2)
Total	100% (9)	100% (8)	100% (17)

Tabela 25 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Caçador segundo a percepção do manejo ideal para os animais em pré-abate.

Percepção do manejo ideal para animais em pré-abate	Caçador -20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL Total
Curral quadrangular, ripas vazadas e separação de lotes	22,2% (2)	6,3% (1)	12% (3)
Curral circular, lateral fechada, sem separação de lotes	-	6,3% (1)	4,0% (1)
Curral circular, lateral fechada, e com separação de lotes	44,5% (4)	87,5% (14)	72,0% (18)
Curral quadrangular, lateral fechada, com separação de lotes	22,2% (2)	-	8,0% (2)
Não tem opinião sobre o tema	11,1% (1)	-	4,0% (1)
Total	100% (9)	100,% (16)	100% (25)

Tabela 26 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Criciúma segundo a percepção do manejo ideal para os animais em pré-abate.

Percepção do manejo ideal para animais em pré-abate	Caçador	Criciúma	TOTAL
Curral quadrangular, ripas vazadas e separação de lotes	17,6% (3)	12% (3)	14,3% (6)
Curral circular, lateral fechada, sem separação de lotes	-	4,0% (1)	2,4% (1)
Curral circular, lateral fechada, e com separação de lotes	58,8% (10)	72,0% (18)	66,7% (28)
Curral quadrangular, lateral fechada, sem separação de lotes	5,9% (1)	-	2,4% (1)
Curral quadrangular, lateral fechada, com separação de lotes	5,9% (1)	8,0% (2)	7,1% (3)
Não tem opinião sobre o tema	11,8% (2)	4,0% (1)	7,1% (3)
Total	100% (17)	100% (25)	100% (42)

Tabela 27 - Quadro comparativo dos médicos veterinários das ADRs de Criciúma e de Caçador, segundo a percepção do manejo ideal para os animais em pré-abate.

Percepção sobre o tipo de transporte ideal para animais	Caçador -20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL
Abertos, sem espaçamento determinado e com divisórias	-	12,5% (1)	5,9% (1)
Fechado, com espaçamento determinado e com divisórias	100% (9)	75,0% (6)	88,2% (15)
Não tem opinião formada	-	12,5% (1)	5,9% (1)
Total	100% (9)	100% (8)	100% (17)

Tabela 28 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Caçador segundo a percepção sobre o tipo de transporte ideal para os animais.

Percepção sobre o tipo de transporte ideal para animais	Caçador -20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL
Fechado, sem espaçamento determinado e com divisórias	-	6,3%	4,0% (1)
Abertos, com espaçamento determinado e com divisórias	33,4% (3)	37,5% (6)	36,0% (9)
Fechado, com espaçamento determinado e com divisórias	55,6% (5)	56,2% (9)	56,0% (14)
Não tem opinião formada	11,1% (1)	-	4,0% (1)
Total	100% (9)	100% (16)	100% (25)

Tabela 29 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Criciúma segundo a percepção sobre o tipo de transporte ideal para os animais.

Percepção sobre o tipo de transporte ideal para animais	Caçador	Criciúma	TOTAL
Abertos, sem espaçamento determinado e com divisórias	5,9% (1)	-	2,4% (1)
Fechado, sem espaçamento determinado e com divisórias	-	4,0% (1)	2,4% (1)
Abertos, com espaçamento determinado e com divisórias	-	36,0% (9)	21,4% (9)
Fechado, com espaçamento determinado e com divisórias	88,2% (15)	56,0% (14)	69,0% (29)
Não tem opinião formada	5,9% (1)	4,0% (1)	2,4% (1)
Total	100% (17)	100% (25)	100% (42)

Tabela 30 - Quadro comparativo dos médicos veterinários das ADRs de Criciúma e de Caçador, segundo a percepção sobre o tipo de transporte ideal para os animais.

Percepção sobre o tipo de atualização necessária para o cumprimento das normas	Caçador -20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL
Apenas o repasse das normas	-	12,5% (1)	5,9% (1)
Curso rápido de 40 horas	55,6% (5)	50,0% (4)	52,9% (9)
Cursos de pós-graduação	33,3% (3)	25,0% (2)	29,4% (5)
Não tem opinião sobre o tema	-	12,5% (1)	5,9% (1)
Curso rápido e pós-graduação	11,1% (1)	-	5,9% (1)
Total	100% (9)	100% (8)	100% (17)

Tabela 31 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Caçador segundo a percepção sobre o tipo de atualização necessária para o cumprimento e fiscalização de normas de BEA.

Percepção sobre o tipo de atualização necessária para o cumprimento das normas	Caçador -20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL
Apenas o repasse das normas	-	6,3% (1)	4,0% (1)
Curso rápido de 40 horas	44,4% (4)	87,5% (14)	72,0% (18)
Cursos de pós-graduação	44,4% (4)	6,3% (1)	20,0% (5)
Não tem opinião sobre o tema	-	-	-
Curso rápido e pós-graduação	11,1% (1)	-	4,0% (1)
Total	100% (9)	100% (16)	100% (25)

Tabela 32 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Criciúma segundo a percepção sobre o tipo de atualização necessária para o cumprimento e fiscalização de normas de BEA.

Percepção sobre o tipo de atualização necessária para o cumprimento das normas	Caçador	Criciúma	TOTAL
Apenas o repasse das normas	5,9% (1)	4,0% (1)	4,8% (2)
Curso rápido de 40 horas	52,9% (9)	72,0% (18)	64,2% (27)
Cursos de pós-graduação	29,4% (5)	20,0% (5)	23,8% (10)
Não tem opinião sobre o tema	5,9% (1)	-	2,4% (1)
Curso rápido e pós-graduação	5,9% (1)	4,0% (1)	4,8% (2)
Total	100% (17)	100% (25)	100% (42)

Tabela 33 - Quadro comparativo dos médicos veterinários das ADRs de Criciúma e de Caçador, segundo a percepção sobre o tipo de atualização necessária para o cumprimento e fiscalização de normas de BEA.

Autopercepção sobre o seu preparo sobre o tema BEA	Caçador -20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL
Tem conhecimento e necessita curso rápido de 40 horas	88,9% (8)	62,5% (5)	76,5% (13)
Tem conhecimento e necessita de curso de pós-graduação	11,1% (1)	25,0% (5)	17,6% (3)
Tem conhecimento suficiente para atender as tarefas	-	12,5% (1)	5,9% (1)
Desconhece o assunto e necessita de algum tipo de curso	-	-	-
Tem conhecimento e necessita curso rápido e pós-graduação	-	-	-
Total	100% (9)	100% (8)	100% (17)

Tabela 34 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Caçador segundo a autopercepção sobre o preparo sobre o tema de BEA.

Auto-percepção sobre o preparo sobre o tema BEA	Caçador -20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL
Tem conhecimento e necessita curso rápido de 40 horas	55,6% (5)	81,2% (13)	72,0% (18)
Tem conhecimento e necessita de curso de pós-graduação	11,1% (1)	6,3% (1)	8,05 (2)
Tem conhecimento suficiente para atender as tarefas	-	-	-
Desconhece o assunto e necessita de algum tipo de curso	22,2% (2)	12,5% (2)	16% (4)
Tem conhecimento e necessita curso rápido e pós-graduação	11,1% (1)	12,5% (1)	4,0% (2)
Total	100% (9)	100% (16)	100% (25)

Tabela 35 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Criciúma segundo a auto-percepção sobre o preparo sobre o tema de BEA.

Auto-percepção sobre o preparo sobre o tema BEA	Caçador	Criciúma	TOTAL
Tem conhecimento e necessita curso rápido de 40 horas	76,5% (13)	72,0% (18)	73,8% (31)
Tem conhecimento e necessita de curso de pós-graduação	17,6% (3)	8,05 (2)	11,9% (5)
Tem conhecimento suficiente para atender as tarefas	5,9% (1)	-	2,4% (1)
Desconhece o assunto e necessita de algum tipo de curso	-	16% (4)	9,5% (4)
Tem conhecimento e necessita curso rápido e pós-graduação	-	4,0% (2)	4,8% (2)
Total	100% (17)	100% (25)	100% (42)

Tabela 36- Quadro comparativo dos médicos veterinários das ADRs de Criciúma e de Caçador, segundo a auto-percepção sobre o preparo sobre o tema de BEA.

Percepção sobre a existência de uma legislação estadual sobre BEA	Caçador -20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL
Totalmente favorável desde que abranja todos os tipos de animais	100% (9)	87,5% (7)	94,1% (16)
Totalmente favorável desde que atenda apenas os animais de produção	-	12,5% (1)	5,9% (1)
Total	100% (9)	100% (8)	100% (17)

Tabela 37 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Caçador segundo a percepção sobre a existência de uma legislação estadual de BEA.

Percepção sobre a existência de uma legislação estadual sobre BEA	Caçador -20 anos	Caçador +20 anos	TOTAL Total
Totalmente favorável desde que abranja todos os tipos de animais	100%	100%	100%
Totalmente favorável desde que atenda apenas os animais de produção	-	-	-
Total	100% (9)	100,% (16)	100% (25)

Tabela 38 - Distribuição dos médicos veterinários da ADR de Criciúma segundo a percepção sobre a existência de uma legislação estadual de BEA.

Percepção sobre a existência de uma legislação estadual sobre BEA	Caçador	Criciúma	TOTAL
Totalmente favorável desde que abranja todos os tipos de animais	94,1% (16)	100%	97,6%
Totalmente favorável desde que atenda apenas os animais de produção	5,9% (1)	-	2,4%
Total	100% (17)	100% (25)	100% (42)

Tabela 39 - Quadro comparativo dos médicos veterinários das ADRs de Criciúma e de Caçador, segundo a percepção sobre a existência de uma legislação estadual de BEA.

9.7 - ANEXO 7 - PLANILHA ENTREVISTA ESTRURADA PROFISSIONAIS DE ENSINO – PROFESSORES

Forma de trabalho do tema BEA	%
A – Estudo de textos e posterior discussão em grupos	10%
B - Aulas expositivas, textos e provas	10%
F - Apenas aulas expositivas	10%
A- Estudo de textos e posterior discussão em grupos + D - Estudo de textos, observações de campo ou aulas apoiadas com vídeo sobre o tema, discussão em grupo e trabalhos escritos	10%
A - Estudo de textos e posterior discussão em grupos + B - Aulas expositivas, textos e provas + C – Palestra com professores convidados, na forma de seminários	10%
A - Estudo de textos e posterior discussão em grupos + B - Aulas expositivas, textos e provas + C – Palestra com professores convidados, na forma de seminários + D - Estudo de textos, observações de campo ou aulas apoiadas com vídeo sobre o tema, discussão em grupo e trabalhos escritos + E – Desenvolvimento de projetos específicos, além dos conteúdos desenvolvidos em classe ou em seminários	10%
B - Aulas expositivas, textos e provas + D - Estudo de textos, observações de campo ou aulas apoiadas com vídeo sobre o tema, discussão em grupo e trabalhos escritos	20%
B - Aulas expositivas, textos e provas s + E – Desenvolvimento de projetos específicos, além dos conteúdos desenvolvidos em classe ou em seminários	10%
C – Palestra com professores convidados, na forma de seminários + D - Estudo de textos, observações de campo ou aulas apoiadas com vídeo sobre o tema, discussão em grupo e trabalhos escritos	10%
Total	100

Tabela 40. Distribuição dos professores segundo a forma como trabalha os temas de BEA.

Alternativa	%
A - Estudo de textos e posterior discussão em grupos	40
B - Aulas expositivas, textos e provas	60
C - Palestra com professores convidados, na forma de seminário	30
D - Estudo de textos, observações de campo ou aulas apoiadas com vídeo sobre o tema, discussão em grupo e trabalhos escritos	50
E - Desenvolvimento de projetos específicos, além dos conteúdos desenvolvidos em classe ou em seminários.	20
F - Apenas aulas expositivas	10

Tabela 41. Distribuição dos professores segundo a forma como trabalha os temas de BEA, por indicações de alternativas isoladamente.

Forma de ensino	%
A - Como disciplina obrigatória, no currículo básico	20
B – Como disciplina optativa	10
D – De forma interdisciplinar, atendendo às questões específicas das disciplinas onde o assunto possa ser abordado	10
A - Como disciplina obrigatória, no currículo básico + D – De forma interdisciplinar, atendendo às questões específicas das disciplinas onde o assunto possa ser abordado	40
B – Como disciplina optativa + D – De forma interdisciplinar, atendendo às questões específicas das disciplinas onde o assunto possa ser abordado	10
A - Como disciplina obrigatória, no currículo básico + C – Como conteúdo específico de outra disciplina + D – De forma interdisciplinar, atendendo às questões específicas das disciplinas onde o assunto possa ser abordado	10
Total	100

Tabela 42 - Distribuição dos professores segundo sua atitude frente à forma do ensino da legislação sanitária, e em particular, sobre BEA, nos cursos de graduação em Medicina Veterinária.

Tipo de conhecimento	%
A – Sabe do que se trata, e entende como necessária + C – Sabe do que se trata e está cumprindo-a parcialmente	20
C – Sabe do que se trata e está cumprindo-a parcialmente	10
D – Sabe do que se trata, mas ainda não conseguiu implantar as resoluções	20
E – Desconhece a resolução, mas se interessa pelo ensino de BEA	50
Total	100

Tabela 43 – Distribuição dos professores quanto ao grau de conhecimento acerca da Resolução da Associação Mundial de Veterinária – WVA sobre o ensino de Etologia e BEA.

Instituição internacional	%
A - Associação Mundial de Proteção dos Animais – WSPA	30
D - Organização Mundial da Saúde Animal –OIE	50
G - Não sabe	10
A - Associação Mundial de Proteção dos Animais – WSPA + D - Organização Mundial da Saúde Animal –OIE	10
Total	100

Tabela 44 – Distribuição dos professores em relação ao grau de conhecimento da instituição internacional que normatiza as condutas referentes ao BEA.

Forma de ensino	%
A – Como disciplina obrigatória no período básico e ministrada interdisciplinarmente nas demais cadeiras afins, onde fosse necessária a exploração do assunto	80
F – Como disciplina obrigatória nos últimos semestres	10
C – Como conteúdo de outras disciplinas afins, de forma interdisciplinar e D – apenas como disciplina optativa no período básico, nos primeiros semestres	10
Total	100

Tabela 45 – Distribuição dos professores quanto a sua atitude em relação ao ensino de Etologia e BEA e sua legislação em sua escola.

9.8 PLANILHA DE TABULAÇÃO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO: COORDENADORES

Forma de tratamento dos conteúdos de BEA	%
B - Como disciplina optativa + E - Ministrada de forma interdisciplinar atendendo às questões das disciplinas onde o assunto possa ser abordado	33,3 (1)
A - Como disciplina obrigatória no currículo básico + E - Ministrada de forma interdisciplinar atendendo às questões das disciplinas onde o assunto possa ser abordado	33,3 (1)
E - Ministrada de forma interdisciplinar atendendo às questões das disciplinas onde o assunto possa ser abordado	33,4 (1)
Total	100

Tabela 46 – Distribuição dos coordenadores segundo a forma como os conteúdos de BEA são tratados em seus cursos.

Disciplinas	%
A – Zootecnia + B – Fisiologia	33,4 (1)
A – Zootecnia + B – Fisiologia + D – Inspeção de Produtos de Origem Animal + Saúde Pública	66,6 (2)
Total	100

Tabela 47 – Distribuição dos coordenadores segundo as disciplinas onde são desenvolvidos os temas de Etologia e BEA.

Metodologia de trabalho dos temas de Etologia e BEA	%
B – Com aulas, textos e provas + C - Palestras com professores convidados, na forma de seminários	33,4 (1)
B – Com aulas, textos e provas + C - Palestras com professores convidados, na forma de seminários + D – Com estudo de textos, observações de campo ou aulas apoiadas por vídeo, discussão de grupos e trabalhos escritos + E – Desenvolvimento de projetos específicos, além dos conteúdos desenvolvidos em classe ou em seminários	33,3 (1)
B – Com aulas, textos e provas + D – Com estudo de textos, observações de campo ou aulas apoiadas por vídeo, discussão de grupos e trabalhos escritos	33,3 (1)
Total	100

Tabela 48 – Distribuição dos coordenadores segundo a metodologia de trabalho no ensino de Etologia e BEA.

Forma de discussão	%
A – Aulas incluídas no corpo da ementa da disciplina	33,4 (1)
A – Aulas incluídas no corpo da ementa da disciplina + B - Em forma de seminários promovidos com os alunos a partir de textos específicos + C - Palestras com professores da instituição e/ou com profissionais extra-instituição	33,3 (1)
A – Aulas incluídas no corpo da ementa da disciplina + B - Em forma de seminários promovidos com os alunos a partir de textos específicos	33,3 (1)
Total	100

Tabela 49 – Distribuição dos coordenadores segundo a forma de discussão do tema nos curso de Medicina Veterinária.

Percepção quanto ao Ensino de legislação sanitária e de BEA	%
A – Como disciplina obrigatória no currículo básico + D - Ministrado de forma interdisciplinar, atendendo às questões específicas das disciplinas onde o assunto possa ser abordado	33,4 (1)
B- Como disciplina optativa + D - Ministrado de forma interdisciplinar, atendendo às questões específica das disciplinas onde o assunto possa ser abordado	33,3 (1)
D - Ministrado de forma interdisciplinar, atendendo às questões específicas das disciplinas onde o assunto possa ser abordado	33,3 (1)
Total	100

Tabela 50– Distribuição dos coordenadores segundo a forma como entendem que a legislação sanitária e de BEA é ministrada, em seus cursos.

Grau de conhecimento sobre legislação de BEA	%
C - Sabe do que se trata e está cumprindo-a parcialmente	66,6 (2)
D - Sabe do que se trata, porém ainda não conseguiu implantar as recomendações	33,4 (1)
Total	100

Tabela 51 - Distribuição dos coordenadores segundo o grau de conhecimento de uma legislação que normatize as condutas de BEA.

Entidade Responsável pela Legislação	%
B – Organização para Alimentos e Agricultura da ONU – FAO + Organização Mundial de Saúde Animal - OIE	33,3 (1)
A - Associação Mundial de Proteção Animal – WSPA + OIE	33,4 (1)
A - Associação Mundial de Proteção Animal – WSPA + Organização Mundial do Comércio	33,3 (1)
Total	100

Tabela 52 – Distribuição dos coordenadores segundo o grau de conhecimento da entidade responsável pela legislação de BEA.

Tipo de conhecimento	%
C - Sabe do que se trata e está cumprindo-a parcialmente.	33,3 (1)
F – Desconhece a resolução e ainda não implantou o prescrito na mesma	66,6 (2)
Total	100

Tabela 53 – Distribuição dos coordenadores em relação ao conhecimento da Resolução da WVA sobre o ensino de Etologia e BEA, nos cursos de Medicina Veterinária.